Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Igor Daniel Palhares Acácio

Polaridade Regional e Percepção de Ameaças: Comparando as Políticas de Defesa de África do Sul, Brasil e Índia

Rio de Janeiro

2013

Igor Daniel Palhares Acácio

Polaridade Regional e Percepção de Ameaças: Comparando as Políticas de Defesa de África do Sul, Brasil e Índia

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof. Drª. Maria Regina Soares de Lima

Rio de Janeiro

2013

Igor Daniel Palhares Acácio

Polaridade Regional e Percepção de Ameaças: Comparando as Políticas de Defesa de África do Sul, Brasil e Índia

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em:

Banca examinadora:

_____

Profª. Drª. Maria Regina Soares de Lima (orientadora)

Ciência Política – IESP/UERJ

_____

Prof. Dr. Marcelo Mello Valença

PPGRI/UERJ

_____

Prof. Dr. Octavio Amorim Neto

EBAPE/FGV

Rio de Janeiro

2013

AGRADECIMENTOS

Este é aquele momento nos quais o autor se despe do característico jargão que o fazer acadêmico lhe impõe e ele pode fazer menções aos nomes que o ajudaram no caminho da feitura desta dissertação. Agradeço primeiramente a Deus, Senhor dos Acasos, que tem sido muito generoso comigo.

O Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro foi, ao longo de todo curso de Mestrado, um lar para mim. O convívio dos colegas que tratam com igualdade e respeito seja o indivíduo do mestrado ou do doutorado, seja da sociologia ou da política: o que vale é o debate franco e aberto, seja em sala, seja no pátio ou no Escritório. Assim, agradeço a todos os colegas com quem entabulei conversações, acadêmicas ou não. Agradeço aos meus colegas da turma de Mestrado 2012 (Política e Sociologia, porque é uma só turma), em especial as observações feitas por Pedro Borba, Tiago Ventura e Luiz Ramiro ao meu projeto, em nosso seminário interno da turma, e a dupla que frequentou as mesmas disciplinas que eu e cujo convívio sempre foi divertido e instigante intelectualmente: Wallace Mello e Renata Albuquerque. Agradeço também a Cés, a pianista socióloga iespiana, pelo apoio.

Agradeço muito aos professores com quem tive disciplinas, em especial a Carlos Milani – que, professor vocacionado, me explicou que a função primeira de um professor e pesquisador é dar boas aulas - e César Guimarães, um mestre no melhor sentido da palavra, com brilhantes cursos e generosidade ímpar em minha banca de seleção. Aos demais professores, pelos cursos que contribuíram para minha formação: José Maurício Domingues, Nelson do Valle, Renato Boschi e João Feres Jr. Não posso deixar de agradecer à minha orientadora, Maria Regina Soares de Lima, por fazer jus a todas as opiniões das gerações que ela formou e com quem tive contato. Liberdade e pulso na medida certa com esse orientando insistente. Agradeço, também, ao professor Fabiano Santos, pela excelente experiência com o estágio docente. Os demais servidores do IESP merecem agradecimento especial, por proporcionarem o melhor ambiente possível, tornando-o um centro de excelência e produtividade, sem que a gentileza se perca. Agradeço-os nas figuras de Cris e Carol, da secretaria.

Fora do IESP, agradeço ao professor Marcial Suarez, meu antigo orientador na UFF, pela excelente disciplina e pelas incontáveis conversas sobre os rumos do mestrado. Em

dezembro de 2012 apresentei despretensiosamente minha ideia de pesquisa ao professor Octavio Amorim Neto. Ele não só apoiou o projeto, apontando caminhos e textos, como também me convidou para trabalhar como seu assistente de pesquisa. Agradeço pela confiança em meu trabalho e pela oportunidade de aprender ainda mais nesse ano em que trabalhamos juntos. Agradeço ao professor Marcelo Valença pelo aceite em participar de minha banca.

Agradeço aos colegas de república com quem morei no período do Mestrado. Gustavo, Lucas, Tiê e os atuais membros da República do Boeing 747 (Chicão, Troina, João e Tuzão), que me acolheram muito bem quando eu tinha apenas 10 páginas do primeiro capítulo deste texto escritas. Um abraço fraterno a vocês, que ouviram meu violão desafinado, meu canto triste e minhas ideias malucas - às 3 da manhã, habitualmente.

Aos meus demais amigos. Na Academia, agradeço a Fernando Brancoli - ex-professor, amigo, e parceiro acadêmico e a Simone Gomes amiga e feminista. Os dois foram meus leitores deste texto, fui alvo de sua constante atenção nesse sofrido período dissertatório. Eximo-os, entretanto, dos equívocos que permanecem, estes ficam por minha conta. Agradeço ao Paulo Guerra, meu irmão de Niterói, e aos amigos de Vitória: três já deles, o Rio já "importou" (Arthur, Perseu e Felipe), os demais (Henrique, Lucas, Roberto e suas respectivas senhoras) me divertem muito quando lá estou. Um dia eu volto.

À minha companheira, Pollyana, que permanece sendo a constante em minha inconstante vida. Você é menina que tornou suportáveis diversos momentos nos quais eu realmente pensei que não daria conta do desafiador Mestrado. Amo-te.

A família, ah, a Família. Agradeço, primeiramente pela tolerância com a minha ausência. Lá se vão seis anos que saí do eixo Vitória/Juiz de Fora para aprender política internacional. Agradeço à Dona Icléa, mulher guerreira que criou o filho sozinha, Tia Levinda, madrinha Walquírea, Wagner e crianças (que já nem são tão crianças mais). Tenham a certeza de que o tempo que não passei com vocês foi para lutar por meu sonho: aprender mais, pesquisar e lecionar. Aos Acácios, em especial à Thaís e Fabiana. Não posso deixar de relembrar aqueles que me marcaram meu caminho e já não mais estão no plano terreno: Willer, meu pai, tio Almeida, o segundo pai, e Wander, terceiro pai.

Agradeço também a CAPES, pela bolsa sem a qual seria impossível me manter no Rio.

"*The thrill is gone. The thrill is gone away. I´m free from your spell*."

Dedico esta dissertação, assim como fiz em minha monografia e em tudo mais onde houver espaço para dedicatórias, ao meu maior incentivador, aquele que me deu a notícia de que passei no Vestibular, que me incentivou a cursar Relações Internacionais e que, enquanto viveu, só me fez bem e a quem sempre busquei deixar orgulhoso.

Wander Romero de Almeida, que falta sinto de você, Padrinho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12

1 CONSTRUCTO TEÓRICO E MÉTODOS ADOTADOS 18

1.1 Segurança Internacional no Pós Guerra Fria 18
1.2 Neorrealismo, Realismo Neoclássico e Grande Estratégia: algumas considerações sobre capacidades materiais e percepção 21
1.3 Escola de Copenhague: Segurança como construção e o papel da percepção 27
1.4 Regiões e Segurança na política internacional: as Potências Regionais 33
1.5 Nexo entre segurança e desenvolvimento? 40
1.6 Hipótese e variáveis 44
1.7 O aporte metodológico: notas sobre método comparativo, a perspectiva discursiva em Segurança 45
1.8 Considerações sobre as fontes 49

2 REVISÃO DA LITERATURA SOBRE OS CASOS: AS INSERÇÕES DAS POTÊNCIAS REGIONAIS ÁFRICA DO SUL, BRASIL E ÍNDIA NAS ORDENS REGIONAIS DE SEGURANÇA. 53

2.1 África do Sul - Contexto Regional, Percepção de Ameaça e a dimensão da Liderança no pós-Apartheid. 54
2.2 Brasil: Contexto Regional, Percepção de Ameaça e a dimensão da Liderança 60
2.3 Índia: Contexto Regional, Percepção de Ameaça e a dimensão da Liderança 66
2.3.1 Segurança regional e o paradoxo da proximidade: Relativa Estabilidade nas Relações com o Paquistão e Proximidade e complementaridade com Bangladesh 67
2.3.2 O diferencial de Capacidades: a Índia como potência nuclear 71

3 POLARIDADE REGIONAL E PERCEPÇÃO DE AMEAÇAS: ANÁLISE SOBRE AS CAPACIDADES MATERIAIS E POLÍTICAS DECLARATÓRIAS DE DEFESA DAS POTÊNCIAS REGIONAIS 78

3.1 Análise das polaridades regionais: as capacidades nacionais. 79
3.1.1 O Sistema Internacional à luz das Capacidades Nacionais (CINC), Gastos Militares e ogivas nucleares. 79
3.1.2 As potências regionais África do Sul, Brasil e Índia à luz das Capacidades Nacionais 83
3.2 Análise dos documentos de política declaratória de defesa de Brasil, Índia e África do Sul. 90
3.2.1 Percepções sobre Cenário Internacional e Papel da Defesa 91
3.2.2 Percepções sobre a Ordem Regional de Segurança 97
3.2.3 Nexo entre Segurança e Desenvolvimento 102
3.3 Conclusão comparativa 107

CONSIDERAÇÕES FINAIS 113

4 REFERÊNCIAS 119

ANEXOS 132

ANEXO A – Gráficos adicionais: gastos militares e Produto Interno Bruto. 132
ANEXO B – Trechos selecionados dos Relatórios Anuais do Departamento de Defesa da Índia: o processo de mudança de foco na agenda de segurança 137
I Política Nuclear (Nuclear Policy) 137
II Segurança Interna (Internal Security) 140
III - Percepções sobre a China 143
ANEXO C– Mapas 146
Mapa da África Austral (SADC) 146
Mapa da América do Sul 147
Mapa do Sul da Ásia. 148

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Capacidades Nacionais (CINC) de África do Sul, Brasil, China, Índia, Rússia e EUA (1946-2007) (% Global)**.....80**
Gráfico 2 - Gastos militares dos EUA, e "potências emergentes" em função % de gastos militares no mundo**.....81**
Gráfico 3 - Capacidades Nacionais (CINC) de Sul da Ásia , América do Sul e África Austral (% do total mundial) (1947-2007)**.....83**
Gráfico 4 - Distribuição de Capacidades Nacionais (CINC) na África Austral (% do total da região)**.....84**
Gráfico 5 - Distribuição de Capacidades Nacionais (CINC) na América do Sul (% do total da região)**.....86**
Gráfico 6 - Distribuição de Capacidades Nacionais (CINC) no Sul da Ásia (% do total da região)**.....87**
Gráfico 7 - Capacidades Nacionais (CINC) de China e Índia (% do total mundial) (1947-2007)**.....88**
Gráfico 8 - Gastos Militares na África Austral (% do total da região da sub-região) (2002-2012)**.....133**
Gráfico 9 - Produto Interno Bruto dos Estados da África Austral (% do total da região)(1990-2012)**.....133**
Gráfico 10 - Gasto Militares na América do Sul (% do total da região da sub-região) (1992-2012)**.....134**
Gráfico 11 - Produto Interno Bruto dos Estados da América do Sul (% do total da região)(1990-2012)**.....136**
Gráfico 12 - Gastos Militares no Sul da Ásia (% do total da região da sub-região) (1998-2012) **.....136**
Gráfico 13 - Produto Interno Bruto dos Estados do Sul da Ásia (% do total da região)(1990-2012)**.....136**

Figura 1 - O nexo discursivo entre segurança e desenvolvimento **.....43**
Figura 2 - Políticas Públicas, Política de Defesa e Política Declaratória **.....51**

Quadro 1 - Tipos de Liderança Exercida dentro de uma Ordem Regional de Segurança**.....38**
Quadro 2 - Desenhos de pesquisa com discursos**.....48**
Quadro 3 - Os tipos de paz na América do Sul (1900-2010) **.....61**
Quadro 4 - Complexos Regionais de Segurança comparados**.....74**
Quadro 5 - Distribuição de Ogivas Nucleares (2013) **.....82**
Quadro 6 - Aplicação do instrumental teórico da Escola de Copenhague aos casos **.....109**
Quadro 7 - Percepções sobre segurança regional e nexo entre segurança e desenvolvimento **.....110**

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CDS - Conselho de Defesa Sul-americano

CINC - *Composite Index of National Capabilities*

COW - *Correlates of War*

CRS - Complexo Regional de Segurança

EUA - Estados Unidos da América

IBAS - Índia, Brasil e África do Sul

PIB - Produto Interno Bruto

SAARC - *South Asian Association for Regional Cooperation*

SADC - *Southern African Development Community*

UNASUL - União de Nações Sul-Americanas

RESUMO

Tendo como pressuposto teórico a regionalização das questões de segurança internacional no pós Guerra Fria, esta dissertação objetiva realizar uma análise comparativa da Política de Defesa de três potências regionais, quais sejam, África do Sul, Brasil e Índia, identificando percepção de ameaça no âmbito das suas políticas de defesa. Para fazê-lo, fez-se necessário ter em consideração as capacidades materiais (inspirado no neorrealismo e realismo neoclássico), e os aspectos relativos à percepção de ameaças, numa dimensão ampliada dos estudos de segurança (inspirados pela Escola de Copenhague). Com isso em mente, este trabalho lida com a literatura sobre a segurança regional e as potências regionais, a qual se baseia em vários pressupostos teóricos Neorrealistas, Realistas Neoclássicos e da Escola de Copenhague. A proposição heurística que guia este trabalho é, dado que a percepção de ameaça externa vem de uma leitura, feita pelo Estado, do seu contexto regional, um Estado com baixo nível de ameaças externas tende a vincular de forma mais intensiva de segurança com o desenvolvimento. As fontes utilizadas são dados quantitativos (*Composite Index of National Capabilities* do projeto *Correlates of War*), que permitem avaliar a distribuição de capacidades materiais em três regiões (América do Sul, África do Sul, e no Sul da Ásia) e, principalmente, as políticas declaratórias de defesa, os documentos que carregam percepção dos Estados em relação à segurança. Na comparação dos casos, dois aspectos são o foco para a análise do discurso de segurança: as percepções de segurança sobre as suas regiões, o nexo entre segurança e desenvolvimento.

Palavras-chave: Segurança regional. Escola de Copenhague. Segurança e desenvolvimento. Percepção de ameaças. África do Sul, Brasil e Índia.

ABSTRACT

Having as theoretical assumption the regionalization of security issues on the post Cold War period, this dissertation aims is to carry out a comparative analysis of the Defense Policy of three regional powers, namely Brazil, India and South Africa, identifying threat perception in the framework of their Defense Policies. In order to do it, both material capabilities (inspired by Neorealism), and the aspects concerning the perception of threats and widening security studies (inspired by the Copenhagen School) are taken into consideration. Theoretically, this work draws on the literature on regional security and regional powers, which builds upon several assumptions made by Neorrealists, Neoclassical Realists and Copenhagen School thinkers. My heuristic proposition is that, given that foreign threat perceptions come from a State reading of its regional context, a State with low level of foreign threats tends to link more intensively security with development. The sources used are quantitative data (COW´s Composite Index of National Capabilities) which allows evaluating the distribution of material capabilities in three regions (South America, Southern Africa, and the South Asia) and mainly the declaratory defense policies, documents that carry States perception regarding security. In the comparison of cases, three aspects for discourse analysis: the security perceptions about their regions, the nexus between security and development.

.

Key Words: Regional Security. Copenhagen School. Security and Development. Threat perception. Brazil, India and South Africa.

INTRODUÇÃO

A política internacional do pós Guerra Fria apresenta-se enquanto um cenário de crescente complexidade e difusão do poder global. Se, nos anos 1990, o cenário era de reafirmação da unipolaridade militar dos Estados Unidos da América, o período que se seguiu foi de uma crescente valorização dos cenários políticos regionais, seja por iniciativas de integração regional, seja pela regionalização dos conflitos internacionais. Nos anos 2000, esse panorama se intensifica com o malogro do projeto hegemônico estadunidense evidenciado pelos problemas enfrentados no pós 11 de setembro e Guerra Global contra o Terror. Estados até então considerados largamente periféricos para a política internacional experimentam um processo de relativa ascensão no cenário internacional, mormente calcado em taxas elevadas de crescimento econômico, bem como crescente influência em assuntos nas regiões em que se inserem. Estudiosos têm se dedicado a debater as consequências geopolíticas do despontar desses Estados periféricos no sistema internacional. BRICS[1], IBAS[2] e diversas outras siglas foram criadas para se referir a esse conjunto de Estados cuja relevância para diversos temas na política internacional é crescente. Alguns esforços de coordenação entre eles para atuarem de forma coerente na política internacional também apareceram.

A seara de atuação por excelência desses Estados é a região onde estão inseridos. Ha uma miríade de temas onde as chamadas potências regionais, Estados preponderantes em capacidades materiais dentro de uma determinada região, teriam sua participação aumentada nessa ordem global em permanente transformação do pós Guerra Fria e pós 11 de setembro de 2001. Há duas suposições na literatura, não necessariamente verdadeiras, sobre essa temática: a de que preponderância de capacidades materiais traduzir-se-ia automaticamente em papel de liderança regional, bem como uma atuação exitosa enquanto líder regional garantiria mais poder aos Estados no globalmente. Além disso, o debate sobre potências regionais também permeia a discussão sobre segurança regional, uma vez que a tendência dos conflitos contemporâneos é a regionalização, numa lógica pela qual "quanto mais próximo, maior probabilidade de conflitos".

[1] Sigla criada por uma consultoria internacional para designar listas dos países nos quais o capitalismo, a partir de 2003, seria mais promissor. Incluídos estão Brasil, Rússia, Índia, China. Desde 2009, é também um grupo de diálogo entre esses Estados, havendo reuniões de cúpula anuais. Em 2010, a África do Sul foi incluída.

[2] Sigla para o fórum de diálogo e cooperação internacional em que estão inseridos Brasil, Índia e África do Sul.

E é neste debate em andamento que esta dissertação se insere. O objetivo desta dissertação é se inserir no debate sobre potências regionais, em especial sobre a dimensão regional da segurança. Busca-se analisar comparativamente a percepção de ameaça em potências regionais. Os casos selecionados para empreender a investigação são África do Sul – potência regional da África Austral –, Brasil – potência regional da América do Sul – e Índia – potência regional do Sul da Ásia –, porque os três são os Estados mais pujantes, do ponto de vista das capacidades materiais dentro de suas regiões ou sub-regiões.

A hipótese que norteia esta pesquisa – conforme desenvolvida no capítulo teórico-,entendida como proposição heurística, é que as percepções de ameaça são oriundas da leitura do contexto regional feita pelo Estado. Caso não haja ameaças declaradas, estabelece-se com mais intensidade o nexo lógico-discursivo entre segurança e desenvolvimento para legitimação da política de defesa.

As fontes analisadas são de ordem quantitativa e qualitativa. Do ponto de vista quantitativo, avalia-se o indicador CINC de poder nacional, visando a observar a polaridade (distribuição de poder na região), gastos militares e PIB (para atualizar o indicador CINC, que só está disponível até 2007). Na parte qualitativa, são analisadas as políticas declaratórias de defesa dos três estados, entendidas como documentos nos quais constam as percepções de ameaça dos casos analisados, sob dois aspectos: as percepções sobre a segurança regional e o nexo entre segurança e desenvolvimento, além de algumas considerações sobre as percepções sobre ordem internacional e papel da Defesa.

Há um capítulo, nesta dissertação, reservado à revisão da literatura sobre os casos; entretanto, cabe uma breve apresentação. A República da África do Sul, ex-colônia da Inglaterra e independente desde 1910, viveu, até 1994, um regime político segregacionista, pelo qual uma elite branca dominava a política, e a maioria da população negra ou *coloured* (em geral imigrantes indianos) estava sujeita à marginalização e violência de toda sorte. Esse Estado era considerado uma presença hostil na África Austral, chegando a desenvolver armamento nuclear e empreender diversas intervenções armadas em países vizinhos.

A partir de 1994, com a chegada do primeiro presidente negro ao poder, resultado de um processo de transição política e lutas sociais capitaneadas pelo Congresso Nacional Africano, entidade política que congregava os negros sul-africanos e cujos líderes eram os depois presidentes Nelson Mandela, Thabo Mbeki. Com eles, o país experimenta uma mudança profunda em sua orientação externa, bem como na política interna e na economia,

com reformas econômicas de cunho neoliberal e a cunhagem de um projeto para a região da África Austral na qual a África do Sul, antes inimiga, agora seria líder e principal motor econômico. Os desafios do ambiente de segurança regional na África Austral são amplos, desde o influxo de refugiados até epidemias e criminalidade, entre outros. A política de defesa acompanhou a mudança no regime político e trabalhou sobre revisões ao longo da década de 1990 e em 2012-2013.

O Brasil, independente desde 1822, foi Império (1822-1889), e é República localizada na América do Sul. Politicamente, o período republicano brasileiro atravessou transições políticas e regimes ditatoriais, tendo a transição para o atual regime político-democrático ocorrida em 1985. Na República Federativa do Brasil habitam mais de 200 milhões de pessoas. Sua política exterior, até os anos 1930, fora marcada por uma defesa do regime oligárquico agrário exportador. A partir daquele período, teve início um processo de modernização econômica calcada na industrialização por substituição de importações e, em paralelo, a política externa teve momentos de alternância entre busca por mais autonomia e alinhamento *vis-à-vis* à potência hegemônica, os EUA, sendo a principal função da política exterior a defesa do desenvolvimento. Após um interregno de reformas neoliberais pós-transição do regime autoritário, que perdurara entre 1964-1985, o país também se destacou no cenário internacional, a partir de 2003, com a assunção do governo pelo Partido dos Trabalhadores, por um processo de crescimento econômico com distribuição de renda e discurso protagonista no cenário internacional.

Do ponto de vista da política de defesa e inserção no ambiente de segurança regional, o Brasil localiza-se numa região com baixo nível de conflituosidade interestatal, e são aspectos marcantes o abandono do projeto nuclear bélico (1990), a criação do Ministério da Defesa (1999), a elaboração de políticas declaratórias de defesa com crescente densidade de formulações, conforme será abordado no capítulo III desta dissertação, e o apoio a organizações internacionais regionais como Mercado Comum do Sul ou a União de Nações Sul-americanas (em especial para seu componente temático de segurança e defesa, com o Conselho de Defesa Sul-americano).

A República da Índia, local onde habitam mais de 1,2 bilhão de pessoas (CIA, 2012), é uma ex-colônia inglesa que conquistou sua independência em 1947 depois de um importante movimento nacionalista de libertação cujo princípio fundamental era a não violência, liderada por Mohandas K. Gandhi. Está localizada no Sul da Ásia e é governada por um regime de

democracia parlamentar, convivendo, num contexto político e religioso diverso e plural, com, pelo menos, três grandes religiões (Sikh, Hindu e Islã).

Esse Estado, durante o período da Guerra Fria, fazia parte do grupo de países em desenvolvimento que buscava constituir uma alternativa à bipolaridade mundial, o que se chamou de Movimento Não Alinhado. Durante os anos 1990, passou por intensas reformas econômicas, privatizações e investimentos no setor de tecnologia da informação e alguns setores industriais como automobilismo e fármacos, o que lhe garantiu taxas de crescimento vultosas, bem como tornou o país destino de investimentos internacionais. Geopoliticamente, a Índia enfrenta rivalidades históricas com Paquistão, outra ex-colônia britânica – mas cuja maioria é islâmica –, e com a China. Em função de esses três Estados possuírem armas nucleares e a região ser permeada por movimentos de libertação, guerrilhas etc., o Sul da Ásia tem sido alvo crescente de análises, em especial a partir dos anos 2000, quando, ao intenso projeto de modernização, foi agregado o discurso internacional de emergência de novos Estados importantes no cenário internacional.

Alguns dados podem ser elencados, para fins de contextualização dos casos escolhidos. Trata-se de três Estados que experimentaram, na última década, um período de robusto crescimento econômico e modernização, em paralelo à elevação de seu perfil no cenário internacional. Apenas para exemplificar, segundo dados do Banco Mundial (2013), entre 2002 e 2012, a África do Sul experimentou um crescimento de seu Produto Interno Bruto (PIB) de 3,62% em média (desvio padrão = 1,98, o Brasil cresceu, em média, 2,81% (desvio padrão = 2,43) – sendo que, em 2010, o país cresceu a uma taxa de 7,53%, e a Índia, 7,94% (desvio padrão = 2,59).

Outros dados[3] podem ser apontados sobre a importância geográfica e política dos casos analisados. África do Sul, Brasil e Índia são, respectivamente, 24º, 5º e 7º maiores área territoriais no mundo. Em Produto Interno Bruto em paridade de poder de compra desses Estados, eles são, respectivamente, 25º, 8º e 4º mundialmente e, em população, 25º, 5º e 2º. Estes são, entretanto, países com elevada desigualdade social e incontáveis mazelas sociais. O índice de gini, medida utilizada para aferir a desigualdade na distribuição de renda, pelo qual quanto mais perto de 100, pior a distribuição de renda do país, os dados são, para a África do Sul 63,1 (2005); Brasil, 54,7 (2009); e Índia, 33,4 (2005). Respectivamente, 2º, 17º e 78º posições no *ranking*, com o agravante de a Índia possuir indicador de pobreza

[3] Para este parágrafo, a fonte dos dados coletados é o *CIA World Factbook*, sistematizado pela Wikipédia. Trata-se de dados, sempre que possível, para 2013.

multidimensional mais expressivo (PNUD, 2013, p. 30), com porcentagem considerável da população vivendo com menos de US$ 1,25 por dia. Somem-se a isso os resultados do Índice de Desenvolvimento Humano desses Estados (PNUD, 2013), em que, respectivamente, África do Sul, Brasil e Índia ocupam a 121º (0,629 – considerado médio), 85º (0,730 – considerado limítrofe para elevado) e 133º (0,554 – considerado médio).

A elaboração de uma dissertação de mestrado em um programa de pós-graduação em Ciência Política sobre a temática em tela justifica-se por algumas razões. A primeira dela relaciona-se à crescente agenda de pesquisa entre estudiosos de Política Internacional por estudos cuja perspectiva é comparada. Além disso, do ponto de vista teórico, conforme observar-se-á no capítulo que se segue, a proposta é, ainda que de forma reduzida devido ao escopo do trabalho, propor um diálogo interpretativo entre duas correntes teóricas dos estudos sobre segurança internacional que dialogam limitadamente, a saber, a questão da percepção de ameaças para a Escola de Copenhague e para o Realismo Neoclássico.

A análise das fontes empreendida neste trabalho tem como formulação implícita a observação do binômio "capacidades e intenções", ou seja, compreender a perspectiva material e a lógico-perceptiva. Em função da data recente de publicação das políticas declaratórias de África do Sul e Brasil, bem como a relativa dificuldade de obtenção ou mesmo desinteresse de pesquisadores pelos relatórios de defesa da Índia fazem com que o conjunto dos dados qualitativos em tela não tenha sido analisado amplamente na Academia. O mesmo ocorre para os indicadores quantitativos materiais: a variável, elaborada pelo projeto *Correlates of War*, já amplamente explorada em outros países, ainda carece de mais análises no Brasil, e, mesmo para as análises no exterior, o universo das potências regionais não é explorado. Também não foi explorada amplamente na academia brasileira a análise sobre a junção lógica entre segurança e desenvolvimento dentro das políticas de defesa das potências regionais.

Passa-se, agora, ao guia dos capítulos desta dissertação. No capítulo 1, o objetivo é apresentar e discutir, dentro do limitado escopo deste trabalho, o constructo teórico adotado para a análise e os métodos utilizados. Assim, discute-se o significado da segurança no pós Guerra Fria, marco cronológico do trabalho, abordando e propondo diálogo entre as escolas teóricas do Neorrealismo – também passando pelas noções do Realismo Neoclássico de percepção e Grande Estratégia – e Escola de Copenhague. Posteriormente, faz-se uma revisão teórica sobre os trabalhos que utilizam a categoria analítica de potência regional, bem como a

necessária discussão sobre o nexo entre segurança e desenvolvimento. A hipótese e as variáveis são, então, enunciadas, bem como, em complemento, são tecidas as considerações sobre o método utilizado e as fontes analisadas.

O capítulo II desta dissertação é dedicado a uma Revisão da Literatura sobre os casos, buscando analisar as inserções das potências regionais África do Sul, Brasil e Índia nas Ordens Regionais de Segurança. No caso sul-africano, interessa saber, na literatura, as mudanças no contexto regional e as hipóteses da literatura sobre a percepção de ameaça naquele país, dado que este experimentou um processo de transição política intenso. No caso brasileiro, interessa saber em que medida a dimensão da preponderância brasileira é discutida pela literatura e como esta é influenciada pela percepção de ameaças. O caso indiano é discutido com base nas análises da literatura sobre aspectos relacionados às tensões regionais, bem como o cenário nuclear numa região permeada por conflitos. Apresenta-se, ao final, uma conclusão comparativa da revisão de literatura sobre os casos.

O capítulo III desta dissertação dedica-se à análise comparativa dos casos propriamente dita. Empreende-se, inicialmente, uma análise das capacidades nacionais de poder – variáveis de cunho material –, buscando obter um diagnóstico da polaridade das regiões nas quais estão inseridos os casos. Em seguida, faz-se uma análise documentada das políticas declaratórias de defesa de África do Sul, Brasil e Índia, observando os seguintes aspectos: uma contextualização sobre a forma geral de observar a defesa e o cenário internacional, seguida das percepções sobre a Ordem Regional de Segurança e o nexo entre segurança e desenvolvimento. Uma conclusão comparativa sumariza os achados empíricos do capítulo.

Em seguida, elabora-se uma conclusão que sumariza os argumentos expostos nesta dissertação e apresentam-se três anexos, quais sejam Gráficos adicionais à seção 3.1 com dados sobre gastos militares e Produto Interno Bruto; trechos selecionados dos Relatórios Anuais do Departamento de Defesa da Índia, visando a ressaltar o processo de mudança de foco na agenda de segurança, dentro dos quais são abordadas as posições daquele país frente ao uso bélico de tecnologia nuclear, a posição sobre a "segurança interna" e as percepções sobre a China; e os mapas das regiões abordadas por esta dissertação.

1 Constructo Teórico e Métodos Adotados

Este capítulo se apresenta como um esforço, ainda que de forma sintética, de construir um corpo teórico que forneça razoável enquadramento dos dados analisados ao longo do capítulo III. Trata-se, pois, de construir com a literatura um marco teórico que permita inteligibilidade da informação analisada.

Faz-se necessário ressaltar que esta dissertação de mestrado possui ambições reduzidas: não se aprofundará na discussão de cada corrente teórica para a construção do raciocínio. O objetivo é de expor alguns conceitos e apontar por que eles se mobilizam na construção deste texto, relacionando sua relevância na análise.

Neste capítulo, a próxima seção situa o debate sobre Segurança Internacional no pós Guerra Fria, marco cronológico deste trabalho. As seções 1.2, 1.3, 1.4 e 1.5 trabalham os enfoques teóricos mobilizados para a análise apresentada no capítulo empírico; respectivamente, tratam sobre Neorrealismo e sua variante neoclássica, discutindo a noção de grande Estratégia, possibilidade de ação dos Estados, a importância da percepção sem, entretanto, desvalorizar a dimensão das capacidades materiais ; Escola de Copenhague e a ampliação temática dos Estudos em Segurança, bem como a dimensão da percepção e da valorização dos discursos; os estudos sobre potências regionais; o debate teórico sobre a ligação entre segurança e desenvolvimento. As seções 1.6 e 1.7 são eminentemente metodológicas. Esta faz um balanço sobre o uso das fontes e aquela opta por uma perspectiva comparada.

1.1 Segurança Internacional no Pós Guerra Fria

Conceitos não surgem no vácuo, tampouco devem ser sacralizados (COX, 1981). Esse é um pressuposto deste trabalho. Cabe, pois, situar que o marco cronológico desta dissertação é o pós Guerra Fria, mais especificamente os tempos atuais, insistir que os trabalhos teóricos selecionados para apresentação nas seções que se seguem são reações da produção acadêmica aos contextos históricos e políticos vivenciados. Como se trata de um trabalho de Política Internacional, especificamente de Segurança Internacional, esta observação é ainda mais

significativa porque não foram poucas as mudanças ocorridas na agenda de Segurança Internacional, findada a bipolaridade mundial.

Pari Passu à mudança de contexto político, o campo dos estudos sobre Segurança Internacional é permeado por intensos debates. O mundo das fixas alianças e das tradicionais guerras interestatais se tornara mais complexo. Crises humanitárias, guerras civis, unipolaridade militar dos Estados Unidos da América e, ao mesmo tempo, mais poder regionalmente para alguns Estados – num cenário de multipolaridade –, espionagem, guerra cibernética: a complexidade se intensificou no sistema internacional, desafiando os analistas (LEHMANN, 2012).

Buzan e Hansen (2009) afirmam, em seu *reader* sobre Segurança Internacional, que há uma divisão fundamental neste campo, consoante boa parte da literatura internacional sobre a história da subdisciplina, a qual dividir-se-ia entre os Estudos Estratégicos (*Strategic Studies)*, denominados visão tradicionalista – que privilegia a compreensão da força militar nos Estados[4] – e os Estudos de Segurança Internacional, que observam a segurança de forma mais ampla.

Parte-se, neste trabalho, de algumas tentativas de teorização das relações entre Estados, poder, sistema internacional e suas relações com as questões regionais. O recorte adotado transita entre uma visão realista centrada no Estado – trabalhando com as categorias de Estado e sistema internacional e capacidades materiais (WALTZ, 1979) - e uma visão mais abrangente, voltada para percepção de ameaças existenciais por parte dos Estados (BUZAN *et alii*, 1998).

A primeira visão tem como ator predominante o Estado. O foco reside no papel do uso da força no sistema internacional, e os principais autores da visão apresentam o argumento de que a ampliação do que se entende por "segurança" faria com que o campo de estudos perdesse coerência intelectual[5]. Essa abordagem estaria associada, historicamente, ao contexto da Guerra Fria, quando o mundo bipolar e a predominância das armas nucleares como ponto-chave na agenda de segurança dos Estados ocasionavam uma lógica de ameaças bem definida

[4] No Brasil, Figueiredo (2009), quando analisa a subdisciplina dos Estudos Estratégicos, estrutura uma divisão segundo a qual há duas visões sobre o que deve ser tratado como sendo de Segurança, a saber, a visão "Estreita" e a visão "Abrangente". Esta divisão também aparece em Buzan e Hansen (2009), quando estes autores se referem aos estudos de segurança internacional.

[5] Apenas para citar alguns, no debate internacional, destacam-se Colin Gray (2006) e Stephen Walt (1991). No Brasil, o grupo mais afeito a essa posição é aquele coordenado por Domício Proença Junior (2011).

e centrada nos Estados-nação como principais atores do sistema internacional e principais fontes de ameaças.

Num sistema internacional anárquico no qual prevalecem as relações de poder, a insegurança é perene. A anarquia – princípio ordenador do sistema – implica na necessidade de cada Estado zelar por sua própria segurança, decorrendo em políticas de defesa singulares visando a esse fim. O esforço orientado para a segurança por parte de um Estado se traduz na maximização do seu poder, consubstanciada na forma de aumento da autonomia e de ampliação da influência sobre os demais atores no sistema internacional. O que se enfatiza dessa corrente é a preocupação com os aspectos materiais de poder – que é relacional e maximizável econômica, política e militarmente – e da segurança, que se traduz por temáticas políticas e militares.

Já a segunda seria a visão de que ameaças não militares também seriam passíveis de estudos, principalmente por serem tomadas como assuntos "de segurança" por Estados[6], bem como a segurança poderia ser estudada como algo discursivo (BUZAN *et alii*, 1998) etc. Essa abordagem está associada a um processo de ampliação da agenda de segurança internacional que já se havia iniciado na década de 1970, quando temas econômicos e de migrações internacionais foram incorporados. No pós Guerra Fria, esse processo intensifica-se consideravelmente com a inclusão de mais ameaças não estatais. As formulações referentes às "novas ameaças" sofrem novo impulso quando ocorreram os ataques terroristas de 11/09/2001.

Dentro dessa segunda abordagem, encontra-se a Escola de Copenhague. Esse grupo de teóricos, num contexto de reorganização do sistema internacional no pós Guerra – para o qual a abordagem Neorrealista[7] fora desenhada –, amplia e redefine as questões a serem tratadas na seara da Segurança Internacional. Afirmando que o que faz uma questão de segurança é algo colocado discursivamente como ameaça existencial[8]; os autores ressaltam que o discurso de segurança tem servido para legitimar ações extraordinárias, situadas além

[6] Há uma miríade de autores que realizam essa revisão. As correntes se subdividem. Há diversos enfoques, é possível dizer que os expoentes dessa visão abrangente são Barry Buzan e seus colegas da Escola de Copenhague, cujo enfoque de análise às questões de Segurança Internacional é adotado criticamente para contribuir na análise empreendida nesta dissertação.

[7] Essa abordagem será brevemente discutida na seção 1.2.

[8] Sucintamente, para Buzan *et alii*, aí demonstrando influência das formulações construtivistas em Relações Internacionais, Segurança seria prática autorreferencial: a ameaça não é objetiva, mas definida em um processo intersubjetivo.

das regras políticas vigentes, esboçando uma divisão metodológica das questões de segurança entre setores, a saber, Político e Militar – já tradicionais nas análises –, além de Econômico, Societário e Ambiental, cada um com dinâmicas específicas a serem observadas.

O que se faz a seguir é cotejar ambas as perspectivas e apresentar um conjunto de discussões com o qual far-se-á a análise comparativa proposta no terceiro capítulo. A perspectiva adotada situa-se na necessidade de se ampliar o que se entende como sendo assuntos de Segurança, sem perder de vista a preponderância dos Estados como atores fundamentais nesta seara.

1.2 Neorrealismo, Realismo Neoclássico e Grande Estratégia: algumas considerações sobre capacidades materiais e percepção

São duas as obras principais na produção teórica de Kenneth Waltz, quais sejam, "*Man, State and War*" (1959) e "*Theory of International Politics*" (1979). Com um intervalo superior a 20 anos entre a primeira, sua tese de doutorado[9], e a segunda, ambas são obras fundamentais para a corrente neorrealista da Teoria de Relações Internacionais. A primeira obra esboça explicações para política internacional (em especial, para o fenômeno da guerra) existente até então na filosofia política, dividindo-as em três níveis: aquelas voltadas para a natureza humana, aquelas voltadas para a natureza do Estado e aquelas voltadas para argumentos sistêmicos. A preferência de Waltz é construir seu modelo a partir de uma perspectiva sistêmica, e é o que o autor desenvolve de forma plena na obra de 1979.

Elman (2007, p. 13) argumenta que Waltz, em contraposição ao pensamento Realista que o precede, nivela os Estados, como se o que importasse fosse sua interação no Sistema e não suas dinâmicas internas, à exceção do pressuposto de que Estados querem sempre sobreviver. Encontra-se aí a concepção de sistema, tão cara a Waltz. É preciso observar que do sistema internacional faz parte o conjunto de Estados que, em suas interações, influenciam na constituição do sistema, mas sendo este algo diferente das unidades.

A estrutura do sistema internacional em Waltz (1979, p. 79-101), argumenta Griffiths (2000, p. 48), é definida de duas formas: a forma pela qual os Estados se relacionam uns com

[9] Que fora defendida anos antes de se tornar livro.

os outros, ou seja, a anarquia e a autoajuda pelas quais os entes que constituem o sistema internacional só podem contar com eles mesmos; e a distribuição de capacidades no Sistema, num ambiente onde cada Estado reage distintamente aos estímulos sistêmicos, importando a busca estatal por Poder, tendo em vista uma ação mais autônoma na política internacional.

Há em Waltz a autonomia do político em relação aos outros campos de ação internacional do Estado (WALTZ, 1979, p. 79), buscando observar o impacto da estrutura na conduta dos Estados, considerando esta como a causa subjacente da guerra. Sendo o Realismo uma teoria cujos objetos principais são poder e segurança, os Estados buscam poder e segurança porque se situam num sistema de autoajuda (WALTZ, 1979, p. 111). A busca pela autonomia se dá pela impossibilidade de estabelecimento de alianças que suplantem a necessidade de cuidar de si, mantendo sua posição no sistema (WALTZ, 1979, p. 126) e, ainda que a anarquia não conduza necessariamente ao conflito, a ameaça deste está sempre presente.

Um autor a empreender tentativas de "atualizar" o arcabouço neorrealista é Stephen Walt (1985), com a ideia de balanço de ameaças, em detrimento ao balanço de capacidades presente em Waltz. Para a crítica de Walt o Poder não é a principal categoria para a Segurança Internacional, ainda que fundamental, e sim a noção de ameaças. Assim sendo, este autor cria uma tipologia de quatro critérios pelos quais Estados percebam ameaças, quais sejam, a força agregada – em que estão incluídas propriedades materiais como o tamanho do território, o produto interno bruto ou mesmo a população –, a proximidade geográfica[10], as capacidades ofensivas – mormente de tipo militar, como vetores e armamento nuclear, forças armadas modernas e numerosas - e, numa inclusão da dimensão ideacional das ações, a intenção ofensiva. As respostas estatais às ameaças são tipológicas em duas formas: aquela pela qual o Estado "ameaçado" equilibra construindo alianças e aumentando suas capacidades e aquela pela qual o Estado "ameaçado" resigna-se e busca auferir, de forma pragmática, vantagens da situação. Os termos são, respectivamente, dos termos "*Balancing*" e "*Bandwagoning*", traduzidos por Amorim Neto (2011) e Rodriguez (2013) como Balanceamento e Reboquismo, categorias já mencionadas por Waltz (1979, p. 126).

O Realismo Neoclássico surge como uma resposta à mudança no contexto da política mundial, bem como a uma resposta teórica dos autores realistas às críticas sofridas pelo

[10] Ponto este que será retomado quando discutirmos as teorias sobre segurança regional.

Neorrealismo. Essa corrente relativiza o paradigma da "bola de bilhar", tão caro aos waltzianos, argumentando que as capacidades materiais importam muito na política internacional, mas os mecanismos domésticos de decisão e a percepção doméstica do ambiente internacional são fundamentais para um retrato acurado da realidade.

O termo Realismo Neoclássico foi criado por Rose (1998) (WAGNER, 2007; LOBELL *et alii*, 2009) para definir essa corrente do Realismo que se preocupava, em suas explicações, com variáveis sistêmicas e domésticas. Nas palavras do autor:

> […] which I term "neoclassical realism." It explicitly incorporates both external and internal variables, updating and systematizing certain insights drawn from classical realist thought. Its adherents argue that the scope and ambition of a country's foreign policy is driven first and foremost by its place in the international system and specifically by its relative material power capabilities. This is why they are realist. They argue further, however, that the impact of such power capabilities on foreign policy is indirect and complex, because systemic pressures must be translated through intervening variables at the unit level. This is why they are neoclassical [...] [11](ROSE, 1998, p. 146).

O Realismo Neoclássico tem em conta as dimensões das capacidades materiais e a via de explicação sistêmica tão cara ao Neorrealismo, mas confere mais agência aos atores estatais em detrimento do sistema, se comparado àquela corrente ensejada por K. Waltz. Tal ponto pode ser demonstrado pela crescente preocupação de teóricos do Realismo Neoclássico com as possibilidades de ação dos Estados, criando tipologias etc.

Schweller (1998, p. 46) define "pólo" como um Estado que possui, pelo menos, metade dos recursos do Estado mais poderoso do Sistema. Essa definição será explorada mais à frente, quando discutirmos as capacidades nacionais dos Estados que analisamos, mas ressalte-se a importância dada, nessas correntes teóricas, às capacidades materiais de poder e às estratégias de ação internacional dos Estados.

[11] O trecho correspondente na tradução é: "O que eu chamo de 'realismo neoclássico'. Incorpora explicitamente tanto as variáveis externas quanto as internas, atualizando e sistematizando certas percepções extraídas do pensamento realista clássico. Seus adeptos argumentam que o alcance e a ambição da política externa de um país são conduzidos acima de tudo pelo seu lugar no sistema internacional e, especificamente, por suas capacidades de poder material relativo. É por isso que eles são realistas. Eles argumentam ainda, no entanto, que o impacto de tais capacidades de poder sobre a política externa é indireta e complexa, porque as pressões sistêmicas devem ser traduzidas através de variáveis intervenientes no nível da unidade. É por isso que eles são neoclássicos"

Taliaferro *et alii* (2009, p. 4) demarca que a distribuição do poder relativo entre os Estados define os parâmetros mais amplos de sua ação internacional. É nessa seara que age a política externa[12] com que se constrói a inserção internacional dos Estados.

Como já mencionado, fundamental para o Realismo Neoclássico é conferir agência aos Estados. Para isso, os teóricos dessa corrente trabalham, ao analisar, em especial a política externa dos Estados Unidos da América (EUA), com a noção de Grande Estratégia. Esta incluiria as formulações estatais para adequar meios aos fins políticos, englobando ação estatal nas searas econômica, política e militar (GRAY, 2007) e agregando tanto a dimensão da possibilidade da agência do Estado *vis-à-vis* ao Sistema quanto a importância do papel da percepção na ação Estatal. Curiosamente, não se refere, nos textos dos realistas neoclássicos, a uma definição precisa, tratando-se de uma espécie de categoria nativa para essas análises, ainda que seja um conceito controverso e impreciso (BRANDS, 2012).

Schmidt (2008, p. 164), ao realizar seu *survey* na literatura sobre segurança nacional[13], também define o setor na política externa de um Estado que contém suas percepções de ameaça na medida em que contém os principais objetivos do ponto de vista da Segurança: a Grande Estratégia, a qual pode ser definida, segundo o autor, em três passos, quais sejam, a determinação das metas vitais de segurança dos Estados por seus formuladores de política externa, a identificação da principal fonte de ameaça (seja ela interna ou externa) e o elenco dos meios políticos, econômicos e militares para operacionalizar a realização dos objetivos de segurança nacional.

De forma mais específica, Dueck (2006) também discorre sobre os aspectos da Grande Estratégia:

---

[12] Em função de este trabalho analisar política de defesa, ter escopo reduzido e também em função da relativa autonomia que o setor de Defesa ocupa dentro da agenda pública dos Estados analisados, opta-se por trabalhar com uma definição de política externa centrada no Estado, na ficção de que os Estados atuam unitariamente no sistema internacional. Ainda assim, ressalte-se a importância da agenda de pesquisa, da qual o IESP-UERJ também faz parte, que tenta dar conta da complexidade das questões de política externa, da miríade de atores envolvidos e da preocupação analítica e normativa para que este tema seja tratado enquanto política pública (MILANI; PINHEIRO, 2012).

[13] O argumento central de Schmidt (2008) é que são múltiplas as visões teóricas sobre o que significa "Segurança Nacional". O autor faz um balanço da contribuição dos Estudos de Segurança ao tema, constituindo-se em contraposição ou colaboração às concepções realistas e neorrealistas da Guerra Fria, num contexto em que o espectro de ameaças tratáveis, seja pelos Estados, seja pelos analistas, era cada vez mais complexo. Desch (1998), discutindo a mesma temática, a qual chama de novas explicações culturalistas para a Segurança, afirma que são importantes, mas os *insights* realistas, entendidos como percepção de ameaças aos Estados, ainda são fundamentais para a compreensão da temática.

> Grand strategy involves the prioritization of foreign policy goals, the identification of existing and potential resources, and the selection of a plan or road map that uses those resources to meet those goals. Whenever foreign policy officials are faced with the task of reconciling foreign policy goals with limited resources, under the prospect of potential armed conflict, they are engaging in grand strategy. Levels of defense spending, foreign aid, alliance behavior, troop deployments, and diplomatic activity are all influenced by grand strategic assumptions. Whether implicitly or explicitly, leading officials in every nation-state have a sense of their country's interests, of the threats that exist to those interests, and of the resources that can be brought to bear against those threats. Grand strategy is the inevitable process of ranking and assessing those interests, threats, and resources. And any nation's grand strategy can sometimes change dramatically[14] (DUECK, 2006, p. 1).

Schmidt (2008, p. 168) também reconhece que as capacidades são fundamentais para a compreensão das ameaças estatais. Quanto mais se possui, mais intenso o espectro de ameaças enfrentadas, considera o autor. E, consequentemente, Estados com exíguas capacidades materiais possuem capacidades de ações diversas no sistema internacional.

Politicamente, uma vez que se deve obsevar, nas produções em Relações Internacionais, a finalidade para a qual o trabalho acadêmico se direciona, para além do mero debate científico, a obra de Waltz direcionava-se ao contexto da Guerra Fria, na qual sólidas alianças de cada polo da bipolaridade mundial poderiam ser explicadas por teorias sistêmicas como aquela erigida por Waltz. Assim sendo, este se tornou um trabalho com enorme influência no Campo de RI, alvo de debates e críticas acadêmicas, sejam oriundas de autores de corte mais positivista[15] com os liberais, sejam oriundas dos pós-positivistas[16].Outra crítica a ser feita, essa pertinente para um trabalho como esta dissertação, que não trata de Grandes Potências, e sim de Estados da semiperiferia do sistema internacional [17]: a preferência, seja

[14] O trecho correspondente na tradução é : "A grande estratégia envolve a priorização dos objetivos da política externa, a identificação dos recursos existentes e potenciais, e a seleção de um plano ou mapa do caminho que use esses recursos para atingir essas metas. Sempre que as autoridades de política externa são confrontadas com a tarefa de conciliar os objetivos de política externa com recursos limitados, sob a perspectiva de potencial conflito armado, eles estão envolvidos em grande estratégia. Os níveis de gastos com a defesa, a ajuda externa, o comportamento da aliança, as implantações de tropas, e a atividade diplomática são todos influenciados por pressupostos estratégicos grandiosos. Implícita ou explicitamente, altos funcionários cada Estado-nação tem um senso de interesses do seu país, das ameaças que existem para esses interesses, e dos recursos que podem ser exercidas contra essas ameaças. A grande estratégia é o inevitável processo de classificação e avaliação de tais interesses, ameaças e recursos. E a grande estratégia de qualquer nação pode às vezes mudar dramaticamente"

[15] Entendida como corrente que busca, em seus trabalhos, formular e observar leis gerais para a política internacional. Ver, por exemplo, as críticas presentes no livro organizado por Robert Keohane *"Neorrealism and its Critics"*, ainda que este seja um livro em que se reúnem pesquisadores pós-positivistas para também criticar o Neorrealismo.

[16] Entendidas como correntes que criticam as formulações positivistas desde um ponto de vista voltado para a impossibilidade de formular leis gerais sobre fenômenos complexos como a vida social e, portanto, a política internacional. Por exemplo, ver Ashley (1986), Wendt (1992) e a extensa produção atual.

[17] Para Domingues (2012), utilizando-se do referencial teórico da Teoria da Dependência, a semiperiferia, em termos breves, consiste num grupo de Estados, dentro do sistema interestatal capitalista, que não seria somente

nas análises oriundas do Neorrealismo, seja nas análises do Realismo Neoclássico, é pelo estudo dos Estados centrais na política mundial. Isso não invalida seus *insights* teóricos, estes apenas apresentam um desafio de apreciação crítica para casos diversos, situados aquém do centro de poder do sistema internacional.

Há que ressaltar os aspectos fundamentais dessa breve apresentação sobre Neorrealismo e Realismo Neoclássico para o nosso trabalho. É necessário ter em consideração a importância da dimensão sistêmica na análise, e observar que o Estado é ator fundamental para a compreensão da temática da política de Defesa, tendo em conta que as capacidades materiais devem ser tomadas como limitações estruturais às quais estão sujeitas os Estados. Além disso, com a inclusão dos *insights* do Realismo Neoclássico, trata-se de reconhecer o quanto importam as dimensões domésticas para a análise da política internacional – ainda que não seja o foco de nosso trabalho – e, principalmente, a ênfase na questão da percepção de ameaça. Schweller (2006) argumenta ser o mecanismo de percepção de ameaça uma variável interveniente fundamental entre o cenário internacional e a institucionalização de respostas estatais. Constam da Grande Estratégia[18] de um Estado, então, suas percepções de ameaça.

Dito isso, segue-se a discussão sobre outra corrente na Teoria de Relações Internacionais que também trabalha com a ideia de percepção de ameaça, mas caminhando por outra *rationale*. Objetiva-se, nesta dissertação, fazer com que, em alguma medida, essas correntes dialoguem.

---

periferia e tampouco teria estatura político-econômica para ser centro. Além disso, em certas situações, os semiperiféricos mantêm relações de dominação com países periféricos e, em outras situações, adquirem papel subalterno quando da relação com países centrais. A semiperiferia é, assim, mais que uma passagem para ascensão e descenso, algo mutável, mas, em ambas as situações, diferentes do centro do sistema internacional.

[18] E ressalte-se que o próprio processo de formulação da Grande Estratégia de um Estado é motivo de disputa política. A opção feita nesta dissertação é não aprofundar essa dimensão, ainda que se tenha consciência dela.

1.3 Escola de Copenhague[19]: Segurança como construção e o papel da percepção

Além da já apresentada divisão de entendimentos sobre os Estudos de Segurança entre as abordagens tradicionalista ou estreita associada às premissas realistas centradas no Estado, cujos estudos têm foco em assuntos estritamente militares, e a abordagem abrangente ou *widener* que sustenta poderem outros assuntos serem vistos como "de segurança", Tanno (2003) argumenta que a postura teórica da Escola de Copenhague pode ser analisada como uma terceira visão, influenciada pelas críticas introduzidas por reflexões oriundas do construtivismo.

Os fundamentos teóricos para as formulações da Escola de Copenhague são diversos. Os primeiros trabalhos sofrem influência das discussões sobre "exceção", trazida pelo teórico político Carl Schmitt, da linguística de John Austin e da teoria da comunicação (com a teoria dos atos-discurso). Buscava-se, naquele contexto, realizar uma apreciação crítica das observações neorrealistas na teoria de RI, aplicando-lhes um filtro sociológico.

Entende-se que o instrumental teórico ensejado por Buzan *et alii* (1998) é, sim, permeado por reflexões metateóricas trazidas pelo Construtivismo nas Relações Internacionais, porém partindo de diversos pressupostos do Realismo, como a noção de anarquia no sistema internacional e a predominância dos Estados como atores preponderantes na cena internacional, ideias consideradas típicas do recorte temático da segurança internacional (WILLIAMS, 2003). A centralidade do Estado enquanto ator preponderante nas relações internacionais prevalece em Buzan, ainda que reconheça a importância da abordagem de segurança individual, trazida pelos estudos críticos de segurança (TANNO, 2003, p. 56).

Em um contexto no qual os estudos de segurança deveriam ser mais abrangentes, já que a ordem bipolar e suas ameaças derivadas da natureza bipolar do sistema internacional retiraram-se de cena, a proposta da Escola de Copenhague é de que a segurança é não oriunda

[19] Nesta subseção, trato de sumarizar alguns desenvolvimentos nessa corrente de pensamento sobre Segurança Internacional. Entretanto, em função do escopo dessa dissertação, a função desta subseção é mostrar a origem de aspectos da análise empreendida nos capítulos seguintes. Por isso, optou-se não fazer um balanço histórico da Escola de Copenhague, tampouco discutir a fundo seus desenvolvimentos teóricos mais contemporâneos. Para um balanço histórico cf. Guzzini ; Jung (2004), para as críticas sociológicas McSweeney (1999), para um balanço das três escolas dos Estudos de Segurança - Copenhague, Paris e Abbersmith - por um expoente da Escola de Copenhague, ver Waever (2004) ; para o conceito de Macroecuritização, tão caro aos desenvolvimentos posteriores da pesquisa da Escola de Copenhague, ver Buzan e Waever (2009).

de noções obtidas por ameaças objetivamente determinadas, e sim por uma perspectiva socialmente construída, ligada à percepção, sendo prática referencial e verificável pela produção de discursos de segurança. Buzan *et alii* (1998) afirmam ser a segurança prática autorreferencial, isto é, as ameaças não são objetivas, mas definidas em um processo intersubjetivo. Ainda assim, todo Estado tem problemas de segurança, queira ou não (BUZAN, 1983, p. 215).

Os autores ressaltam que o discurso de segurança tem servido para legitimar ações dentro da agenda política de Estados porque o termo "segurança" e a lógica ensejada pela utilização dele nos discursos políticos conferem notável prioridade ao tema aplicado. Este é um processo que, em última análise, amplia a discricionariedade do Estado na definição de ameaças e da definição das ações políticas tomadas para fazer frente a elas, dado que o Estado é, frequentemente, Ator de Securitização e Objeto de Referência.

Tal ideia sobre o peso que o conceito de segurança possui no campo da prática política é partilhada por Der Derian (1993), ao realizar, sob uma perspectiva da teoria política, uma genealogia do conceito:

> **No other concept in international relations packs the metaphysical punch, nor commands the disciplinary power of 'security.**' In its name peoples have alienated their fears, rights and powers to gods, emperors, and most recently, sovereign states, all to protect themselves from the vicissitudes of nature – as well as from other gods, emperors, and sovereign states. In its name weapons of mass destruction have been developed which transfigured national interest into a security dilemma based on a suicide pact. And, less often noted in IR, in its name billions have been made and millions killed while scientific knowledge has been furthered and intellectual dissent muted[20] (DER DERIAN, 1993, p. 94, grifo nosso).

Suarez (2008, p. 59) argumenta que os estudos realizados pelos autores da Escola de Copenhague são importantes teoricamente porque desenvolvem o conceito de securitização e, metodologicamente, porque desenvolvem a noção de setores. Esta abordagem entende as ameaças enquanto passíveis de construção e desconstrução, em detrimento da concepção positivista existente.

[20] O trecho correspondente na tradução é: "Nenhum outro conceito nas relações internacionais embala o soco metafísico, nem comanda o poder disciplinar de "segurança". Em seu nome, povos alienaram seus medos, direitos e poderes dos deuses, imperadores, e, mais recentemente, os Estados soberanos, tudo para proteger-se das vicissitudes da natureza - bem como de outros deuses, imperadores e estados soberanos. Em seu nome armas de destruição em massa têm sido desenvolvidas, o que transfigurou o interesse nacional em um dilema de segurança baseado em um pacto de suicídio. E, menos frequentemente observado nas RI, em seu nome bilhões foram feitos e milhões morreram enquanto o conhecimento científico tem sido promovido e dissidência intelectual silenciada."

Importante para a consecução deste trabalho é esclarecer alguns conceitos na análise em segurança realizada por Buzan *et alii* (1998, p. 35-42), sob a ótica de ampliação dos temas a serem tratados por Estudos de Segurança, bem como de um pluralismo metodológico ensejado pela análise de discursos de segurança. Dessa forma, os autores apresentam as Unidades de Análise em Segurança (*Units of Security Analysis*), em que o Objeto de Referência (*Referent Object*) é a coisa existencialmente ameaçada e cuja existência deve ser preservada; o Ator de Securitização (*Securitizing Actor)* realiza o "ato discursivo" (*Speech Act*) afirmando que o Objeto de Referência está ameaçado e os Atores Funcionais (*Functional Actors*) afetam a dinâmica do Setor analisado.

Cabe revisar com um pouco mais de detalhe o segundo aspecto: a introdução da noção de Setores na análise em Segurança Internacional. Os Setores, nos termos de Buzan *et alii* (1998), são as lentes com as quais se observam questões em segurança, devendo ter o analista em mente que aqueles estão permeados de valores e características específicas e que a natureza das ameaças e das unidades varia (BUZAN *et alii*, 1998, p. 27). Nesse quadro de análise (*framework)* os setores são separações lógicas de uma visão de um todo, um tipo particular de interação (BUZAN *et alii*, 1998, p. 1-2).

O mérito da produção teórica dos autores reside no fato de eles reclassificarem, rediscutirem e ampliarem o tratamento das questões de segurança. A abordagem setorial é compatível com o objetivo de ampliar a agenda de temas de segurança no pós Guerra Fria para além dos já tradicionais setores Político e Militar, entendidos pelos autores como a visão predominante nos *Traditional Security Studies.* A Escola de Copenhague introduz, sem desconsiderar os anteriores, os setores Econômico, Social e Ambiental.

Cabe, para fins revisionais, discorrer sobre cada setor, pois eles devem ser considerados dinamicamente, de acordo com o tema analisado, sendo cada qual possuidor de lógica distinta em que se articulam as “unidades de análise em segurança” e a percepção de ameaças:

a) Militar

Nesse Setor, o Objeto de Referência, em geral, está relacionado ao Estado, mas a crítica introduzida pela Escola de Copenhague consiste na tendência de estudos mais tradicionais em segurança, em ver todos os assuntos militares como assuntos de segurança,

quando, muitas vezes, as coisas não caminham nesse sentido. As Operações de Paz, por exemplo, não se encaixariam na temática porque, de acordo com Buzan *et alii* não são detentoras de ameaças existenciais. Nas palavras de Buzan (1991):

> […] military security concerns the two-level interplay of armed offensive and defensive capabilities of states, and states´ perceptions of each others intentions. Political security concerns the organizational stability of states, systems of government and ideologies that give them legitimacy. Economic security concerns access to the resources necessary to sustain acceptable levels of welfare and state power. Societal security concerns the sustainability, within acceptable conditions for evolution, of traditional patterns of language, culture and religious and national identity and custom, Enviromental security concerns the maintenance of local and planetary biosphere as the essential support system on which all other human enterprises depend[21] (BUZAN, 1991, p. 19-20).

b) Político

Nesse Setor, os Objetos de Referência são, em geral, normas relacionadas à sustentabilidade dos regimes políticos, das instituições, da capacidade de garantir monopólio do uso da força no âmbito interno. Assim, são as ameaças existenciais que se apresentam à soberania, ao reconhecimento, à legitimidade ou à autoridade de governo (TANNO, 2003, p. 64).

c) Econômico

No setor, as ameaças e os Objetos de Referência são, na opinião dos autores, os mais difíceis de apontar; entretanto, eles elencam falências e queda na capacidade de gerar bem-estar em áreas como comércio, produção e finanças.

d) Societário

Nesse setor, os Objetos de Referência típicos são as identidades coletivas de larga escala, as quais podem funcionar independentemente do Estado, sendo bastante difícil estabelecer fronteiras em ameaças existenciais.

e) Ambiental

[21]O trecho correspondente na tradução é: "Segurança militar diz respeito à interação de dois níveis de capacidade armada ofensiva e defensiva dos Estados, e as percepções de cada Estado sobre as intenções dos outros. Segurança política diz respeito à estabilidade organizacional dos estados, sistemas de governo e ideologias que lhes dão legitimidade. Segurança econômica preocupa-se com o acesso aos recursos necessários para sustentar níveis aceitáveis de bem-estar e poder do Estado. Segurança social diz respeito à sustentabilidade, dentro de condições aceitáveis para a evolução, de padrões tradicionais de língua, cultura, identidade e tradição religiosa e nacional, segurança ambiental diz respeito à manutenção da biosfera local e planetária, como o sistema de apoio essencial sobre o qual todas as os empreendimentos humanos dependem."

Nesse setor, ameaças tipicamente estão ligadas ao aquecimento global, à poluição demasiada, entre outras possíveis catástrofes ambientais, e os Objetos de Referência típicos são a existência das espécies, a sobrevivência da humanidade etc.

Sendo a segurança um tipo particular de política, Buzan *et alii* enunciam um conceito central para a execução deste trabalho: a Securitização (BUZAN *et alii*, 1998, p. 23), sob a qual pode estar sujeita, em teoria, qualquer questão pública. Nas palavras dos autores: *"Thus, the exact definition and criteria of securitization is constituted by the intersubjective establishment of an existential threat with a saliency sufficient to have substantial political effects"*[22] (BUZAN *et alii*, 1998, p. 25).

Um ato de securitização (*Securitizing move*), ou seja, o movimento de colocação de um determinado tema como ameaça existencial na agenda de um Estado será bem-sucedido se a Audiência reverbera. Trata-se, pois, de uma concepção processual da segurança.

Suarez (2008, p. 59), corroborando Buzan *et alii*, argumenta que a ideia de Securitização não pode ser compreendida isolada de seu movimento, sendo este essencialmente político. A apresentação de um tema em uma determinada agenda de segurança dar-se-ia pela seguinte escala progressiva de intensidade para os Estágios:

1) Não Politizado: Estado não lida com a questão e não há debate público.
2) Politizado: tema é parte de política pública, requerendo decisões do governo sobre alocações.
3) Securitizado: face extrema da politização, quando a questão é apresentada como ameaça de existência e demanda medidas emergenciais[23] - sobre este último ponto, medidas emergenciais (*Emergency Measures*) (BUZAN *et alii*, 1998, p. 23-25). A ideia é de que, como resposta à securitização do tema, as medidas adotadas não correspondam ao arcabouço jurídico-institucional tradicional, como se erguidas para além dos limites do procedimento político normal *(*NISSENBAUM, 2005, p. 69).

A Securitização, entendida como elevação do tema ao estágio Securitizado, além disso, podendo ser institucional (quando se fundam instituições para lidar com a questão) ou

[22] O trecho correspondente na tradução é: "Assim, a definição e os critérios exatos da securitização são constituídos pelo estabelecimento intersubjetivo de uma ameaça existencial com uma saliência suficiente para ter efeitos políticos substanciais".

[23] Para uma apreciação deste tópico e a relação existente com a Teoria da Securitização e a exceção política em Carl Schmitt, cf. Williams (2003, p. 515-521), Ejdus (2009).

ad hoc (quando o tema é recorrente na agenda, mas requer sempre novas medidas emergenciais), dá-se quando há existência de três aspectos: Ameaça Existencial, Ação de Emergência e efeitos nas unidades (neste estudo, os Estados). Nas palavras dos autores, a Securitização:

> [...] can thus be seen as a more extreme version of politicization. In theory, any public issue can be located on the spectrum ranging from nonpoliticized (meaning the sate does not deal with it and it is not in any other way made an issue of public debate and decision) [24](BUZAN *et alii*, 1998, p. 23).

Sobre a necessária demarcação de diferenças entre Securitização e Politização, os autores se posicionam:

> Although in one sense securitization is a further intensification of politicization (thus usually making an even stronger role for the state), in another sense it is opposed to politicization. Politicization means to make an issue appear to be open, a matter of choice, something that is decided upon and that therefore entails responsibility, in contrast to issues that either could not be different (laws of nature) or should not be put under political control (e.g., a free economy, the private sphere and matters for expert decision). By contrast, securitization on the international level (although not often on the domestic one) means to present an issue as urgent and existential, as so important that it should not be exposed the normal baggling of politics but should be dealt with decisively by top leaders prior to other issues[25] (BUZAN *et alii*, 1998, p. 29).

Criticando aqueles que pretendem ampliar demais a agenda dos assuntos tratados por quem faz pesquisa sobre questões de segurança internacional, os autores advertem que a função política dada pela palavra "segurança" causa mobilização estatal, o que pode gerar alguns problemas (BUZAN *et alii*, 1998, p. 4), e que há um problema em elevar "segurança" como algo universalmente bom e condição desejável. Na melhor das hipóteses, argumentam

[24]O trecho correspondente na tradução é: "[...] Pode assim ser vista como uma versão mais extrema da politização. Em teoria, qualquer questão pública pode ser localizada no espectro partindo de não-politizado (ou seja, o estado não sabe lidar com isso e de qualquer outra forma não faz questão de um debate público e de uma decisão)".

[25]O trecho correspondente na tradução é: "Embora em um sentido a securitização seja mais uma intensificação da politização (atribuindo usualmente, assim, um papel ainda mais forte para o Estado), em outro sentido, se opõe à politização. Politização significa fazer um problema parecer ser aberto, uma questão de escolha, algo que é decidido e que, portanto, envolve responsabilidade, em contraste com as questões que não poderiam ser diferentes (leis da natureza) ou não devem ser colocadas sob o controle político (por exemplo, uma economia livre, a esfera privada e assuntos para decisão de um especialista). Em contraste, a securitização no plano internacional (embora muitas vezes não no plano doméstico) significa apresentar um problema tão urgente e existencial e tão importante que não deve ser exposto às barganhas normais da política, mas deve ser tratada de forma decisiva pelos principais líderes líderes antes de outras questões."

os autores, a segurança é um tipo de estabilização de relações conflituosas ou portadoras de ameaças frequentemente ocorridas por meio da mobilização do Estado (BUZAN *et alii*, 1998, p. 4). Ou, em suas próprias palavras:

> [...] Our belief, therefore, is not 'the more security the better.' Basically, security should be seen as a negative, as a failure to deal with issues as normal politics. Ideally, politics should be able to unfold according to routine procedures without this extraordinary elevation of specific 'threats' to a prepolitical immediacy. In some cases securitization is unavoidable, as when states are faced with implacable or barbarian aggressor. Because of its prioritizing imperative, securitization also has tactical attractions – for example, as a way to obtain sufficient attention for environmental problems. But desecuritization is the optimal long-range option, since it means not to have issues phrased as 'threats against which we have countermeasures' but to move them out of this threat-defense sequence and into ordinary public sphere[26] (BUZAN *et alii*, 1998, p. 29).

A literatura sobre segurança regional e potências regionais sobre a qual nosso trabalho se assenta discute, seja endossando, seja criticando, as contribuições teóricas das correntes de pensamento supramencionadas, ou seja, o Neorrealismo – e a vertente neoclássica – e a Escola de Copenhague. Cabe, na subseção seguinte, discutir como essas formulações se enquadram na literatura sobre potências regionais, tendo em vista o horizonte empírico analisado nesta dissertação.

1.4 Regiões e Segurança na política internacional: as Potências Regionais

O quadro analítico de Buzan *et alii* (1998) se traduz em uma visão pela qual a segurança internacional é uma questão essencialmente discursiva, sendo um conceito central a Securitização, sob a qual pode estar sujeita, em teoria, qualquer questão pública, e as questões se conformariam, na agenda de segurança, sob três formas, variando num espectro que compreende intensidade de ameaça percebida e resposta institucional empregada.

[26]O trecho correspondente na tradução é: "Nossa crença, portanto, não é "quanto mais segurança, melhor." Basicamente, a segurança deve ser vista como algo negativo, como uma incapacidade de lidar com questões com a política normal. Idealmente, a política deve ser capaz de se desdobrar de acordo com os procedimentos de rotina, sem essa elevação extraordinária de "ameaças" específicas para um imediatismo pré-político. Em alguns casos, a securitização é inevitável, como quando os estados são confrontados com um agressor implacável ou bárbaro. Por causa de priorizar seu imperativo, securitização também tem atrativos táticos - por exemplo, como uma maneira de obter atenção suficiente para os problemas ambientais. Mas dessecuritização é a opção ideal de longo alcance, uma vez que significa não ter problemas formulados como "ameaças contra os quais temos contramedidas", mas tirá-las dessa sequência ameaça-defesa em direção a uma esfera pública comum.".

A obra de Barry Buzan e Ole Waever (2003), de forma complementar a seu constructo teórico anterior, busca compreender como se dão as questões de segurança em meio a estrutura da política internacional na qual cada vez mais pesam os arranjos políticos regionais (HURREL, 1995; 2007).

Essa obra seminal para o estudo da regionalização do ambiente de segurança regional parte de uma análise do cenário internacional lastreada numa classificação de países que se utiliza ora da Escola Inglesa da Teoria de Relações Internacionais, ora das correntes neorrealistas. O diagnóstico feito por Buzan e Waever (2003, p. 29-37) para a ordem internacional vigente no pós Guerra Fria é que há uma Superpotência Global[27] (EUA), quatro Grandes Potências[28] (Rússia, China, União Europeia e Japão) e as Potências Regionais, que podem ser definidas, nos termos dos autores:

> Regional powers define the polarity of any given RSC: unipolar as in Southern Africa, bipolar as in South Asia, multipolar as in the Middle East, South America, and Southeast Asia. Their capabilities loom large in their regions, but do not register much in a broad-spectrum way at the global level. Higher-level powers respond to them as if their influence and capability were mainly relevant to the securitisation processes of a particular region. They are thus excluded from the higher-level calculations of system polarity whether or not they think of themselves as deserving a higher ranking (as India most obviously does). Regional powers may of course get caught up in global power rivalries, as happened during the Cold War to Vietnam, Egypt, Iraq, and others. In that context, they may get treated as if they mattered to the global balance of power as, for example, during the Cold War when there were fears that escalations from Middle Eastern conflicts would trigger superpower confrontations. But the kind of attention received by an actor that is seen as the spoils in a wider competition is quite different from that received by an actor seen as a global level power in its own right[29] (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 37).

[27] Aqui, o retrato é parecido com aquele de Samuel Huntington (1999) para a polaridade mundial, caracterizada por este autor como uma "unimultipolaridade". Superpotência Global é definida pelos autores como um Estado que possua capacidades políticas e militares do exercício do poder globalmente, reconhecimento de seu comportamento político pelos outros entes do Sistema e função ativa nos processos de securitização e dessecuritização globalmente (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 35-36).

[28] Para esta categoria, os Estados possuem menos capacidades e menos esforço comportamental, tendo que, entretanto, participar de processos de securitização e dessecuritização para além de suas regiões, autoconcebendo-se e sendo reconhecidas como maiores do que somente atores regionais (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 35-36).

[29] O trecho correspondente na tradução é: "Potências regionais definem a polaridade de qualquer CRS : unipolar como no Sul da África, bipolar como no Sul da Ásia, multipolar, como no Oriente Médio, América do Sul e sudeste da Ásia. Suas capacidades avultam em suas regiões, mas não se registram de maneira significativa a nível global. Potências de nível superior respondem a elas como se a sua influência e capacidade fossem principalmente relevantes para os processos de securitização de uma determinada região. Elas são, portanto, excluídas dos cálculos de nível superior da polaridade do sistema apesar de pensarem ou não em si mesmos como merecedores de uma classificação mais elevada (como a mais obviamente Índia faz). Potências regionais podem, evidentemente, ser pegas em rivalidades de poder global , como aconteceu durante a Guerra Fria para o Vietnã, Egito, Iraque e outros. Nesse contexto, elas podem ser tratadas como se importassem para o equilíbrio global de poder, como, por exemplo, durante a Guerra Fria, quando havia o temor de que escaladas dos conflitos do Oriente Médio pudessem desencadear confrontos entre superpotências . Mas o tipo de atenção recebida por um ator que é visto como os despojos em uma competição mais ampla, é muito diferente da que recebida por um ator visto como uma potência de nível global por si mesma"

Regions and Powers é um trabalho cujo diagnóstico de ordem internacional já foi revisto por Barry Buzan (2011), em que este autor desenvolve uma previsão na obra de 2003 de que haveria possibilidade para um mundo sem superpotências, como se a configuração do poder global fosse a sem precedentes "0 + X". Tal configuração de um mundo sem superpotências é possível, segundo o autor, porque o conceito de "superpotência" é contingente – sujeito às mudanças históricas. Além disso os EUA estão em crescente perda de legitimidade internacional e os principais "contendores" são apensas "grandes potências" com tendências a não superarem este *status*. A tendência para a política internacional é, então, a de um *globalismo descentrado*, numa ordem internacional cada vez mais regionalizada (BUZAN, 2011, p. 16).

No Brasil, há três estudos que podem ser considerados fundamentais no trabalho de recepção e debate dessa literatura sobre potências regionais, tratando-se de coletâneas de artigos oriundas de eventos que congregavam pesquisadores estrangeiros, internacionalistas e cientistas políticos brasileiros. O impulso inicial foi, no cenário político internacional, a criação da Iniciativa IBSA (Índia, Brasil e África do Sul) e mesmo a tentativa de consolidar o que era um termo cunhado nas consultorias econômicas internacionais – BRIC (Brasil, Rússia, Índia, China, com adição da África do Sul), num grupo de diálogo e cooperação entre os Estados. Inicialmente, o que se debatia era a possibilidade de uma coalizão internacional entre países emergentes, mas era necessário compreender suas agendas de política externa, até mesmo para observar se havia complementaridade nos diversos temas como economia, cultura e, nosso tema de interesse, segurança internacional. Assim, foram lançados "*Intermediate States, Regional Leadership and Security: India, Brazil and South Africa*" (2006) – organizados por Alcides Costa Vaz; *"Brasil, Índia e África do Sul: desafios e oportunidades para novas parcerias"* (2009) – organizado por Maria Regina Soares de Lima – e "***Vozes do Sul e Agenda Global:*** *África do Sul, Brasil e Índia"* – organizado por Maria Regina Soares de Lima, Monica Hirst e Marco Vieira.

É basilar para o entendimento da segurança regional pelo que os autores definem como Complexo Regional de Segurança (CRS): um conjunto de Estados cujas maiores percepções e preocupações em segurança - ou processos de securitização e dessecuritização - estão interligadas e seus problemas de segurança nacional não podem ser abordados analiticamente (ou mesmo resolvidos) em separado (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 44). Ainda que se possa questionar sobre a aplicabilidade geral desse conceito, o ponto sobre a teoria dos

Complexos Regionais de Segurança é que esta consiste numa abordagem cujo pressuposto é que as preocupações em segurança tendem a ocorrer mais dentro das respectivas regiões em nas quais os Estados se inserem.

Cepik[30] (2009, p. 68) afirma que a estrutura essencial de um Complexo Regional de Segurança leva em consideração a distribuição de poder entre os Estados (polaridade regional) numa determinada região geográfica, os padrões históricos de amizade-inimizade entre os Estados relevantes (polarização), numa clara opção pela lógica Schmitiana[31] de política, as relações de poder com atores externos à região, mormente grandes potências, a fronteira de exclusão que permite separar Estados que constam do CRS dos demais e a anarquia como princípio ordenador[32].

Uma segunda geração de estudos busca entender como o arcabouço teórico regional é a principal ferramenta para a compreensão dos conflitos internacionais contemporâneos (MILLER, 2007; TAVARES, 2007). Não se trata aqui de concordar com essa opinião, mas de ressaltar a importância para a dimensão regional de análise, em especial por se encaixarem os nossos casos nessa categoria de ação internacional.

Detlef Nolte (2010) sumariza a discussão sobre a importância das regiões, estando interessado nas hierarquias de poder que se estabelecem dentro delas. O termo "potência regional" é desmembrado para a explicação, pois inclui uma dimensão geográfica fundamental, posto que se trata de uma delimitação geográfica e social; e outra dimensão política, na medida em que se trata de estudar como se manifesta o Poder nas interações regionais.

O autor mapeia três ordens de teorias de relações internacionais que devem ser consideradas quando dos estudos sobre potências regionais, cada qual voltada para a compreensão de uma faceta das atuações dessa categoria de países. Para entender a dimensão das capacidades e as decorrências da preponderância material de um Estado numa região, utiliza-se da contribuição do Realismo; para compreender a base interna de poder nos

[30] Cepik, com abordagem mais centrada no Estado, prefere o uso do termo “Estados” ao termo “Unidades”, utilizado por Buzan e Waever (1998).

[31] Aqui, entenda-se schimittiano como o debate proposto por Carl Schmitt (1996) em “O Conceito do Político”, livro no qual a distinção mais fundamental a se fazer no ambiente político era a dualidade “*friend-foe*” ou amigo-inimigo.

[32] Buzan e Waever (2003, p. 58) também dizem que há complexos nos quais a situação não é anárquica, e sim hierárquica.

Estados, o liberalismo; e entender a dimensão das ideias e sua influência nas estratégias tomadas pelos Estados, o construtivismo.

De forma complementar ao ambiente da segurança regional, há que se ponderar sobre o conceito de potência regional. Na literatura de política internacional, este se apresenta num debate controverso que compreende conceitos como "potência intermediária" ou mesmo "potências emergentes" (TANK, 2012).

Esses conceitos, em geral, partem de uma difusão do poder global contemporâneo. Entretanto, adota-se uma posição cautelosa com relação ao debate sobre transição do poder global, preferindo utilizar, para os casos selecionados, o conceito de potência regional[33], para Stewart-Ingersoll e Frazier (2011, p. 7): Estados que possuem capacidades suficientes para projetar poder e influenciar desproporcionalmente a dinâmica de segurança dentro de um Complexo Regional de Segurança.[34]

Stewart-Ingersoll e Frazier (2011) fazem uma adição ao constructo de Buzan e Waever, com a dimensão de ordem internacional – tal qual preconizada pela Escola Inglesa em Teoria de Relações Internacionais –, introduzindo o conceito de "*Regional Security Orders*", definido como os arranjos de governo entre as unidades de um sistema regional incluindo regras, princípios e instituições que são desenhadas para fazer interações de segurança que permitam previsões e para sustentar objetivos coletivos frente aos padrões de securitização e dessecuritização.

Importam, nesse conceito Ordem Regional de Segurança, tanto as dimensões de *capacidades*[35] tradicionais dos Estados (poder militar, poder econômico etc.) quanto padrões de securitização, de constituição da agenda de segurança de uma determinada região, bem como a constituição e conjugação de tais fatores em ordens regionais mais ou menos institucionalizadas que variam no seguinte espectro: (1) Ordem de Segurança Hegemônica (*Hegemonic Security Order),* na qual um Estado, dotado de mais capacidades, predomina

[33] Aqui, o ponto é que, no pós Guerra Fria e 11/09, o papel das regiões no sistema internacional foi maximizado e, assim, maximiza-se a margem de manobra que os Estados preponderantes em cada uma das regiões possuem para sua ação (HURREL, 1995; 2007).

[34] O que se deve perceber, entretanto, é que se trata de uma definição operativa. Alternativamente, há, por exemplo, a definição de Detlef Nolte (2010), pela qual um *Regional Great Power* deve atender aos seguintes atributos: ser geograficamente membro de uma região, ser capaz de resistir a uma coalizão de outros Estados dentro da região, influenciar altamente as questões regionais, um Estado que, ao contrário dos *Middle Powers*, pode ser uma Grande Potência em escala mundial, em adição à sua posição regional (NOLTE, 2010, p. 889).

[35] Aqui entendidas como *Capabilites*, próxima da concepção neorrealista de Kenneth Waltz (1979), conforme mencionado na seção 1.2 deste capítulo.

sobre desígnios políticos por força e consenso, (2) Ordem Baseada na Força (*Strength-Based* order[36]), (3) Ordem baseada no concerto (*Concert-Based)*, em que os Estados regularmente e "corporativamente" determinam como lidar com ameaças de segurança (STEWART-INGERSOL; FRAZIER, 2010, p. 736), (4) Ordem Baseada na Integração *Integration-Based Order*, na qual a solução das controvérsias e questões de segurança estão associadas a um processo de integração regional mais amplo e (5) Desordenado (*Unordered)*, dentro da qual as questões de segurança não são tratadas de forma sistemática ou ordenada no entorno de uma dada região.

Os autores definem, assim, três tipos de liderança - não mutuamente excludentes - exercida por Estados possuidores de capacidade suficiente de projeção de poder para influenciar desproporcionalmente suas dinâmicas dentro do RSC, sendo estes:

Quadro 1 - Tipos de Liderança Exercida dentro de uma Ordem Regional de Segurança

Liderança	Desenvolve de forma construtiva, envolvendo segurança e construindo uma ordem regional estável.
Custódia	Esforços para manter ou estabilizar região, que em geral padece por instabilidade e insegurança
Proteção	Defender e proteger a região de processos e atores externos.

Fonte: Stewart-Ingersoll;Frazier (2011). Elaboração própria

Outro elemento dentro do constructo de Stewart-Ingersol e Frazier (2010; 2011) reside na elaboração de uma tipologia para eixos de orientação de política externa dos Regional Powers, quais sejam: (a) a manutenção do *Status Quo* existente; (b) a variação entre unipolar e multipolar; e (c) a proatividade e a reatividade.

O conceito de potência regional também é formulado por Flemes (2007a, p. 6-18), definido numa conjugação de fatores materiais, ideacionais e de ação internacional. O Estado, para ser classificado nessa categoria, deve, segundo este autor, exercer alguma tentativa de liderança regional, possuir os recursos materiais necessários, empregar instrumentos de política externa para consecução de seus objetivos e a percepção de liderança por vizinhos.

[36] No artigo de 2010, em que estavam presentes as reflexões que deram origem ao livro de 2011, os autores utilizam o termo "*Power restraining Power*", bastante ilustrativo desta ordem regional de segurança onde Estados com capacidades similares disputam quem influencia mais os rumos da região.

Complementarmente, Flemes (2007b, p. 7) classifica Brasil, África do Sul e Índia como Potências Regionais, enfatizando sua predominância em áreas geograficamente restritas e seu papel na estabilidade regional. As áreas de predominância são consideradas, pelo autor, como, no caso do Brasil, o Mercosul (composto por Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai, além de Bolívia, Chile e Peru como membros associados e Venezuela como pendência[37]); e, no caso da África do Sul, a SADC (*Southern Africa Development Comunity*), dentro da qual se incluem Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Malaui, Mauricio, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue e, no caso da Índia, a área de influência é a SAARC (*South Asian Association for Regional Cooperation*), incluindo Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanka.

Outro aspecto importante a se ressaltar nessa literatura são as definições sobre Contestação Estratégica. A lógica desse debate reside num argumento neorrealista de que a preponderância de capacidades materiais de um determinado Estado, dentro de uma determinada reunião, pode significar, também, que os demais Estados interpretem isso hostilmente e tomem ações para balancear ameaças.

Assim, Flemes e Wojczewskj (2010) afirmam que os Estados líderes secundários são aqueles que, dotados de capacidades materiais e ideacionais, podem tentar minar o poder das potências regionais. Os autores discutem as possíveis estratégias a serem adotadas pelas potências secundárias regionais à luz da teoria realista, com a aplicação de conceitos como *Balancing, Bandwagoning,* ou ainda o *Soft Balancing* – estratégia essa típica de Estados com limitadas capacidades, intenção de questionamento conjugada à impossibilidade de confronto direto.

Podemos exemplificar a temática ao analisar as interações de Venezuela ou Argentina com Brasil, e Nigéria e Zimbábue com África do Sul, ou o caso do Paquistão com a Índia (FLEMES, 2007b).

Uma contribuição recente ao debate sobre Potências Regionais, cujo horizonte empírico é a Política Externa Brasileira, é Lima (2013). Essa autora, dialogando com a literatura internacional, identifica quatro características centrais para definir poderes regionais enquanto tipo ideal, a saber, possuir capacidades materiais e organizacionais para projetar

[37] Aqui, recorde-se a recente inclusão da Venezuela no bloco. No terceiro capítulo, estão discriminados todos os Estados cujos dados foram usados para a elaboração dos gráficos. Na América do Sul, por exemplo, optou-se pela inclusão de todos os Estados.

poder regional, demonstração de vontade expressa pela concepção própria da estrutura de governança regional, reconhecimento dos vizinhos e influência política real na região (LIMA, 2013, p. 17). Nesta dissertação, de forma geral, a análise aborda as duas primeiras características, ou seja, avaliar capacidades materiais e intenções, operacionalizada a pesquisa com as fontes utilizadas.

Sumarizando, entende-se as Potências Regionais ou *Regional Powers* como categorias analíticas utilizadas para entender Estados detentores, dentro de um determinado Complexo Regional de Segurança, de preponderância do ponto de vista das capacidades materiais de poder e influenciam de forma decisiva os assuntos de segurança e a dinâmica geral daquele Complexo Regional de Segurança. As posturas de liderança ou a forma como esses Estados se comportam são parte da percepção doméstica da tensão entre condicionantes sistêmicos e poder de agenda – evidenciados pela política declaratória de defesa. É nessa categoria que se enquadram os casos a serem analisados – Brasil, África do Sul, Brasil e Índia

1.5 Nexo entre segurança e desenvolvimento?[38]

Há que se demarcar que essa literatura, surgida mormente nos anos 1990 sob a alcunha de "*Third World Security*", teve produção prolífica, a qual não se propõe a analisar nesta dissertação. Ainda assim, mencione-se o trabalho de Thomas (2000) que, assim como outros autores, utiliza-se da ideia de ampliação do espectro dos assuntos da segurança para, também, legitimar posições políticas que visassem à promoção de mudanças na agenda prática estatal para segurança.

Nos anos 1990, constatou-se, dentro do processo já mencionado de ampliação da agenda dos Estudos sobre Segurança, que a questão do desenvolvimento pode estar presente e é fundamental na formação de agendas de segurança pelo mundo. Ayoob (1995) discute agenda de segurança em Estados do chamado “terceiro mundo”, afirmando que o entendimento sobre segurança naqueles locais, dentre eles África do Sul, Brasil e Índia, não se

[38] Não se trata, ainda que se constitua numa ideia para investigações posteriores - conforme alertado pela professora Maria Regina Soares de Lima - de reconstruir a história da associação entre segurança e desenvolvimento na política de defesa dos três casos analisados. Opta-se, em função do escopo reduzido dessa dissertação, verificar e qualificar a existência desta associação no campo discursivo e no presente.

apresentaria dissociado do processo de *State Building*, ou seja, da construção das estruturas do Estado.

Assim sendo, Ayoob discorre sobre as diferenças entre o conceito de Segurança Tradicional (em Ayoob, Segurança Ocidental) e Segurança para os Estados do Terceiro Mundo. Partindo do pressuposto de que a fraqueza destes reside tanto na existência de mercados (ambientes econômicos propícios ao desenvolvimento), quanto na questão da Soberania, não sendo as ameaças predominantemente militares e de origem externa, tampouco havendo forte ligação entre o que acontece no cenário internacional e os Estados do Terceiro Mundo no pós Guerra Fria. A ênfase do seu argumento é a necessidade, em Estados de "Terceiro Mundo", de construção política de defesa que privilegie a criação de capacidades estatais, desenvolvimento e estabilidade do regime político em detrimento de agendas voltadas para conflitos interestatais (AYOOB, 1995). Nas palavras do autor, que escreve sob uma perspectiva a que chamou Realismo Subalterno (AYOOB, 1997), o significado do conceito de segurança para Estados periféricos:

> The concept of security is, therefore, used here in an explicit political sense. It is used in the restricted sense of applying to the security of the state, in terms both its territory and its institutions, and to the security of those who profess to represent the state territorially and institutionally. In other words, security/insecurity is defined in relation to vulnerabilities, both internal and external, that threatens or have the potential to bring down or weaken state structures, both territorial and institutional, and governing regimes[39] (AYOOB, 1995, p. 8-9).

Dessa forma, há que ampliar o conceito de segurança, contudo sem perder a predominância da questão política. Outras dimensões só se tornam questões de segurança quando adquirem dimensão política ao ameaçar território, instituições e regimes políticos. As ameaças são tipificadas por Ayoob: o *software* é o ambiente de segurança (legitimidade do Estado, integração civil-militar e capacidade de elaborar políticas públicas) e *hardware* são as capacidades físicas constituídas para fins militares.

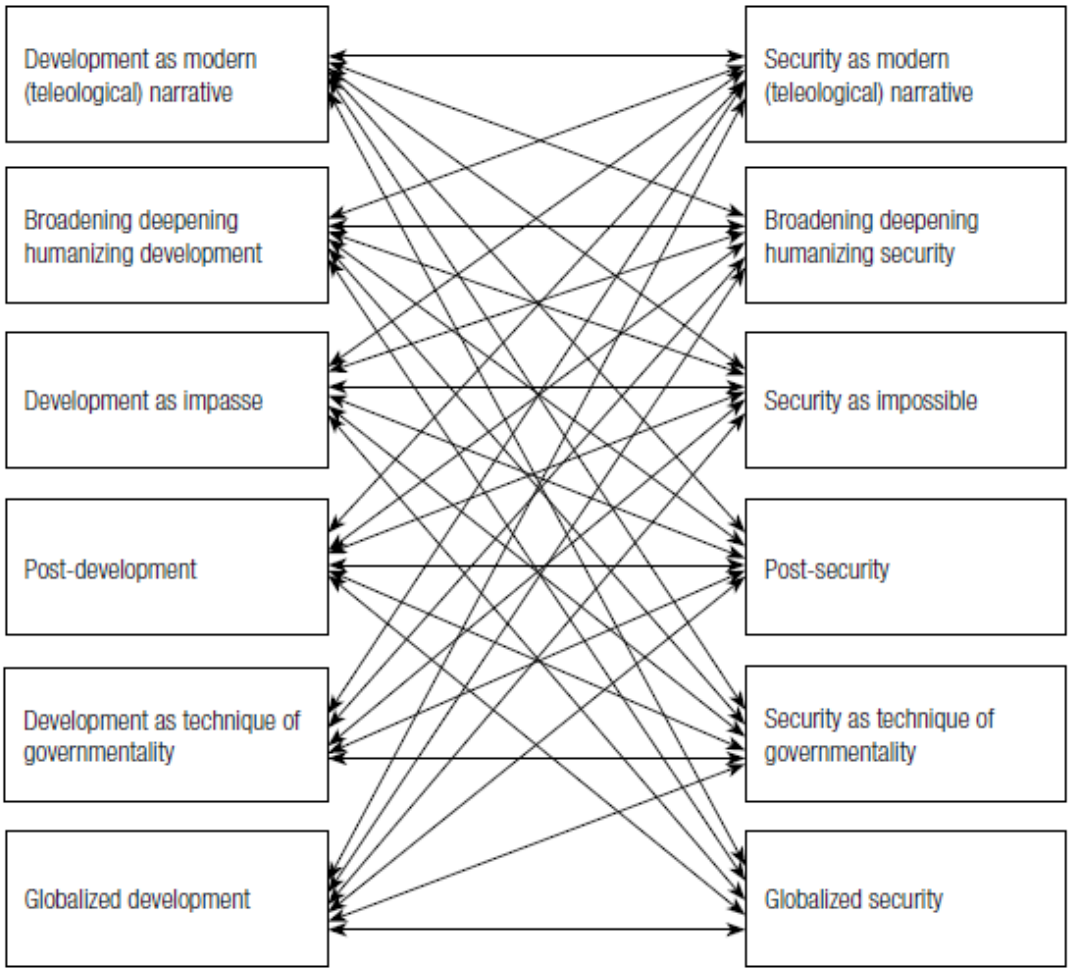
[39]O trecho correspondente na tradução é: "O conceito de segurança é, portanto, usado aqui em um sentido político explícito. Ele é usado no sentido restrito de aplicação à segurança do Estado, tanto em termos do seu território e das suas instituições, e para a segurança daqueles que professam representar o estado territorialmente e institucionalmente. Em outras palavras, a segurança / insegurança é definida em relação às vulnerabilidades, tanto interna como externa, que ameaça ou têm potencial para derrubar ou enfraquecer as estruturas do Estado, tanto territoriais e institucionais, e que regime de governança."

Já o termo analítico "*security-development nexus*"[40] ou o nexo entre segurança e desenvolvimento, é posterior, inserido no contexto de alguns trabalhos que buscam explicar agendas de segurança em Estados em processo de reconstrução, pós Guerra Civil etc., em especial no continente africano (CHANDLER, 2007; BURR *et alii*, 2007; OJENDAL; STERN, 2010; 2011).

Ligar segurança a desenvolvimento se tornou um lugar-comum na prática política de Estados com relativa escassez de capacidades materiais e, mais especificamente, de estabilidade política. Ojendal e Stern (2010), conforme reproduzido na figura 1, realizam um mapeamento das teorias e práticas que baseiam tal discurso na cena internacional, sendo as linhas retas as que representam as ligações mais claras e as restantes, diagonais, as demais possibilidades de ligação entre os dois temas.

[40] Os autores definem o que entendem por nexo: "*a nexus can be understood as a network of connections between disparate ideas, processes or objects; alluding to a nexus implies an infinite number of possible linkages and relations* "(OJENDAL; STERN, 2010, p. 11).

Figura 1 - O nexo discursivo entre segurança e desenvolvimento



Fonte: OJENDAL ; STERN, 2010, p.21

Há duas edições da revista *Security Dialogue* – prestigiada publicação internacional cujo foco são os estudos em segurança numa visão mais ampla – dedicadas a fazer um balanço sobre as relações discursivas e da *policy* existentes entre segurança e desenvolvimento: a primeira delas, de 2004, tem foco na questão da Segurança Humana, um ideal normativo que influenciou as agendas de segurança de diversos Estados durante os anos 1990 e 2000, para além de um debate acadêmico; e a segunda delas, mais voltada a um balanço do que se chamou de "nexo entre segurança e desenvolvimento", avaliando as dimensões discursivas e a presença destes temas nas agendas estatais. O que se deve reter, aqui, é que o debate especificamente sobre o termo "nexo entre segurança e desenvolvimento" surge nos anos 1990, no contexto de pós Guerra Fria e ensejado pelo paradigma da segurança humana.

Conforme mencionado, há uma contraparte prática, normativa, dessas ideias, pois elas influenciaram enormemente as chamadas "*Security Sector Reforms*", em especial nos países africanos. Naqueles contextos, as forças armadas assumiram funções subsidiárias e de caráter humanitário, em detrimento da proteção contra ameaças externas (TELLATIN, 2011).

Também o aporte pós-desenvolvimentista de Gilbert Rist (2008) pode ser compatibilizado com uma pesquisa que encare a questão do desenvolvimento essencialmente como discursiva, uma vez que, para este autor, o desenvolvimento constitui-se numa crença ocidental, que molda as práticas políticas.

O termo "Nexo entre segurança e desenvolvimento", apesar de surgir para discutir um contexto político específico, pode ser utilizado, em alguma medida, como parte de um constructo a ser utilizada em outros contextos políticos, no caso de nossa investigação, para avaliar a existência de ligação discursiva entre segurança e desenvolvimento nas políticas de defesa das potências regionais.

Neste trabalho, tem-se o objetivo de ir além da já apontada localização geográfica e objetivos políticos dos trabalhos anteriores sobre nexo entre segurança e desenvolvimento. Em nossa pesquisa, temos isso como uma proposição a ser investigada, e não algo adotado *a priori* como ideal normativo. Trata-se de observar se e como se verifica a junção discursiva na agenda estatal de segurança nos temas segurança e desenvolvimento.

1.6 Hipótese e variáveis

A análise feita nesta dissertação é inspirada pelos conceitos e definições supramencionados, um intento de cotejar a observação da dimensão ideacional perceptiva – evidenciada pelos documentos da política declaratória de defesa – com a dimensão material, evidenciada pelas capacidades nacionais CINC. No intuito de entender as percepções de ameaça, é necessário elencar, para a análise, variáveis com as quais trabalham, respectivamente, os paradigmas realista e da Escola de Copenhague, articulados e mobilizados pelos autores da literatura sobre potências regionais.

Dito isso, há que enquadrar a pesquisa em tela num modelo relativamente simples e que vise à inteligibilidade.

O Problema de Pesquisa pode ser formulado da seguinte forma: como poderes regionais/potências regionais, (I) portadores de capacidades materiais, se percebem, do ponto de vista da política declaratória de defesa, (II) quanto aos temas da segurança regional e no (III) nexo entre segurança e desenvolvimento?

A hipótese para a pesquisa, entendida como uma proposição heurística, pode ser assim formulada: dado que um Estado, quando percebe ameaças externas como relevantes para sua sobrevivência, tende a elevar o teor dessas temáticas na política de defesa; a política de defesa de Estados que não percebem ameaças externas como relevantes em suas agendas tendem a associar discursivamente as temáticas da segurança e do desenvolvimento. Aqui, o universo dos casos aplicáveis é o das Potências Regionais.

As variáveis elencadas para a consecução da pesquisa podem ser evidenciadas**.** A Variável dependente, ou seja, o elemento a ser explicado, é a política de defesa, tomada pela percepção de ameaças – expressa pelo componente declaratório da política de defesa – dos casos analisados, África do Sul, Brasil e Índia. A Variável Independente é o padrão de tensões e configurações de poder entre Estados dentro das regiões nas quais se situam os casos analisados, ou, em outras palavras, as dinâmicas da Ordem Regional de Segurança, incluindo a dimensão da distribuição de capacidades materiais entre os Estados.

1.7 O aporte metodológico[41]: notas sobre método comparativo, a perspectiva discursiva em Segurança

O argumento geral para os estudos de comparação parte do campo dos precursores J.S Mill e Durkheim (GONZÁLEZ, 2008; DELLA PORTA, 2008). A pesquisa comparativa, em geral, é uma solução metodológica para a análise de um número moderado de casos, sendo, além de uma ponte entre pesquisas puramente qualitativas – geralmente voltadas para um só caso – e pesquisas quantitativas – voltadas para mais casos – possui diversas vantagens (RAGIN; RUBINSON, 2009, p. 12). Uma dessas vantagens, pode-se dizer, é a obtenção, via comparação, de um panorama explicativo (MARENCO, 2012).

[41] Devido ao escopo reduzido desta dissertação, optou-se não realizar discussões aprofundadas sobre os métodos que levam à condução da análise. Antes e mais importante, utiliza-se destas formulações teóricas para, ainda que preliminarmente, realizar uma pesquisa de corte comparativo sobre os casos em questão.

De forma simplificada, há duas estratégias básicas para a pesquisa comparativa, derivadas dessas abordagens iniciais e que permeiam o debate sobre política comparada. São elas o Método da Concordância e o Método da Diferença.

O primeiro desses métodos, o da Concordância, também chamado de método dos sistemas ou casos mais diferentes, seleciona casos muito diferentes buscando identificar regularidades entre eles. Os casos selecionados são dissimilares em tudo, exceto pela variável independente, e partilham a mesma variável dependente (BENNETT; ELMAN, 2007, p. 175).

Diferença também chamada de método dos sistemas ou casos mais similares, o qual compara dois ou mais casos com características similares buscando observar as diferenças (VAN EVERA, 1997, p. 27). Em outras palavras, o método da Diferença consiste em encontrar os casos mais similares em tudo, exceto a variável independente, e que difiram nos resultados (BENNETT; ELMAN, 2007, p. 175); ou, nas palavras de Van Evera:

> "The 'method of difference' and 'method of agreement' (proposed by John Stuart Mill) can serve as aids to inductive theory-making. In the method of agreement the analyst compares cases with similar background characteristics and different values on the study variable (that is, the variable whose causes or effects we seek to discover), looking for other differences as possible causes of the study variable (if we seek to discover its causes) or its possible effects (if we seek effects). We pick similar cases to reduce the number of candidate causes or effects that emerge: the more similar the cases, the fewer the candidates, making real causes and effects easier to spot. Likewise, in the method of agreement the analyst explores cases with different characteristics and similar values on study variable, looking for other similarities between the cases, and nominating these similarities as possible causes or effects of the variable[42] (VAN EVERA, 1997, p. 23-24).

O método da diferença, a que Ragin e Rubinson (2009, p. 24) classificam como dupla aplicação do método da concordância, leva em consideração os casos negativos, ou seja, os casos em que determinados resultados não aparecem, para robustecer as conclusões do pesquisador. Assim, afirmam os autores, o pesquisador aplica o método da concordância nos casos que exibem o resultado esperado e averigua relação entre a não ocorrência do fenômeno

[42] O trecho correspondente na tradução é: "O 'método da diferença´ e ´método da concordância´ (proposto por John Stuart Mill) pode servir como auxílio para fazer teoria indutiva. No método da concordância, o analista compara casos com características de fundo semelhantes, e valores diferentes sobre a variável em estudo (isto é, a variável cujas causas ou efeitos buscamos descobrir), à procura de outras diferenças como as possíveis causas da variável de estudo (se procurar descobrir as suas causas), ou seus possíveis efeitos (se buscarmos efeitos). Pegamos casos semelhantes para reduzir o número de causas ou efeitos possíveis que emergem: quanto mais semelhante os casos, menor o número de explicações possíveis, fazendo as verdadeiras causas e efeitos mais fáceis de detectar. Da mesma forma, no método de concordância, o analista explora casos com diferentes características e valores semelhantes na variável em Estudo, procurando outras semelhanças entre os casos, e nomeando essas semelhanças como as possíveis causas ou efeitos da variável."

no caso negativo e a possível causa para isso. As duas limitações mais claras ao método da diferença, afirmam Ragin e Rubinson (2009, p. 25) são o risco de omissão de variáveis importantes e a incapacidade de aferir múltipla causação dos fenômenos. Nesta dissertação, por se tratar de discutir uma hipótese heurística e de uma pesquisa mormente exploratória, opta-se por trabalhar somente com uma causa (variável independente), conforme observar-se-á, buscando alguma parcimônia para a análise, dado o escopo do trabalho[43].

Outro aspecto importante no texto de Ragin e Rubinson se relaciona com a necessidade, ou não, de a pesquisa comparativa mergulhar com intensidade nos detalhes dos casos estudados. Os autores utilizam a seguinte frase de Hobsbawn: "*the author of a comparative analysis does not compete with specialists; he exploits them and may have to question them*"[44] (HOBSBAWN, 1967, p. 821 *apud* RAGIN; RUBINSON, 2009, p. 21).

Assim sendo, a estratégia principal adotada é a da comparação de casos que guardam semelhança ou método da diferença, pois os casos analisados se incluem numa categoria de Estados com atributos de poder semelhante no sistema internacional, consistindo nos Estados preponderantes em capacidades materiais dentro das regiões e/ou sub-regiões em que estão inseridas. São estas as chamadas "Potências Regionais" e, em última análise, o esta dissertação é, também, um teste para o poder explicativo dessa categoria conceitual. O esperado é que Brasil e África do Sul apresentem similaridade quanto à existência de nexo discursivo entre segurança e desenvolvimento na política de defesa – com diferenças qualitativas – e a Índia não apresente o referido aspecto.

Neste trabalho, a inspiração para analisar os documentos declaratórios de defesa vem da análise de documental discursiva (FAIRCLOUGH, 2003; FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012; HANSEN, 2006), ainda que não se aplique o método ou se faça uma discussão profunda sobre seus pressupostos teóricos, também em função do escopo desta dissertação.

---

[43] Outro aspecto importante sobre pesquisas qualitativas e comparativas é o aporte metodológico oferecido pela *Qualitative Comparative Analysis*, desenvolvida por Charles Ragin. Nessa variante de pesquisa, utiliza-se de *software* para elencar variáveis da pesquisa, organizadas em *Fuzzy Sets*, nos quais os casos organizam-se pela ocorrência ou não de uma variável; e *Crisp Sets*, dentro dos quais as variáveis são elencadas por intensidade em sua ocorrência. Em alguma medida, esta dissertação tem em vista um *Crisp Set*, pois, como observar-se-á, há casos cujo nexo entre segurança e desenvolvimento se verifica e deve ser matizado para além da mera verificação de existência.

[44] O trecho correspondente na tradução é: "o autor de uma análise comparativa não compete com especialistas, ele os explora e pode ter que questioná-los".

De forma geral, a contribuição da Escola de Copenhague tem em si, por encarar a temática da pesquisa sobre segurança internacional essencialmente discursiva, complementaridade com a Análise de Discurso. O que se pretende é lidar com os documentos declaratórios de defesa enquanto discursos oficiais portadores das percepções de ameaça dos Estados estudados.

Ainda assim, Hansen (2006) busca sistematizar em quatro tipos o desenho de pesquisa que trabalhe com discursos. Seu trabalho consiste num esforço de absorção do instrumental teórico da análise de discurso dentro do campo dos estudos de segurança internacional, conforme o quadro abaixo.

Quadro 2 - Desenhos de pesquisa com discursos

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3A	Modelo 3B
Foco Analítico	Discurso oficial: Chefes de Estado, servidores civis em altas posições, Oficiais Militares de Alta Patente, chefes de instituições internacionais e declarações oficiais de organizações internacionais	Debate mais amplo na política externa: Oposição Política, Corporações	Representações culturais: cultura popular, alta cultura	Discursos políticos marginais: Movimentos sociais, Associações ilegais, Acadêmicos, Organizações não governamentais
Objeto de Análise	Textos oficiais: *links* diretos e secundários intertextuais, textos de suporte e textos críticos	Textos políticos: debates parlamentares, discursos, declarações oficiais, textos midiáticos, editoriais, debate de opiniões, campanhas públicas e recorrente intertextualidade	Filmes, ficção, televisão, jogos de computador, fotografias, quadrinhos, músicas, poesia, pintura, arquitetura, relatos de viagens e autobiografias	Jornais marginais, *websites*, livros, panfletos e análise acadêmica

Objetivo de Análise	A estabilização do discurso oficial por ligações intertextuais, a resposta do discurso oficial aos discursos críticos.	Hegemonia do discurso oficial, a provável transformação do discurso oficial, a estabilidade interna do discurso da mídia	Sedimentação ou representação de identidades em representações culturais	Resistência em regimes não democráticos, divergência da hegemonia dos modelos 1 e 2, Debates Acadêmicos

Fonte: HANSEN, 2006, p. 57

Em alguma medida, a opção nesta dissertação é pelo modelo 1 proposto por Hansen, uma vez que o foco é na seleção das fontes para os documentos oficiais, os quais são, de forma estável, portadores do conteúdo político das percepções de ameaça dos Estados analisados.

1.8 Considerações sobre as fontes

As fontes utilizadas para a execução deste trabalho são de duas ordens: as capacidades nacionais de poder (CINC) e as políticas declaratórias de defesa dos casos analisados. Tratam-se, respectivamente, de dados de ordem material, relacional e quantitativa e dados de ordem ideacional, autoperceptiva qualitativa.

O índice de Capacidades Nacionais, desenvolvido originalmente pelo projeto *Correlates of War* (Singer *et alii*, 1972), inclui a produção de ferro e aço, população urbana, população total, total de gastos militares, total de pessoal militar e total da produção energética de um país com relação ao total de recursos disponíveis no sistema internacional. Trata-se de um indicador que demonstra as capacidades relacionais do sistema internacional, sua estrutura, e os limites aos quais a ação dos Estados está sujeita (AMORIM NETO, 2011; RODRIGUEZ, 2013).

No caso dos estudos sobre potências regionais, Lemke (2010) realiza uma pesquisa utilizando o CINC para tentar elaborar um modelo econométrico de explicação do surgimento de organizações de cooperação regional. Não se trata aqui de fazer um balanço dos trabalhos que utilizam esse indicador, mas apontar sua existência e os caminhos trilhados por esses pesquisadores no caso de uma futura investigação.

Como qualquer medida quantitativa, o CINC não capta a realidade social perfeitamente, sendo, portanto, uma escolha de pesquisa considerá-la para tecer considerações sobre o problema analisado. Os dados disponíveis para essa variável vão de 1816 a 2007, e o conceito que os autores desse índice utilizam para Poder, inspirado numa visão neorrealista da política internacional, demonstra como se encara uma das dimensões do Poder nesta dissertação ao abordar este indicador:

> "Power" here defined as the ability of a nation to exercise and resist influence is a function of many factors, among them the nation's material capabilities. Power and material capabilities are not identical; but given their association it is essential that we try to define the latter in operational terms so as to understand the former.[45] (COW, 2010 p. 3).

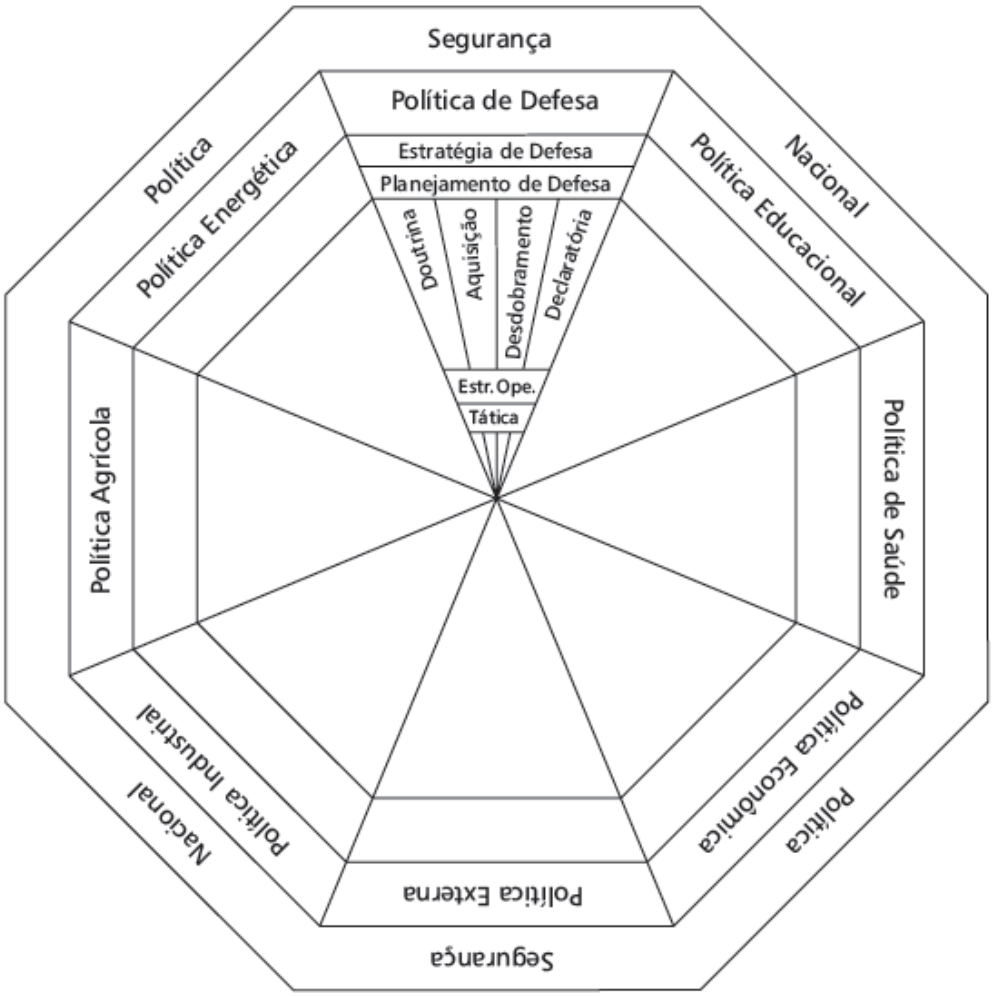
Ressalte-se a necessidade de entender que o índice de Capacidades é uma operacionalização, ainda que reducionista, do Poder no âmbito internacional. Entretanto, deve-se fazê-lo para observar, conforme faremos no terceiro capítulo, um retrato do balanço de capacidades nos três casos estudados comparativamente. Além disso, conforme se explicará no terceiro capítulo, utilizam-se dados de Produto Interno Bruto e Gastos Militares no intento de superar a limitação de os dados do CINC só estarem disponíveis até 2007.

[45] O trecho correspondente na tradução é: "´Poder´ aqui é definido como a capacidade de uma nação de exercer influência e resistir a esta é função de vários fatores, entre eles as capacidades materiais da nação. Capacidades materiais e poder não são idênticos; mas, dada a sua associação, é essencial que tentemos definir esta termos operacionais, a fim de compreender o aquele".

Quanto à política declaratória de defesa, é possível afirmar que esta é um componente fundamental da política de defesa de um Estado (PROENÇA Jr; DINIZ, 1998). Em nosso trabalho, as Políticas Declaratórias são entendidas como portadoras das percepções da elite decisória formuladora da Grande Estratégia de um determinado Estado quanto à defesa nacional e à segurança global e regional ou mesmo "o que um governo afirma publicamente sobre seus planos de defesa" (NOGAMI; RUDZIT, 2010, p. 14). O diagrama abaixo demonstra o lócus das políticas declaratórias dentro dos demais componentes de uma política de defesa, situada no espectro mais geral das políticas públicas contidas na gama de ações dos Estados.

.

Figura 2 - Políticas Públicas, Política de Defesa e Política Declaratória



Fonte: NOGAMI; RUDZIT, 2010, p.14

Historicamente, Estados utilizam-se de políticas declaratórias de defesa para referir-se à sua posição no sistema internacional e elencar os meios necessários para a execução dos fins políticos almejados. Um documento assim tem a tarefa de demonstrar aos vizinhos e à própria sociedade de qual concepção de Grande Estratégia se está imbuído.

Aqui, cabe um esclarecimento da abordagem usada para entender alguns conceitos supracitados para essa pesquisa. Deve-se considerar, pois, nesta dissertação, que definir segurança e desenvolvimento é algo instrumental aos Estados para a aquisição de fins políticos. Para tal entendimento, é basilar ter que os documentos analisados são manifestações discursivas, cabendo encarar as categorias mobilizadas como "categorias nativas"[46] aos documentos analisados (BUCKLEY; CHAPMAN, 1997), conforme a contribuição da antropologia aos estudos de ciência política. Palavras com tamanho poder retórico como segurança e desenvolvimento são, para além de conceitos fixos ou ideais normativos, observadas no texto conforme aparecem. O significado imputado a elas pelos atores resulta na percepção de ameaça, variável presente na política de defesa e elemento de vital interesse nesta dissertação.

[46] Este ponto me foi esclarecido pelo professor Carlos Milani quando de um curso sobre Cooperação Internacional, realizado no mestrado do IESP/UERJ, durante o segundo semestre de 2012. É uma decisão de pesquisa lidar com termos repletos de controvérsia de significados políticos não como conceitos, mas como categorias nativas. Quando daquele curso, fazia-se isso com a discussão sobre Cooperação Internacional para o desenvolvimento; nesta dissertação, adota-se essa perspectiva para investigar o nexo discursivo entre segurança e desenvolvimento,

2 Revisão da Literatura sobre os casos: as inserções das Potências Regionais África do Sul, Brasil e Índia nas Ordens Regionais de Segurança.

A discussão sobre potências regionais e ordens regionais de segurança/complexos regionais de segurança depende de algum esclarecimento sobre as linhas gerais de política externa e sua intersecção com a política de defesa dos Estados em questão. É o que passamos a fazer em forma de revisão de aspectos da literatura pertinente.

Para cumprir esse objetivo, faz-se uso de uma pequena lista de referências que pretende situar a análise realizada no terceiro capítulo, repassando tópicos da inserção de África do Sul, Brasil e Índia em suas respectivas Ordens Regionais de Segurança ou Complexos Regionais de Segurança, bem como fornecer inteligibilidade à percepção de ameaça que se busca estudar exploratoriamente no terceiro capítulo. O ponto é averiguar como os Estados em questão se situam estrategicamente em suas regiões, trabalhando na fronteira entre estudos de política externa e política de segurança e defesa.

A ideia presente aqui, também buscando orientação numa miríade de literatura disponível sobre os casos – e sabendo dos riscos de um trabalho comparativo com Estados complexos como África do Sul, Brasil e Índia –, é retirar algumas hipóteses complementares dos textos utilizados visando à realização de testes na análise dos casos propriamente dita, a qual se procederá no terceiro capítulo.

Outro esclarecimento deve ser feito. Esta dissertação não se utiliza completamente da noção de Liderança Regional, preferindo o conceito de potência regional, entendido como o Estado portador de preponderância de capacidades materiais numa determinada região ou sub-região. Trata-se de um estado material. Essa decisão de pesquisa justifica-se pela necessidade, em investigações posteriores, de avaliar a dimensão de aceitação da liderança (autoproclamada ou não) das potências regionais. Entretanto, uma vez que são diversos os trabalhos a aplicarem o conceito de Liderança Regional, a solução encontrada foi averiguar, no capítulo III, a dimensão autoperceptiva da liderança. Especificamente sobre os casos, Alden e Vieira sintetizam um quadro geral sobre a inserção de África do Sul, Brasil e Índia em suas respectivas regiões e suas perspectivas enquanto líderes regionais:

> As diplomacias do Brasil, Índia e África do Sul têm enfrentado graus variados de resistência de vizinhos mais fracos quando tentaram afirmar sua liderança regional. A Índia é o caso mais complexo no Sul Asiático por causa de seu longo conflito com

> o Paquistão e a competição estratégica com a China. O papel de líder regional do Brasil e da África do Sul também está longe de ser consolidado. Na América do Sul, a administração brasileira na provisão de "bens públicos regionais" tem mostrado sinais de progresso relativo, enquanto o governo da África do Sul ainda está enfrentando sérios obstáculos para agir como um definidor de agenda e construtor de coalizões no sul da África (ALDEN; VIEIRA, 2012, p. 69-70).

O esforço a seguir é dividir a apreciação da literatura sobre os casos nesses três "módulos": Contexto Regional, Percepção de Ameaça e Dimensão da Liderança. Deve-se mencionar, entretanto, que os textos utilizados para cada um dos Estados analisados são organizados de forma diferente, sendo necessário colocar subtítulos específicos para cada país. Um objetivo subjacente é derivar hipóteses que informam a análise dos dados apresentada no terceiro capítulo.

2.1 África do Sul - Contexto Regional, Percepção de Ameaça e a dimensão da Liderança no pós-Apartheid.

A política externa da África do Sul não pode ser compreendida sem que se compreendam as mudanças políticas pós-*Apartheid* (HABIB, 2009, p. 143). Trata-se de um Estado que passou por alterações enormes nos paradigmas de política exterior em um período de tempo relativamente curto. O processo que se dá com o fim do domínio de uma elite branca, racista e truculenta e o início do regime político capitaneado pelo Congresso Nacional Africano é intenso e repleto de mudanças. As relações exteriores do país mudaram: antes, no período do *Apartheid*, a África do Sul era um Estado cercado por Estados rivais.

A percepção de ameaças era consideravelmente maior, e indicadores para tal afirmação podem ser a manutenção de arsenais nucleares e a miríade de intervenções militares sul-africanas na região. A história deste Complexo Regional de Segurança possui dois períodos bem divididos (BUZAN; WAEVER, 2003). Durante o *Apartheid*, a instabilidade doméstica sul-africana era projetada para a região como forma de defender arranjos políticos domésticos, como nas intervenções militares sul-africanas em Angola, Moçambique, Botsuana, Lesoto e Zimbábue ou mesmo o constante apoio dos Estados vizinhos às forças de oposição ao regime existente na África do Sul, o Congresso Nacional Africano, o qual acabou assumindo o poder com a transição.

Becker (2013, p. 248-249) afirma que, período da Guerra Fria, a agenda da política externa da África do Sul era dominada pela questão do *Apartheid*. Quando da transição política e, posteriormente, a partir do governo de Mandela, ganha força uma agenda regional forte, com componente moral intenso, inserindo os discursos de democratização e direitos humanos na política externa, combinados a uma autopercepção excepcionalista do lugar da África do Sul na África Austral, em que aquele Estado seria um exemplo da nova ordem global, liberal, próspera e multilateral.

Le Pere (2012, p. 91) afirma que os três governos pós-transição democrática, Mandela (1994-1999), Mbeki (1999-2008) e Zuma (2009 - presente) se apresentam, do ponto de vista da agenda internacional, como gerações de um mesmo *Zeitgeist* advindo da transição democrática em si, geradora de um processo de universalização do Estado – que antes servia a uma elite branca e racista –, trabalhando na construção de um novo imaginário no qual estavam presentes as questões do livre mercado, da democracia e dos direitos humanos e, consequentemente, havendo o processo de fundação de um novo arcabouço institucional para dar vazão às novas demandas sociopolíticas em questão.

Habib (2009) lista dois processos que influenciam de forma categórica a dimensão ideacional da política externa sul-africana pós-*Apartheid*. O primeiro seria a herança do anticolonialismo liderado pelo nacionalismo sul-africano da nova elite política, a qual visava à igualdade racial nos contextos doméstico e externo. Tal projeto fora vitorioso, agora parte do poder instituído, das instituições e discursos políticos na nova África do Sul.

O segundo seria o contexto internacional, a nova ordem internacional, arena em que a África do Sul poderia exercer seu "zelo messiânico" – termo utilizado pelo autor – para a política prioritária voltada para a África, buscando modernizar o continente pela via do desenvolvimento econômico e pela estabilidade política. Somado a isso, consideremos o debate sobre não seguir estritamente as ordens das potências ocidentais, ilustrado pela questão do Zimbábue e sua latente instabilidade e a participação em coalizões transnacionais como a Iniciativa Índia, Brasil e África do Sul.

Para Habib (2009), a África do Sul seria um *hegemon* regional, e isso traria privilégios e, obviamente, custos e responsabilidades com os quais este Estado deve arcar.

Cabe mencionar que, ainda que fuja ao escopo deste trabalho realizar uma análise governo a governo, os discursos de política externa dos governos sul-africanos pós-*Apartheid*

possuem notável semelhança na concepção do papel de influência sistêmica da África do Sul na África austral, bem como a permanência do discurso de necessidade do desenvolvimento econômico na agenda política sul-africana.

A liderança regional ou mesmo a hegemonia sul-africana são calcadas pela superioridade de capacidades materiais da África do Sul em relação aos demais Estados na África Austral, bem como pela dependência econômica destes em relação àquela. Este é o argumento de Alden e Soko (2005), os quais afirmam que tal relação de imposição de vontade política não ocorre sem contestação:

> South Africa's economic dominance remains far from complete, and in terms of the mantle of hegemony thrust upon it, South Africa is struggling to gain acceptance of its position beyond its immediate hinterland[47] (ALDEN; SOKO, 2005, p. 368).

Subscrevem Barry Buzan e Ole Waever (2003, p. 233), ao tratar o desenho das questões regionais na África Austral, afirmando que o papel central da África do Sul é baseado numa larga dominância econômica em padrão centro-periferia.

Ademais, Alden e Soko (2005, p. 386) argumentam que a primazia econômica da África do Sul existiria, de fato, mas há dificuldades para que sua liderança se imponha por todo o continente também em função de se localizar no extremo sul do continente; além disso, o reconhecimento do componente ideacional da hegemonia é limitado em alcance: o *soft power* sul-africano só se estende por onde há laços inegáveis de dependência econômica, ou seja, na África Austral. Os autores resumem a situação:

> Though South Africa's growing presence on the continent does point to an emerging hegemony, it is only truly realized in its 'near abroad'. Beyond that immediate terrain, despite its superior financial and economic resources, its position is contested. Thus without the power of ideas, South Africa's material expression of its hegemonic aspirations alone will remain an incomplete source of action in Africa[48] (ALDEN; SOKO, 2005, p. 389).

Assim sendo, um projeto de liderança no continente africano como um todo é obstaculizado, por exemplo, pela Nigéria, Estado com capacidades materiais de poder

[47] O trecho correspondente na tradução é: "O domínio econômico da África do Sul está longe de ser completo, e em termos do manto de impulso da hegemonia sobre este, a África do Sul está lutando para ganhar a aceitação de sua posição para além do seu interior imediato.".

[48] O trecho correspondente na tradução é: "Embora a crescente presença da África do Sul no continente que aponte para um hegemonia emergente, é só se cumpre verdadeiramente em seu "exterior mais próximo". Além desse terreno imediato, apesar de seus recursos financeiros e económicos superiores, a sua posição é contestada. Assim, sem o poder das ideias, a expressão material das aspirações hegemônicas da África do Sul continuará a ser uma fonte incompleta de ação na África".

semelhante ou até superiores[49]. Há uma complementaridade econômica entre os dois Estados e um peso histórico por parte do ANC sobre a relação do país com a Nigéria. Ainda assim, a relação entre os dois é repleta de querelas típicas de Estados com estatura geopolítica parecida e com projetos de liderança regional. Adebajo (2007), ao analisar o histórico do conturbado relacionamento entre os dois Estados, afirma que há resistências, por parte da Nigéria, quanto a um projeto de liderança continental capitaneado pela África do Sul.

Sob um ponto de vista mais sistêmico, e de forma a complementar a introdução feita às percepções de segurança na inserção internacional sul-africana, para Buzan e Waever (2003, p.219-253), o fim da Guerra Fria importou muito para a África do Sul porque deslegitimou o anticomunismo, o qual funcionava como elemento de securitização que tinha no *Apartheid* seu ponto alto. Com tais mudanças, os elementos externos intervinham pouco e os processos de securitização no continente africano, em especial na sub-região da África Austral, onde a África do Sul passou a exercer um papel de potência regional e liderança, em geral advinham do mau transplante do modelo de Estado westfaliano para a África no processo de descolonização: aqui, os autores se referem às guerras civis que assolaram países como Angola, Moçambique etc. Orbann (1984) realizou uma pesquisa sobre as forças de defesa da África do Sul desde 1910 até os anos 1980. Durante todo aquele período analisado, aquelas forças armadas estiveram a serviço da manutenção do regime de opressão da elite branca sobre a maioria da população negra e *coloured*.

As dinâmicas de percepção de ameaça giravam, principalmente, a partir dos anos 1960, com o aprofundamento dos movimentos de emancipação nos Estados africanos, bem como no fortalecimento do ativismo contra o *Apartheid* na África do Sul (inclusive com o recurso à luta armada pelo Congresso Nacional Africano), em torno da "ameaça terrorista", fosse ela interna ou externa (ORBANN, 1984, p. 93-100). A África do Sul, à medida que se tornava um pária internacional e regional, acirrava ainda mais sua percepção de ameaça, direcionando suas forças de defesa para intervenções armadas em outros Estados em busca de membros da guerrilha do CNA.

Buzan e Waever (2003) teorizam sobre a já debatida relação entre capacidades e aceitação de liderança em uma dada região. No caso sul-africano, ao analisarmos a política de defesa desse Estado, observamos, paralelamente ao fim do *Apartheid*, um processo de

[49] Este ponto será retomado no capítulo III.

redefinição das relações de força da África do Sul com o restante da região. Isso envolveu, a partir de 1994, uma reformulação completa do conceito estratégico da segurança. Nos já conhecidos termos da Escola de Copenhague, o Estado sul-africano incorporou às suas formulações algo que foi interpretado pelos círculos acadêmicos como a "Segurança Humana", pela qual, num cenário de reorganização das prioridades políticas[50], elevação de certas tarefas à importância do que era antes reservada somente à defesa nacional e, concomitantemente, a redução do peso dos militares na agenda de segurança. Em geral, tais tarefas inauguraram a agenda desenvolvimentista da política de defesa, pois era majoritariamente necessária ao novo Estado desenvolvimentista sul-africano.

Siko (2007) analisa os principais aspectos de inovação da política de defesa sul-africana a partir de 1994, quando da transição democrática. O autor argumenta que os aspectos não militares, como questões ambientais, combate à pobreza, saúde pública etc. tiveram seu perfil político elevado em detrimento das agendas de segurança mais "duras", entendidas como aquelas que envolvam o uso da força militar.

Um exemplo do simbolismo envolvido no debate sobre relações entre forças armadas e sociedade na África do Sul foi a mudança do nome das forças de defesa. No tempo do *Apartheid*, elas se chamavam *South Africa Defense Force* e, quando da transição política, o nome passou a ser *South African National Defense Force*, indicando que agora as forças empenhadas na defesa nacional eram verdadeiramente nacionais. Isso representa, pois, uma mudança doutrinária importante, especialmente porque o papel dado a tais forças no período anterior era associado à manutenção da ordem interna e intervenções armadas no exterior (LE ROUX, 2005).

Na revisão da política de defesa a partir de 1998, a presença dos militares em assuntos domésticos passa a constar da seara de ações possíveis ao Estado, mas somente em situações extremas. Anos 2000, o processo de abertura da agenda de segurança na África do Sul se intensifica; Buzan e Waever (2003) consideram-na ampla porque inclui segurança pública, forças armadas, inteligência e assuntos não necessariamente ligados ao uso da força, que também se ampliam, como a questão do combate ao crime, à pirataria no mar,

[50] O ponto sobre prioridades políticas e agenda de segurança pode ser ilustrado com o seguinte trecho: "*Security is about prioritising issues on the political agenda and, especially where resources are limited, such prioritising is a zero-sum game*" (BUZAN, WAEVER, 2003, p. 238).

desenvolvimento, saúde e demais temáticas sobre as quais teceremos análise no capítulo III, pois encontram amadurecimento na política declaratória mais recente, de 2012.

O que se depreende, pela literatura sobre política de segurança da África do Sul é que se trata de um Estado cuja percepção de ameaças apresenta-se em função da configuração unipolar do Complexo Regional de Segurança da África Austral, já que influencia determinantemente a dinâmica de segurança da referida região, não separando de forma clara problemas domésticos de problemas externos, bem como questões de segurança da questão do desenvolvimento. A ação externa da África do Sul é relativamente coerente, típica de uma potência intermediária, com aspirações hegemônicas na África Austral. Várias organizações internacionais são envolvidas nesse processo, como a União Africana, *Southern Africa Development Comunity* (SADC), NEPAD, e práticas de cooperação internacional para o desenvolvimento e, em geral, uma agenda desenvolvimentista de política conjugada com uma agenda de segurança regional em que a percepção de ameaças está relacionada aos problemas domésticos, ameaças não tradicionais, e à questão do desenvolvimento de forma mais ampla.

Buzan e Waever sintetizam a posição de predominância da África do Sul na África Austral, dentro do quadro mais geral da segurança na África, realidade que se aprofundou dez anos depois da escrita de *Regions and Powers*:

> With the possible exception of Southern Africa, there is also little chance of any of Africa's RSCs becoming centred, either around a single dominant power or through the development of security communities although the West African one clearly is unipolar, a Nigeria-centred order would have limited legitimacy). If the more pessimistic scenarios of state failure dominate, then much of Africa will move back towards unstructured status, or at least a status structured only on a micro-scale. If the more optimistic scenarios about state development prevail, then the likely outcome is a consolidation of the pattern of conflict formations and weak security regimes already in place. Because Africa's RSCs are still quite weakly formed and often lack very clear boundaries, the potential for external transformations is quite high. This is most obviously so in relation to the fluid situation in Central Africa. Because many of Africa's states are so unstable, the possibilities for internal transformation are legion. Given the high degree of political fragmentation in Africa, changes in individual actors may not matter all that much to the essential structures of its RSCs. But in some cases it would matter: the disintegration of Nigeria, for example, would effectively kill the weak security regime in West Africa[51] (BUZAN; WAEVER, 2003, p-255-256).

[51] O trecho correspondente na tradução é: "Com a possível exceção da África do Sul, também há pouca chance de qualquer um dos CRSs da África tornar-se centrado, ou em torno de uma única potência dominante ou através do desenvolvimento de comunidades de segurança , embora o Oeste Africano seja claramente unipolar, uma ordem da centrada na Nigéria teria legitimidade limitada). Se os cenários mais pessimistas de fracasso do Estado dominam, então grande parte da África vai voltar para um *status* de não estruturado, ou pelo menos um *status* de estruturado apenas em uma escala micro. Se os cenários mais otimistas sobre o desenvolvimento do Estado prevalecem, o resultado provável é uma consolidação do padrão de formações de conflito e regimes de segurança fracos já em vigor . Porque CRSs da África ainda são formados de modo fraco e muitas vezes não têm limites

2.2 Brasil: Contexto Regional, Percepção de Ameaça e a dimensão da Liderança [52]

Herz (2010), utilizando a base de dados sobre conflitos internacionais do *Uppsala conflict data program*, afirma que a América do Sul é um continente cujo número de conflitos bélicos tradicionais era bem reduzido. A autora argumenta que as necessidades de segurança na região sul-americana são, de modo geral, para combate a atores não estatais e refletem a dificuldade de certos Estados em manterem o monopólio da violência (HERZ, 2010, p. 341).

São Buzan e Waever quem sintetizam o debate sobre o complexo regional de segurança na América do Sul:

> South America is increasingly developing as two subcomplexes with contradictory trends. The Southern Cone is on what is locally taken to be a quite robust, irreversible route to integration. With Argentine-Brazilian rapprochement firmly in place and all border questions solved, the subregion is beyond being a security regime, approaching a security community. It is in the grey zone between the two kinds of RSC, normal and centred. In the northern (Andean) part of the continent, on the other hand, security is increasingly structured by the drugs issue, US involvement, and domestic instability that keeps the border conflicts alive in that part[53] (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 340).

Battaglino (2012) busca discutir como se conjuga, na América do Sul, a já mencionada baixa ocorrência de conflitos, crescente democratização e interdependência econômica, com constante ameaça ao uso da força em casos como as tensões entre Venezuela e Colômbia ou Chile e Peru. O quadro 3 resume analiticamente a situação das disputas militarizadas na

---

muito claros , o potencial de transformações externas é bastante elevada. Isto é, obviamente, mais importante em relação à situação fluida na África Central. Porque muitos dos Estados da África são instáveis, as possibilidades de transformação interna são uma legião. Dado o elevado grau de fragmentação política na África, as mudanças nos atores individuais podem não importar tanto assim para as estruturas essenciais de seus CRSs . Mas, em alguns casos, seria importante: a desintegração da Nigéria, por exemplo, seria efetivamente matar o fraco regime de segurança na África Ocidental.".

[52] Não caberia nesta sessão uma passagem detalhada governo a governo ou mesmo uma revisão geral sobre os tópicos de política externa brasileira no pós Guerra Fria. Contextualizam-se, entretanto, os movimentos mais emblemáticos da política de defesa e da percepção de ameaças pelo Estado brasileiro, dentro da premissa de que política de defesa e política externa caminham para crescente complementaridade, segundo Lima (2010, p.402).

[53] O trecho correspondente na tradução é: "A América do Sul está cada vez mais se desenvolvimendo como dois subcomplexos com tendências contraditórias. O Cone Sul é tomado localmente como uma rota irreversível, bastante robusta para a integração. Com aproximação argentino-brasileira firmemente acontecendo e todas as questões fronteiriças resolvidas, a sub-região é mais do um regime de segurança, aproximando-se de uma comunidade de segurança. É na zona cinzenta entre os dois tipos de CRS, normal e centrada. No na parte norte do continente (Andina), por outro lado, a segurança é cada vez mais estruturada pela questão das drogas, o envolvimento dos EUA, e pela instabilidade interna que mantém vivos os conflitos na região de fronteira."."

América do Sul entre 1900 e 2010, com o qual se deve ressaltar que, a partir de 1990, a tendência é de redução do recurso militar para a solução dos conflitos no continente.

Consideremos o ambiente de segurança regional em que o Brasil, um país "geopoliticamente satisfeito", se insere. Lima (2010) afirma que, historicamente, na frente diplomática, a baixa securitização de eventuais ameaças regionais, somada à avaliação realista da fraqueza dos meios militares brasileiros, induziu a uma política de perfil não confrontante e conciliatória.

Ainda assim, o ponto estabelecido por Alves e Heye (2008), ao analisarem o equilíbrio de poder na América do Sul, é sólido: o Brasil se apresenta como o Estado mais poderoso da América do Sul, do ponto de vista militar e econômico. Há, entretanto, um fosso separando o poder militar do país com as demais potências centrais no sistema internacional (ALVES; HEYE, 2008, p. 12).

Quadro 3 - Os tipos de paz na América do Sul (1900-2010)

Types of peace/ Peace foundation	Negative peace (and subcategories)	Hybrid peace	Positive peace (and subcategories)
Satisfaction with the status quo	• Passive	• Passive	• Active
Security dynamics	• Internal/external balance of power • Immediate deterrence	• General deterrence • Emerging military cooperation	• Military cooperation • Emerging military integration
Type of regime	• Alternating democratic and authoritarian regimes	• Democracy	• Democracy
Economic relations	• Reduced bilateral trade	• High bilateral trade • High levels of investment	• High bilateral trade • High levels of investment
Type of regional norms	• Norms to resolve conflicts peacefully	• Strong tradition for the peaceful settlement of disputes • Security norms	• Strong tradition for the peaceful settlement of disputes • Security norms
Cases	• Argentina-Brazil-Chile until the end of the 1980s • Bolivia-Chile-Peru until 1990 • Venezuela and Colombia until 1990	• Colombia and Venezuela (1990–) • Peru and Chile (1990–) • Chile and Bolivia from 1990–)	• Argentina-Brazil-Chile (1990–)
Expected use of force	• Considerable likelihood of escalation to war or to intermediate/minor armed conflict	• Militarized crises are still likely • War, intermediate and minor armed conflicts are unlikely	• Militarized crises and armed conflicts are unlikely

Fonte: BATTAGLINO, 2012, p.137

Ainda assim, o ponto estabelecido por Alves e Heye (2008), ao analisarem o equilíbrio de poder na América do Sul, é sólido: o Brasil se apresenta como o Estado mais poderoso da América do Sul, do ponto de vista militar e econômico. Há, entretanto, um fosso separando o poder militar do país com as demais potências centrais no sistema internacional (ALVES; HEYE, 2008, p. 12).

Há que mencionar, assim, algumas hipóteses sobre a estratégia brasileira para região sul-americana[54].

Adaptação o arcabouço teórico de Antônio Gramsci, Burges (2008) busca interpretar a estratégia regional brasileira, afirmando que o Brasil exerce uma "Hegemonia Consensual". Partindo do binômio gramsciano de força e consenso, dinâmica pela qual se exerce o poder, o autor afirmar que, no caso do Brasil, *vis-à-vis* a seus vizinhos sul-americanos, a dimensão conflituosa – da dominação pela força – apresenta-se de forma residual, pois o país optou, desde a era Fernando Henrique Cardoso, por uma estratégia regional que leve em consideração os interesses dos demais Estados sul-americanos em detrimento de uma posição de defesa exclusiva dos próprios interesses.

Malamud (2011) argumenta que o consenso existente entre acadêmicos e *policy makers* brasileiros sobre a liderança brasileira na América do Sul deve ser relativizado. Trata-se de observar a dimensão de aceitação dos vizinhos em relação aos pleitos brasileiros, e a análise deste autor caminha no sentido de o Brasil dever se consolidar como uma potência intermediária no nível global para, aí sim, possuir a legitimidade necessária para tornar-se um líder regional, ainda que possuidor de vastas capacidades materiais no nível regional.

Também nesse sentido, Spektor (2009) considera o Brasil indisputavelmente uma potência regional, faltando, entretanto, mais assertividade ao assumir o papel de líder regional. Uma atuação de liderança iria além das capacidades materiais adquiridas e de uma situação de preponderância, envolvendo opções, interesses políticos e estratégicos, e mesmo a disposição para arcar os custos destes.

[54] Historicamente, o discurso sobre a preponderância brasileira na política regional e seu destino a ser uma Grande Potência está presente desde, pelo menos, o governo de Juscelino Kubitschek, passando pelo o ufanismo nacionalista dos regimes militares. As análises acadêmicas à época já mencionavam o papel do Brasil na definição dos rumos da região etc. Para uma abordagem dos anos 1980, mas que não perde atualidade em função de, a partir dos anos 2000, ter-se voltado a discutir a estratégia regional brasileira e seu lugar no mundo, cf. Lima (1986).

Stuenkel (2010), ao realizar um *ranking* das principais ameaças ao Brasil – e também reafirmando a ausência de ameaça de conflito interestatal envolvendo este Estado, bem como considerando que o Brasil deve fortalecer seus vizinhos para que sua estratégia regional não padeça de excesso de assimetrias –, considera que a principal ameaça ao país é não assumir seu papel de líder regional.

Os argumentos para a postura de revisionismo brasileiro são teorizados por Rodriguez (2011; 2013) como sendo oriundos de uma conjugação de valores que leva em consideração a percepção de mudanças na distribuição de capacidades no Sistema Internacional, a presença, na América Latina, de interesses de uma potência emergente no cenário internacional, tecendo relações políticas e econômicas no continente, bem como um incremento nas capacidades materiais do Brasil[55]. Do trabalho de Rodriguez, depreende-se que, em função da exiguidade das capacidades militares do país, a ênfase na diplomacia para a política externa se torna uma opção atraente.

Já Lima e Hirst (2006) analisam o padrão de inserção internacional apresentado pelo Estado brasileiro composto de duas facetas complementares: do ponto de vista regional como um "*Regional Power*", apresentando posturas de liderança em temas de segurança (como intervenções em crises na Venezuela, Bolívia, Equador e Haiti) e sendo o Estado com maiores capacidades nacionais de poder na região da América do Sul; e, do ponto de vista global, como um "*Intermediate State",* buscando favorecer posturas multilaterais e influenciar regimes internacionais de forma branda e condizente com a não posse de poder militar bruto no nível global, mormente conferido pela posse de armas nucleares e capacidade de segundo ataque (CEPIK, 2009).

Lima e Hirst (2006) afirmam que o Brasil tem se esquivado de usar *hard Power* e que nisso há relação direta com o ambiente de segurança e aspirações de presença global brasileira:

> It´s location in a relatively peaceful environment, the early settlement of its territorial demands and border disputes, and its consequent position as a status quo power within the region also help to account for its aspiration to what one might call middle ground international role[56] (LIMA; HIRST, 2006, p. 21).

[55] Em seu modelo de pesquisa, o autor discute o Realismo estrutural como basilar para a elaboração da variável independente em sua pesquisa, e o Realismo Neoclássico está na base de suas variáveis intervenientes, ou seja, as atitudes e percepções sobre a realidade internacional.

[56]O trecho correspondente na tradução é: "A sua localização em um ambiente relativamente pacífico, a liquidação antecipada de suas demandas territoriais e disputas de fronteiras, e sua consequente posição como

Cabe, agora, discutir alguns aspectos da política de defesa do Brasil. Proença Jr. e Diniz (1998) são pioneiros na discussão sobre os aspectos mais técnicos e operacionais da política de defesa que era então lançada. Já os "componentes de uma política de defesa" estão inseridos no debate pós-redemocratização no Brasil, em especial na década de 1990, quando da elaboração da primeira Política de Defesa Nacional e da criação do Ministério da Defesa. A ideia é de que uma política de defesa deva conseguir o equilíbrio dinâmico entre capacidade de combate, custo das forças armadas e adequação destas às metas políticas do Estado.

Assim, um projeto de modernização da defesa nacional dar-se-ia pela mobilidade e integração das formulações, com fortalecimento do Ministério da Defesa e criação do Estado-Maior da Defesa, a ideia de independência estratégica nos setores aeroespacial, nuclear e cibernético e a definição de eixos principais: reorganização das FFAA, reestruturação da indústria brasileira de material de defesa e política de composição dos efetivos.

Ao analisar a Estratégia Nacional de Defesa (2008), Vaz (2009) demonstra a ideia de que o Brasil é um país que visa a mudar sua posição no cenário internacional e, para tal, deve constituir capacidades materiais, institucionais e tecnológicas para atender aos requerimentos de sua inserção local e global, sendo este o primeiro documento em que há uma formulação coerente de política de defesa, num contexto de pluralismo democrático, num país redemocratizado desde 1985, que associe, ultrapassando a DSN – de caráter prescritivo e militar que elencava segurança e desenvolvimento, com aquele sendo "fator de produção" para este – associa segurança e defesa, a desenvolvimento no contexto de democracia.

Além disso, Lima (2010, p. 411) afirma ser a END uma tentativa de criar uma *constituency* doméstica para a temática de defesa. Tal ponto se aprofunda com a criação de um Livro Branco, conforme trataremos adiante, no capítulo III.

A END, que tem foco em ações estratégicas de médio e longo prazo e objetiva modernizar a estrutura nacional de defesa, atuando em três eixos estruturantes, sempre sob o ponto de vista de integrar operacionalmente as FFAA e conferir-lhes mobilidade: (1) reorganização das FFAA, (2) reestruturação da indústria brasileira de material de defesa e (3) política de composição dos efetivos, havendo ainda a ideia de independência estratégica nos setores aeroespacial, nuclear e cibernético.

---

uma potência do *status quo* na região também ajudam a explicar a sua aspiração a que se poderia chamar papel internacional meio termo.".

Os três eixos centrais renovam, em geral, o debate em questões de defesa porque, primeiramente, são oriundos de um documento público produzido no âmbito do Estado, mas no regime democrático, supremacia do Poder Civil na definição das hipóteses de emprego dos meios militares. Individualmente, o item 1 retrata uma redefinição nas prioridades de Defesa no Brasil, já que as rivalidades estratégicas no sul diminuíram muito; o item 2 retrata uma preocupação com os equipamentos, sempre presente entre os militares; e há, para que essa iniciativa seja bem-sucedida, a necessidade de que o governo desenvolva com a indústria de defesa uma política de compras governamentais; já o item 3 possui tentativa de apresentar o serviço militar como republicano e "nivelador nacional", uma permanência e uma inovação, a ideia de um serviço civil, aos moldes de alguns países europeus.

A END consiste num desdobramento lógico de um documento de 2005, a II Política Nacional de Defesa, a qual revogava o primeiro documento nesse teor, 1996. Lima e Hirst (2006, p. 37), ao analisarem a II PDN, buscam fazê-lo imbuídas de que tais decretos, como toda política declaratória de defesa, representam a posição oficial do Brasil quanto às questões de defesa nacional e segurança regional e global.

Assim sendo, dois seriam os pilares do discurso do Estado brasileiro sobre segurança e defesa: a soberania de proteger interesses nacionais e território nacional; e a opção pelo multilateralismo[57] como resolução de conflitos em questões regionais e globais. Os pilares da II PDN, depois reforçados pela END são: (I) Amazônia, com a questão do narcotráfico e guerrilha na Colômbia; (II) o Atlântico Sul, pelos recursos naturais e petróleo; (III) criação de uma força de ataque rápido; (IV) crescente papel do Brasil nas Operações de Paz (LIMA; HIRST, 2006, p. 37).

Proença Jr. e Diniz (2008) realizam uma análise crítica sobre o conceito de segurança que está contido na II PDN. Estes autores afirmam que o Brasil, na opinião dos autores, é um *free rider* em termos de segurança internacional, se furta em realizar compromissos mais sólidos, seja em estabelecer conceitualizações próprias sobre as ameaças ao Estado brasileiro, seja para alocar os recursos necessários para mitigá-las. Trata-se, na opinião desses autores,

[57] Entendido, nos termos de Herz (2010, p. 332), como relações baseadas em regras universais e a resolução de contenciosos pela via legal e pela negociação. Tratar-se-iam, na opinião dos autores, como práticas positivamente avaliadas no contexto da cultura política sul-americana.

de uma superposição de conceitos oriundos ora da Guerra Fria, ora da democratização, ora da agenda de segurança que emergiu dos atentados de 11/09/2001.

Dessa superposição, a solução é tão vaga quanto afirmar que o desenvolvimento nacional é uma questão de segurança (BRASIL, 2008, p. 10). O que é possível afirmar, pela leitura desses autores, é que há um normativismo implícito em suas concepções teóricas, como se o Estado brasileiro não pudesse formular, com base em seus processos políticos, um conceito de segurança que se diferencie do modelo europeu ou estadunidense e que atenda às demandas e interesses brasileiros.

Ao analisar a Grande Estratégia brasileira, Brands (2010) afirma que o país tem perseguido duas sortes de objetivos mais gerais, a saber: constatar e colaborar pra uma multipolaridade mundial, num processo de transição de ordem global centrada nos EUA para um ordenamento internacional cujo foco seriam mais atores; buscar uma estratégia regional de ampliação de influência, conectada à estratégia de ampliação de influência global, dentro das limitações de capacidades materiais; e uma cultura estratégica cujo principal objetivo é o desenvolvimento econômico nacional.

Outro aspecto interessante em Lima e Hirst (2006) e Lima (2009) é a discussão sobre o papel instrumental da política externa brasileira: a PEB seria, na visão das elites formuladoras e decisórias, uma forma pela qual o Brasil obteria seu desenvolvimento. Assim sendo, há uma larga presença de temas econômicos em detrimento de temas de segurança na agenda internacional do Brasil; ou, em outros termos, a temática do desenvolvimento está imbuída na agenda de segurança: "*Foreign threats and risks are perceived to be driven basically by economic and not military/security motivations*"[58] (LIMA; HIRST, 2006, p. 22).

2.3 Índia: Contexto Regional, Percepção de Ameaça e a dimensão da Liderança[59]

[58]O trecho correspondente na tradução é: "Ameaças e riscos externos são percebidos como impulsionados basicamente por motivações econômicas e não militares/de segurança".

[59] Adotar-se-ão, para este caso, subdivisões de tópicos de acordo com o que mais chamou a atenção dentro da literatura analisada, por se tratar de um Estado com percepção de ameaças elevada e localizada em atores Estatais.

2.3.1 Segurança regional e o paradoxo da proximidade: Relativa Estabilidade nas Relações com o Paquistão e Proximidade e complementaridade com Bangladesh

Pavri (2013), ao analisar a Política Externa indiana, afirma que é o potencial econômico realizado recentemente nas altas taxas de crescimento do PIB dos últimos anos que permite que a Índia se postule enquanto potência emergente global. Do ponto de vista da segurança, o escopo de ameaças é diverso e intenso, com possibilidade de conflito interestatal com o Paquistão[60], uma rivalidade estratégica crescente com a China[61], instabilidade política dos vizinhos imediatos e a ameaça de ataques terroristas e movimentos insurgentes em território indiano.

Esse vasto escopo de ameaças leva a que, ao contrário do movimento de Independência em relação ao julgo colonial britânico, que se sagrou vitorioso utilizando a estratégia da não violência de seu mais proeminente líder Mohandas K. Ghandi, tenha se afastado de um idealismo inicial na condução dos assuntos exteriores rumo a um pragmatismo militar em que o discurso de ameaças e a possibilidade do uso da Força são elementos centrais da política externa (PAVRI, 2013, p. 166). Paralelamente à política de defesa com elevada percepção de ameaças, o Estado engajou-se historicamente no Movimento Não Alinhado, grupo de Estados periféricos que buscavam fornecer uma alternativa de comportamento internacional no contexto de sólida bipolaridade mundial da Guerra Fria

Cepik e Pitt (2011) classificam a política de segurança indiana como aquela típica de potência ascendente, conjugando padrões de engajamento com outras grandes potências que variam desde a cooperação até a competição, a preponderância no Sul da Ásia e investimentos em mercados emergentes; afirmam que, na dinâmica de segurança contemporânea para o complexo regional de segurança do Sul da Ásia, é a securitização das relações entre Paquistão

[60] Historicamente, o conflito com o Paquistão, para além da permanente ameaça, foi levado às vias de fato em 1947, quando a Caxemira, principado governado por um Hindu com maioria da população muçulmana, foi motivo de disputa entre Índia e Paquistão, quando da separação dos dois Estados. Outro conflito armado ocorreu naquela região em 1965 e, com ameaça de armas nucleares, os interesses desses Estados chocaram-se em Kargil, no norte da Caxemira, em 1999. Em 1971, Índia e Paquistão entraram em conflito também, quando da criação do Estado de Bangladesh (PAVRI, 2013, p. 168-169).

[61] Para além do conflito histórico, a face atual desta rivalidade apresenta-se, por exemplo, com a China apoiando rebeldes maoístas no Nepal, virtualmente um protetorado de interesses indianos. Tal conflito transborda para o território indiano, e a insurgência "naxalita" é considerada também uma ameaça grave na agenda de segurança indiana (PAVRI, 2013, p. 174).

e Índia o principal tema (CEPIK; PITT, 2011, p. 33). A dinâmica regional e as relações indo-paquistanesas podem ser resumidas em Pavri (2013, p. 172):

> In the South Asia region, India finds itself viewed as a recognized major power in a *de facto* fashion, but in a distinctly less than friendly environment. Relations with it´s historical rival, Pakistan, are still precarious[62].

A Grande Estratégia Indiana é moldada, segundo Hoyt (2012, p. 2) por um conjunto de valores de quando esse Estado era uma colônia e moldado por Nehru, um dos líderes do movimento de independência e posteriormente primeiro-ministro. Esta é uma concepção de mundo em que a Índia seria uma civilização única, secular (conjugando hindus e muçulmanos) e isolada do convívio regional. Hoyt (2012) lista três "escolas", entendidas como comunidades de acadêmicos e elites formuladoras de política externa, na Índia, a saber, o Nehruvianismo – já mencionado e que foi um consenso relativo até os anos 1990 – o Hiperrrealismo, cujo foco é a posse de armas nucleares e uma visão belicosa do sistema internacional e Sul da Ásia, e o Liberal Internacionalismo, influenciado por uma relativa adesão ao Neoliberalismo iniciada nos anos 1990, e que fizeram com que a economia indiana, especialmente no setor de fármacos e *softwares*, se tornasse bastante pujante e internacionalizada. Já o conceito indiano de segurança e seus reflexos quanto à política externa da Índia para a China foram sistematizados por Li (2008). O aspecto mais relevante daquele trabalho é apontar que a ênfase na segurança territorial – seja ela contra ameaças estatais, seja ela de combate ao terrorismo – é a tônica da atual política de segurança indiana.

O contexto das negociações internacionais fornece mais alguns *insights* sobre a perspectiva de ação internacional e estratégica indiana. Narlikar (2009), tratando o país como uma potência emergente – assim como Cohen (2001) –, afirma que a Índia é bastante defensiva em geral, buscando duas searas de questões para comprovar seu argumento, a saber: a questão comercial e a questão nuclear. As hipóteses explicativas para o comportamento do Estado Indiano seriam: (1) a atuação das burocracias domésticas; (2) a economia política doméstica; (3) a segurança regional, notadamente as relações com China e Paquistão; e (4) a cultura política indiana. As duas últimas hipóteses são aquelas privilegiadas pela explicação

[62]O trecho correspondente na tradução é: "Na região do Sul da Ásia, a Índia encontra-se vista como uma grande potência reconhecida *de facto*, mas em um ambiente claramente menos não amigável. As relações com a seu rival histórico, Paquistão, ainda são precárias.".

de Narlikar e fazem perceber – diante da literatura analisada – que, também do ponto de vista de ação internacional global, o Estado indiano possui uma postura defensiva e reativa.

Nitin Pai (2011) sintetiza os maiores motivadores da ação internacional do Estado, quais sejam, o notável interesse no crescimento econômico, as preocupações com o terrorismo islâmico – em especial pela possibilidade de extremistas estarem no vizinho Paquistão, e as preocupações com a República Popular da China.

São sete as abordagens listadas pelo mesmo autor para que o Estado Indiano atinja seus objetivos de mais longo prazo – ou, em termos realistas, os "Interesses Nacionais", a saber: (1) Prudência Cautelosa, princípio tradicional da política externa indiana típica da Guerra Fria e que ainda permanece; (2) um comportamento marcadamente unilateral em questões internacionais de vulto; (3) a ideia de investimento estrategicamente direcionado em vizinhos visando ao crescimento econômico; (4) uma situação de insulamento físico relacionada à questão das fronteiras; (5) Não interferência nos assuntos externos de outros Estados; (6) ajuda humanitária a alguns vizinhos; (7) salvaguarda do domínio marítimo dos temas *global commons*, como o Espaço Cibernético.

A situação da segurança regional no que concerne ao Estado Indiano seria resumida pelo termo "Paradoxo da Proximidade", o qual, em suma, significa ter, em sua vizinhança, Estados extremamente frágeis do ponto de vista institucional – e, por isso, perceber a necessidade de intervenção em função de ser o Estado dotado de mais capacidades – e não poder intervir devido a constrangimentos (*constraints*) estruturais (PAI, 2011, p. 4). Também caminha nesse sentido a reflexão de Stuenkel (2012) sobre o problema regional indiano, adicionando a dimensão das enormes questões domésticas, como a considerável parte da população ainda abaixo da linha da pobreza. Este autor afirma que a principal fraqueza indiana é sua incapacidade de exercer liderança na região, permanecendo o Estado com uma visão reativa da política regional (STUENKEL, 2012, p. 34).

Ademais, conforme demonstrado por Pai (2011) e Chellaney (2010), a Índia, apesar dos princípios de não intervenção, atua "seletivamente" na política de seus vizinhos menores, sempre que precisa salvaguardar seus interesses. O que parece ocorrer é uma articulação entre os diversos princípios listados como o unilateralismo regional e uma intervenção seletiva em assuntos de outros Estados, resultando em baixa institucionalização da ordem de segurança regional.

Há um histórico de Guerras entre Índia e Paquistão (1947, 1965 e 1971 por problemas fronteiriços envolvendo, principalmente, a questão da Caxemira, mutuamente reivindicada pelos dois Estados), e as relações sempre foram de tensão, inclusive em função do jogo político bastante estimulado pelos Estados Unidos da América (que preferia relações com Islamabade) na região, no contexto da bipolaridade mundial da Guerra Fria. Foi estabelecida uma "Linha de Controle" pela Organização das Nações Unidas; entretanto, não houve reconhecimento dos Estados como esta sendo fronteira.

Houve, finalmente, a percepção, com o fim da Guerra Fria, que talvez fosse necessário cessar as hostilidades mútuas e, para tal, foi instituído o Diálogo Multidisciplinar (2004), que consiste no estímulo às concessões mútuas e, como principal fator de união, o combate a um terrorismo que vinha agindo livremente na "Linha de Controle", causando prejuízos e instabilidade a ambos os Estados. O ambiente econômico favorável também é um fator a ser levado em consideração.

Assim, ressalte-se, ainda, a mentalidade de potenciais negócios entre os países: um exemplo, relembrando a prioridade de "segurança energética" na Política Externa indiana, é um possível Gasoduto "Irã – Paquistão – Índia"[63], ainda que o Paquistão permaneça sendo uma preocupação fundamental na agenda de segurança do Estado indiano, muito em função do notável declínio da estabilidade política do governo paquistanês

Já quanto às relações entre China e Índia, outro ponto presente na agenda internacional indiana, os problemas principais entre os dois Estados residem em querelas em relação às fronteiras de alguns mil quilômetros, sendo os principais:

I) Arunaschal Pradesh, região no extremo leste indiano e que a República Popular da China quer para si.

II) Aksai Chin, região de Intersecção entre China, Paquistão e Índia, e que os Indianos querem tomar dos chineses, em que há interesse de dominar o território, por parte da Índia.

III) Tibete, questão infinitamente mais noticiada e bastante complexa, pois a República Popular da China considera o Tibete uma província rebelde, reprimindo-a constantemente; a Índia não possui interesses substanciais no território, mas acolheu o famoso líder tibetano

[63] http://www.opeu.org.br/2012/03/08/clinton-adverte-paquistao-sobre-gasoduto-com-ira/.

Tenzin Gyatso e aproximadamente cem mil tibetanos, o que gera certa instabilidade entre China e Índia.

As relações sino-indianas alcançaram um patamar diferente a partir de 2005 com o estabelecimento, entre Beijing e Nova Délhi, da "Parceria Estratégica de Cooperação para Paz e Tranquilidade", refletindo a disposição de ambos os Estados em resolverem pendências pela forma do diálogo. Assim sendo, China reconhece que a região do Sikkim é indiana, e Índia, além de reconhecer que Tibete é da República Popular da China, compromete-se a restringir atividades antichinesas empreendidas por tibetanos em território indiano. Ainda assim, o que se percebe, pela literatura analisada, é que um dos principais pontos de percepção de ameaça por parte do Estado indiano, parece ser, ainda, a República Popular da China.

2.3.2 O diferencial de Capacidades: a Índia como potência nuclear

O país, além de possuir mísseis balísticos de alcance intermediário[64], possui um programa nuclear extremamente bem-sucedido, que se iniciou em 1974 e preocupou bastante a comunidade internacional e os Estados Unidos da América quando, em 1998, testes com armamento nuclear foram realizados no deserto do Rajastão. O desenvolvimento de um programa nuclear de tal monta se justifica, também, pela posição sobre a Legislação Internacional antinuclear: a política externa indiana considerava o Tratado de Não Proliferação e protocolos adicionais um "*Apartheid* nuclear", afirmando que as então potências nucleares desejavam congelar o Poder militar no nível global.

Foi a partir dos testes de 1998, no contexto já do pós Guerra Fria, que se iniciou uma nova fase das relações da Índia com os EUA: os estadunidenses revoltaram-se com testes nucleares e propuseram, até mesmo, sanções aos indianos, que, entretanto, foram hábeis em encapsular a chamada "questão nuclear" na economia e no direito de a Índia, país soberano, desenvolver tecnologia nuclear para fins pacíficos e de desenvolvimento e proteger-se de ameaças.

Na nova configuração de Poder mundial e asiática, os EUA precisam da Índia para se contrapor geopoliticamente à liderança da China na Ásia, e os entendimentos entre indianos e

[64] Recentemente, testou-se o míssil balístico de longo alcance, o que aumenta, e muito, o alcance do potencial nuclear bélico da Índia.

estadunidenses são no sentido de a Índia apoiar "Guerra ao Terror" e demais iniciativas antiterrorismo e, em troca, os EUA reconhecerem Índia como potência nuclear. Ressalte-se, ainda, a importância para os EUA de uma Índia potência econômica, detentora de um complicado nacionalismo multiétnico, inaugurado por Gandhi e continuado pela "dinastia Nehru-Gandhi" – mas com certa tradição democrática – *vis-à-vis* uma China com notável pujança econômica, mas com um regime político autoritário; ou à instabilidade dos regimes Islâmicos do Oriente Médio, incluindo, mais ou menos, o Paquistão, aliado estadunidense de longa data.

Frey (2006) parte dos argumentos neorrealistas waltzianos de que a introdução das armas nucleares nas relações internacionais de poder foi uma das mais significantes mudanças na política internacional.

Os argumentos centrais no texto são de que a Índia, inserida no ambiente estratégico do sul asiático, constituiu sua capacidade nuclear com base em duas causas estruturais: as relações de estranhamento com uma China nuclearmente armada e as relações marcadamente antagônicas com o Paquistão (FREY, 2006, p. 16).

Frey, entretanto, apresenta a hipótese de que o fato de a China estar sempre recebendo olhares atentos dos estrategistas indianos pode funcionar para explicar parcialmente a existência de uma bomba atômica indiana porque as preocupações com os vizinhos fazem parte da política externa dos Estados; mas devem somar-se a isso preocupações relativas ao que a Índia deveria ocupar na arena política global, e como o que definia seus interesses nacionais. Assim sendo, a autora introduz a dimensão das relações dos Estados Unidos da América, numa década de 1990 marcada pelo contexto da unimultipolaridade e do triunfalismo do fim da Guerra Fria, em que os líderes do Estado indiano interpretaram[65] que ganhos de prestígio e posição no Sistema Internacional dar-se-iam por demonstração de poder militar.

A dimensão de segurança regional numa região que é marcada por hostilidades entre Índia e Paquistão é sempre permeada pela possibilidade de conflito. O que Frey demonstra é que, no período anterior aos testes nucleares do Rajastão, em 1998, as relações entre China e Paquistão permitiam a percepção, por parte das elites políticas indianas, de que era necessário desenvolver potencial nuclear para defender o Estado.

[65] Aqui, a autora utiliza-se da clássica concepção "de percepção errônea" ou *misperception*, de Robert Jervis.

O Estado indiano parece um exemplo de como, numa dada região selecionada – ou, no caso, a sub-região do sul asiático – um Estado pode ser detentor de notável capacidade militar, com um dos maiores contingentes de forças armadas do mundo, com uma economia que cresce a taxas bastante consideráveis, com uma agenda de interesses globais e detentor de potencial bélico nuclear – inclusive com vetores de longo alcance, testados em 2012, e, ainda assim, não exercer um papel bem definido de liderança regional, apesar de detentor das *capabilities* tradicionais que fazem com que um Estado seja considerado um regional *Power*. As conclusões de Stewart-Ingersol e Frazier (2012) para análise do Estado Indiano e segurança regional são de que, apesar de a Índia se considerar um *hegemon* esperado da região, esta não o é por algumas razões, mormente o fato de, enquanto a Índia busca pelo *status* de potência global, isso a fez ignorar, de modo significativo, o nível regional (STEWART-INGERSOLL; FRAZIER, 2011, p. 37). E as dimensões – global e regional – estão associadas, argumentam os autores, fazendo com que não seja bem-sucedido o projeto regional indiano, apesar dos esforços de *Custodianship* em alguns Estados vizinhos.

Assim sendo, concordamos com Stewart-Ingersoll e Frazier (2011) que a Ordem Regional de Segurança na qual a Índia participa, a do sul asiático, é uma *Strength-Based Order*, ou seja, mantida pelas relações de força, e com uma baixa institucionalização das decisões coletivas em termos de segurança. Dois pontos são ressaltados pelos autores: a crescente presença de atores externos – EUA e China –, especialmente via relações com o nuclearizado[66] Paquistão e, neste ponto, divergimos dos autores quanto àquela Ordem Regional de Segurança unipolar com predominância da Índia. O sul da Ásia parece caminhar, do ponto de vista militar, para uma bipolaridade militar entre Índia e Paquistão (influenciados por EUA e China), especialmente depois que os dois países adquiriram potencial nuclear e a vantagem de tropas terrestres indianas foi por isso suplantada.

2.4 Conclusão comparativa da revisão da literatura sobre os casos

À guisa de conclusão da revisão de literatura sobre os casos, cabe observar o quadro feito por Cepik (2009), com as devidas alterações contextuais para o período de elaboração desta dissertação. Neste quadro, apresenta-se a sintetizar das principais dinâmicas nos

[66] Segundo se depreende pelo relatório SIPRI (2012, p. 14) do ponto de vista de ogivas nucleares, Índia e Paquistão são equivalentes, pois são, entre 80 e 100 para aquela e 90 e 110 para este. A China teria 240. Paquistão e Índia não signatários do regime internacional de não proliferação de armas nucleares.

complexos regionais de segurança em questão, demonstrando as principais ameaças e uma leitura da distribuição das capacidades.

Quadro 4 - Complexos Regionais de Segurança comparados

	Sul da Ásia	**África Austral**	**América do Sul**
Princípio de Ordem	Anarquia	Anarquia	Anarquia
Distribuição de Poder	Bipolar	Unipolar	Unipolar[67]
Grau de Polarização (1991-2013)	Alto	Médio	Baixo
Dinâmicas de segurança mais importantes	Interregionais: Acesso a petróleo e energia; terrorismo, balança regional Ásia Central e Oriente Médio Regionais: centralidade do confronto Índia-Paquistão (Caxemira, Armas Nucleares e Terrorismo), tensões Índia-Bangladesh (migrantes). SAARC e convenção antiterrorista. Domésticas: separatismos e conflitos políticos no Paquistão (Waziristão, Baluchistão e Sind); guerrilhas e violência na Índia (Naxalitas, Meitei etc.); Guerra Civil no Sri Lanka (LTTE Tâmil)	Interregionais: segurança energética; imigração clandestina; balança de poder, terrorismo e instabilidade nos demais subcomplexos da África subsaariana. Regionais: Consequências das guerras civis em Angola, RDC, Ruanda e Burundi; riscos associados ao colapso do Zimbábue; SADC e resolução de conflitos Domésticas: epidemia de Aids; corrupção, crime organizado, tráfico de pessoas e lavagem de dinheiro; criminalidade violenta na África do Sul	Interregionais: associadas ao narcotráfico; participação em Operações de Paz da ONU Regionais/Domésticas: conflito armado na Colômbia; gastos de defesa do Chile e Venezuela; tensão separatista na Bolívia; narcotráfico, tráfico de armas; contrabando; corrupção, crime organizado, tráfico de pessoas e lavagem de dinheiro

[67] Aqui, consideramos a distribuição de poder de forma diversa a Cepik (2009). Conforme observar-se-á no terceiro capítulo, fica clara a distribuição unipolar de capacidades na região da América do Sul.

Relações de Poder com Atores Externos à Região	Aliança Índia-Estados Unidos-Japão *versus* Paquistão-China e China-Rússia, relações comerciais e militares da Índia com Rússia e Israel e acordos de comércio com ASEAN	Fracasso da ONU na região; penetração chinesa na região; resistência da África do Sul ao Africom dos EUA	Penetração dos Estados Unidos (*hegemon* global, cuja influência histórica na região é inegável) e disputa sobre a agenda da integração entre as alternativas da Alca, da Revolução Bolivariana (Alba) e proposta da Unasul; barganha diplomática com União Europeia: crescimento da importância comercial da China para a região
Direção Provável de Mudança	Baixa institucionalização da segurança na região; busca indiana por supremacia regional e *status* de grande potência, enfraquecimento relativo do Paquistão; risco de guerra nuclear elevado; tendência à formação de um supercomplexo de segurança asiático	Papel crescente das três potências regionais subsaarianas (África do Sul, Nigéria e Etiópia) nos subcomplexos da região. Possível institucionalização da resolução de conflitos via União Africana, NEPAD e SADC	Maior cooperação de segurança na Amazônia (OTCA e SIVAM) e no Mercosul, especialmente contra o crime organizado e violento; institucionalização da Unasul; Conselho de Defesa Sul-americano
País onde se disputam fronteiras na região	Afeganistão	República Democrática do Congo (RDC)	Colômbia

Fonte: Cepik (2009, p. 69-70, com alterações).[68]

[68] Milani (2013) apresenta também uma versão sintética e atualizada desse quadro, mas com o foco nos desafios geopolíticos de cada Estado.

Deve-se apontar, à guisa da conclusão deste capítulo de revisão da literatura, algumas hipóteses formuladas em diálogo com a literatura examinada, que contribuem para inteligibilidade da percepção de ameaça tal qual enunciada nas políticas declaratórias a serem analisadas no terceiro capítulo.

O caso da África do Sul apresenta os fatores sistêmicos como um cenário possível de instabilidade regional no subcomplexo regional de segurança da África Austral, com questões como refugiados, crime transnacional e epidemias emergindo fortemente e permeando a agenda de segurança daquele Estado. Em conjugação, fatores domésticos como mudança no paradigma de inserção internacional deste país com a queda do *Apartheid* e a construção de uma agenda de segurança que contemplasse uma nova África do Sul, aderente aos regimes internacionais e buscando cada vez mais desenvolvimento econômico, redução da pobreza e melhoria das condições de vida da população, sem que, entretanto, uma perspectiva de liderança sobre a África Austral fosse abandonada; outrossim, mais e mais consolidada em face da prosperidade econômica sul-africana e a ligação com os vizinhos.

No caso do Brasil, o ambiente regional apresenta-se como relativamente pacífico, *desnuclearizado* e com baixa possibilidade de ameaças estatais oriundas de vizinhos ao país. A legitimação da política de defesa dá-se, então, uma vez que se trata de um Estado geopoliticamente satisfeito, pelo discurso desenvolvimentista, tão prioritário ao Brasil. Combinado a isso, a estratégia brasileira para liderança regional ainda se coloca de forma relutante, ainda que o Brasil, na América do Sul, obtenha preponderância clara de recursos materiais. Há, ainda, as ambições de ser uma potência global, obstaculizadas pela escassez de capacidades materiais para além da supramencionada preponderância regional.

Já o caso da Índia, exemplo mais extremo de percepção de ameaças – e por isso sua seleção para essa pesquisa –, apresenta-se como um Estado situado num ambiente regional muito conturbado, com instabilidade política de alguns vizinhos. Além disso, o histórico de conflitos e a permanente rivalidade com o Paquistão, bem como a competição estratégica com a China, completam o quadro delicado da segurança regional no subcomplexo sul-asiático. China, Índia e Paquistão possuem armas nucleares, o que atrai a atenção global para quaisquer tensões que surjam. Ameaças não convencionais como insurgentes e ataques terroristas também estão presentes. Completa-se o quadro geral afirmando que, no Estado indiano, elites estratégicas percebem o país como detentor de lugar único no mundo como ator global, mesmo num cenário de precária estabilidade regional.

3 Polaridade Regional e Percepção de Ameaças: análise sobre as capacidades materiais e políticas declaratórias de defesa das potências regionais

Este capítulo se divide em três seções, subdivididas, conforme necessário para a apresentação dos dados. Apresenta-se, na seção 3.1, uma análise das capacidades nacionais de poder (CINC) – complementada por indicadores de atualização – dentro dos respectivos contextos regionais. Para desenvolver esse raciocínio, faz-se, na subseção que se segue (3.1.1), uma leitura do Sistema Internacional no pós Guerra Fria à luz dos dados do CINC, gastos militares e posse de ogivas nucleares, visando a obter a situação de polaridade mundial em que se inserem as potências regionais e relativizar o argumento de que há transição de poder global em favor destas. Na subseção 3.1.2, faz-se a análise dos dados para as potências regionais África do Sul, Brasil e Índia, buscando observar a polaridade regional.

A Seção 3.2 realiza a análise dos documentos de política declaratória de defesa de África do Sul, Brasil e Índia, tendo em vista o objeto desta dissertação, as percepções de ameaça nas potências regionais. São adotadas, para a apresentação dos dados de forma comparativa, subdivisões que se dedicam a investigar a forma geral de cenário internacional e o papel da defesa (3.2.1), como forma de contextualizar a política de defesa nos objetivos gerais da política externa, Percepções sobre a Ordem Regional de Segurança (3.2.2) e a ligação discursiva entre segurança e desenvolvimento (3.2.3). Em seguida, esboça-se uma conclusão comparativa.

3.1 Análise das polaridades regionais: as capacidades nacionais.

3.1.1 O Sistema Internacional à luz das Capacidades Nacionais (CINC)[69], Gastos Militares e ogivas nucleares.

Dado que as regiões em que estão inseridos os casos analisados nesta dissertação não se encontram isoladas, pelo contrário, estão inseridas dinamicamente num sistema internacional em permanentes transformações, cabe analisar, à luz de alguns indicadores, qual a posição geral de África do Sul, Brasil e Índia no quadro deste sistema. Recentemente, na literatura acadêmica, conforme já mencionado durante o capítulo II, é motivo de debate a questão da existência de uma transição de poder global e, nesse ínterim, qual o lugar dos Estados ditos "emergentes" ou "potências regionais".

O gráfico 1 torna mais clara a observação para comparar capacidades nacionais entre China e EUA, constatando qual o rumo da mudança. O que se deve ter em mente, na medida utilizada, é o peso do fator população, no caso dos resultados elevados para China, bem como o acentuado declínio dos EUA, dado que este Estado, ao final da Segunda Guerra Mundial, adquirira um grau de preponderância jamais visto (AMORIM NETO, 2011).

Já quando se analisa separadamente os chamados "países emergentes", do ponto de vista das capacidades nacionais, os resultados obtidos lançam luz às possíveis explicações. Tomados os dados do CINC desde 1946, pode-se inferir, pelo gráfico 1, que não há "emergência" enquanto bloco de países. Deve-se notar, no gráfico, o declínio sofrido pela Rússia ao final dos anos 1980, compatível com o momento do diagnóstico feito por setores do

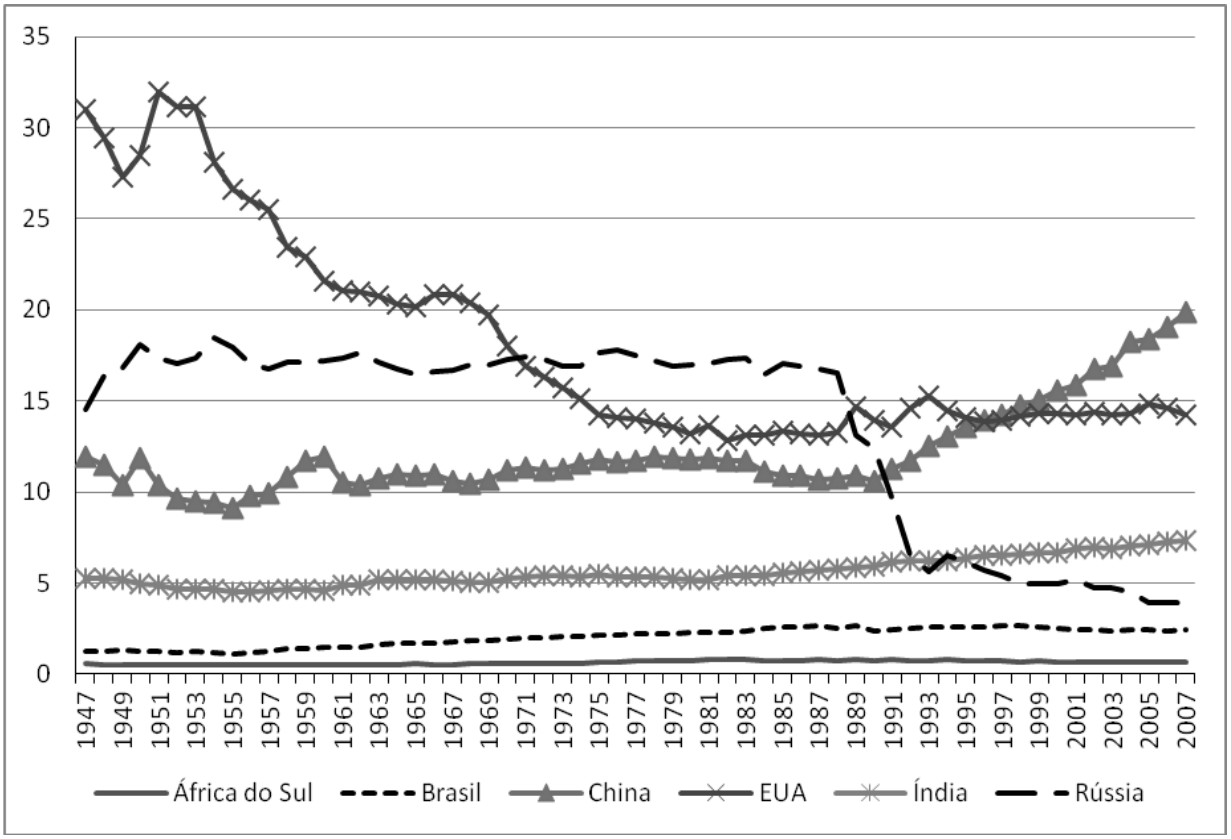
[69] Há, também, alguns gráficos complementares na seção dos anexos desta dissertação. Nele, são utilizadas as medidas de gasto militar e PIB numa solução para a limitação da variável utilizada, que vai até 2007. Estas variáveis foram exploradas, em alguma medida, para as Potências Regionais por Stewart-Ingersol e Frazier (2011;2012). No caso sulamericano, Alves e Heye (2008) utilizam as medidas do gasto militar e apresentam um balanço dos equipamentos militares na América do Sul. Já Cepik (2009) apresenta um balanço das capacidades militares nos três casos (Brasil, Índia e África do Sul). Registre-se, também o trabalho de Teixeira Junior (2010) – com o qual este autor tomou conhecimento enquanto esta dissertação estava em fase de conclusão - , utilizando o indicador desenvolvido pelo *Correlates of War* como variável explicativa para o regionalismo no Mercosul e na SAARC. Aquele autor, entretanto, não se utiliza de outros indicadores para robustecer o defasado temporalmente indicador CINC, bem como chega a conclusões diferentes desta dissertação, pois aquele trabalho parte da premissa de que o regionalismo influencia a polaridade regional nos casos analisados. Castellano da Silva (2012) utiliza alguns dados de capacidades materiais e balanço de capacidade militar para identificar uma transformação na polaridade daquela região, argumentando que a unipolaridade, naquele continente, teria dado lugar à bipolaridade, com a ascensão de Angola. Os dados analisados aqui sugerem o contrário, mas este é um debate em curso. No caso desta dissertação, busca-se delinear os traços estruturais das Ordens Regionais de Segurança à luz dos dados coletados tão somente.

goveno dos EUA, que a Guerra Fria estava vencida, com preponderância absoluta deste Estado daí em diante.

Tomados os valores para cada um dos "emergentes" e compará-los aos dados para os EUA, como no gráfico 1, as tendências aparecem de forma mais clara. O que ocorreu foi um declínio acentuado da Rússia, sucedânea da União Soviética. Se, em 1988, os valores passavam de "0,15", ou seja, 15% das capacidades do mundo; em 2007, os valores representam menos de 5% do total mundial.

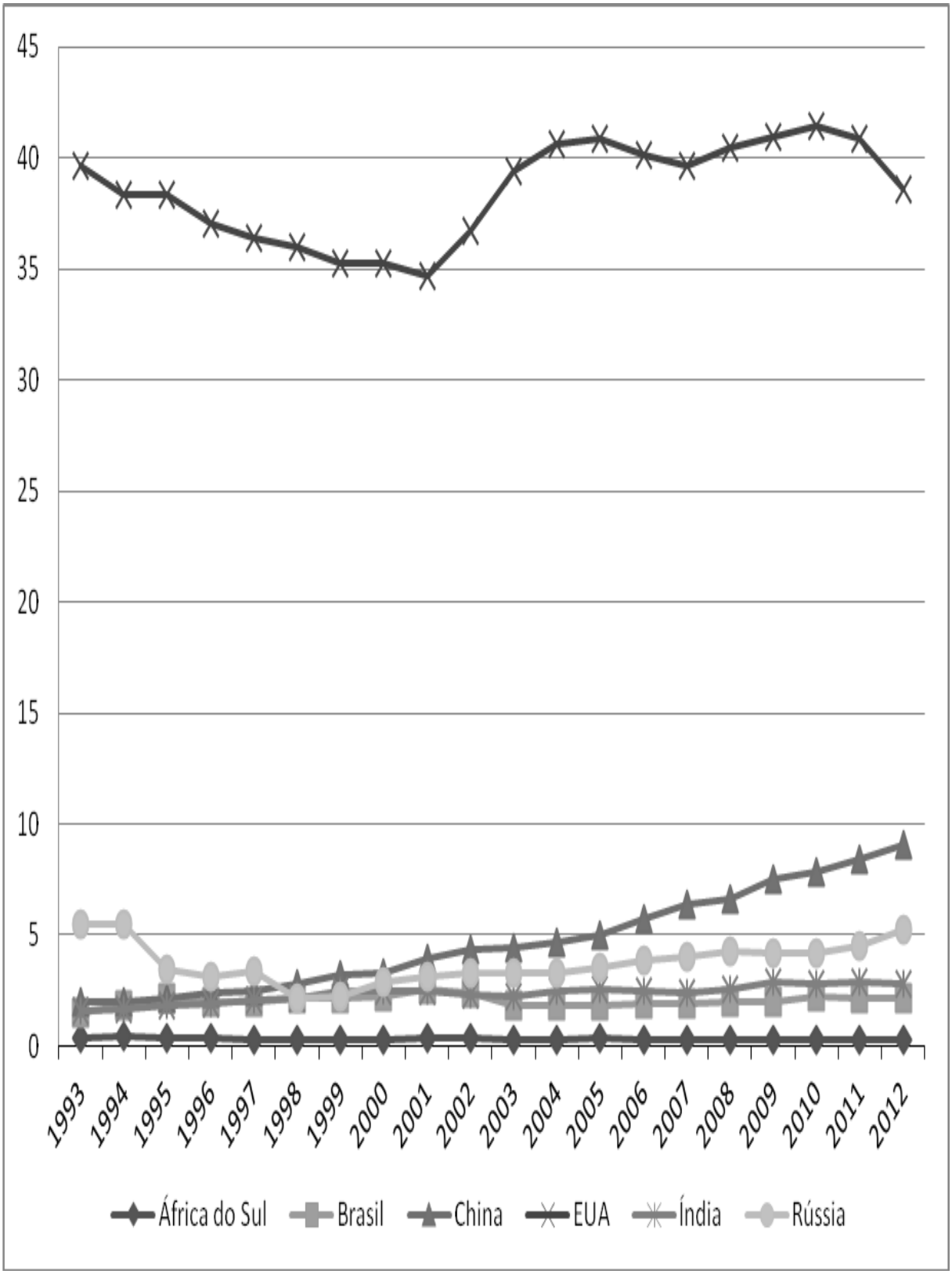
Já a China, conforme o gráfico 1, passou por um notável crescimento de suas capacidades. O período de crescimento coincide com aquele no qual este Estado cresceu economicamente a altas taxas, aumentou sua produção industrial e investiu em capacidade militar.

Gráfico 1 - Capacidades Nacionais (CINC) de África do Sul, Brasil, China, Índia, Rússia e EUA (1946-2007) (% Global)



Fonte:COW, 2011. Elaboração e cálculos próprios.

Gráfico 2 - Gastos militares dos EUA, e "potências emergentes" em função % de gastos militares no mundo



Fonte: SIPRI, 2013. Elaboração e cálculos próprios.

Quando observada a questão dos gastos militares como porcentagem do total global, conforme gráfico 2 e, principalmente, a distribuição das ogivas nucleares, conforme o quadro 5, tem-se um retrato, ainda que limitado, do sistema internacional do pós Guerra Fria do ponto de vista militar.

Quadro 5 - Distribuição de Ogivas Nucleares (2013)

País	Ano do primeiro teste nuclear	Ogivas Operacionais[70]	Outras Ogivas[71]	Inventário total
Estados Unidos da América	1945	2 150[72]	5 550	~7 700[73]
Rússia	1949	~1 800	6 700[74]	~8 500[75]
Reino Unido	1952	160	65	225
França	1960	~290	~10	~300
China	1964	..	~250	~250
Índia	1974	..	90-110	90-110
Paquistão	1998	..	100-120	100-120
Israel	..	..	~80	~80
Coreia do Norte	2006	..	..	6-8?
Total		**~4400**	**~12865**	**~17270**

Fonte: KILE, Shannon N.. World Nuclear Forces. SIPRI Yearbook 2013. Oxford University Press: Oxford, 2013.

A unipolaridade estadunidense em poder militar convencional pode ser reafirmada por duas maneiras. A primeira delas, da perspectiva dos gastos militares, somente os EUA apresentam aproximadamente 40% do total mundial dos gastos de defesa (SIPRI, 2013), conforme o gráfico 2. Do ponto de vista da posse de ogivas nucleares, conforme o quadro 5, os EUA não possuem o maior arsenal. Esse é um ponto mais complexo na arena política internacional, pois quem possui armas nucleares goza de *status* privilegiado no sistema internacional (WALTZ, 1979). Trata-se, entretanto, de um cenário de difusão do Poder global porque, ainda que mantida a unipolaridade militar estadunidense – pensando em termos de capacidade de projeção global de poder militar –, há aspectos econômicos a serem tomados

[70] Isso significa que são ogivas colocadas em mísseis ou localizadas em bases com forças operacionais.

[71] São ogivas em estoque, esperando desmantelamento ou mesmo esperando para entrar em operação.

[72] Além das ogivas estratégicas, esse número inclui os artefatos nucleares táticos espalhados pela Europa.

[73] Esse número inclui o arsenal do Departamento de Defesa dos EUA, com 4.650 ogivas e outras 3.000 ogivas aguardando desmantelamento.

[74] Esse número inclui 700 ogivas para submarinos nucleares e bombardeiros, 2.000 artefatos táticos para uso de curto alcance em forças de defesa naval, aérea e terrestre e 4.000 ogivas aguardando desmantelamento.

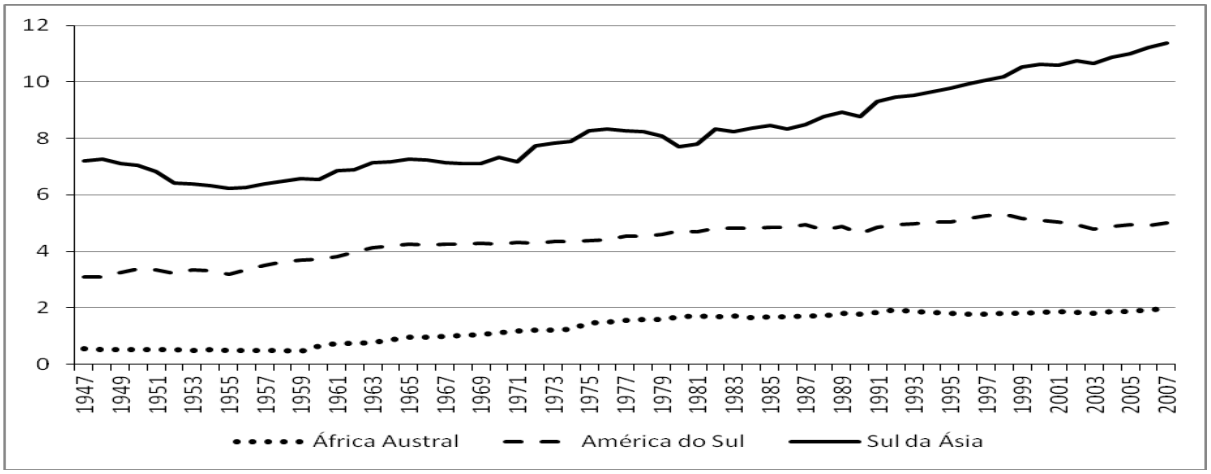
[75] Esse número inclui um estoque de 4.500 ogivas militares e outras 4.000 ogivas aguardando desmantelamento.

em consideração. Estes fazem com que o cenário internacional atual seja mais complexo e incerto.

3.1.2 As potências regionais África do Sul, Brasil e Índia à luz das Capacidades Nacionais

Sobre África do Sul, Brasil e Índia, ao analisar o gráfico 3 nos anexos, é possível inferir que são Estados, bem como as regiões em que estão inseridos, com reduzidas capacidades materiais se tomados em comparação com o total global, pois, ainda que com tendência de crescimento, em 2007, representavam, somadas, apenas 20% do total global.

Gráfico 3 - Capacidades Nacionais (CINC) de Sul da Ásia[76] , América do Sul[77] e África Austral[78] (% do total mundial) (1947-2007)



Fonte: COW, 2011. Elaboração e cálculos próprios.

Considera-se que, dentro da categoria de "novas semiperiferias", esses estados desempenhem função de potências regionais, aqui entendidas como Estados que possuem

[76] Nesta dissertação, para os cálculos relativos ao Sul da Ásia, salvo limitações na base de dados apontadas, foram incluídos Afeganistão, Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão, Sri Lanka

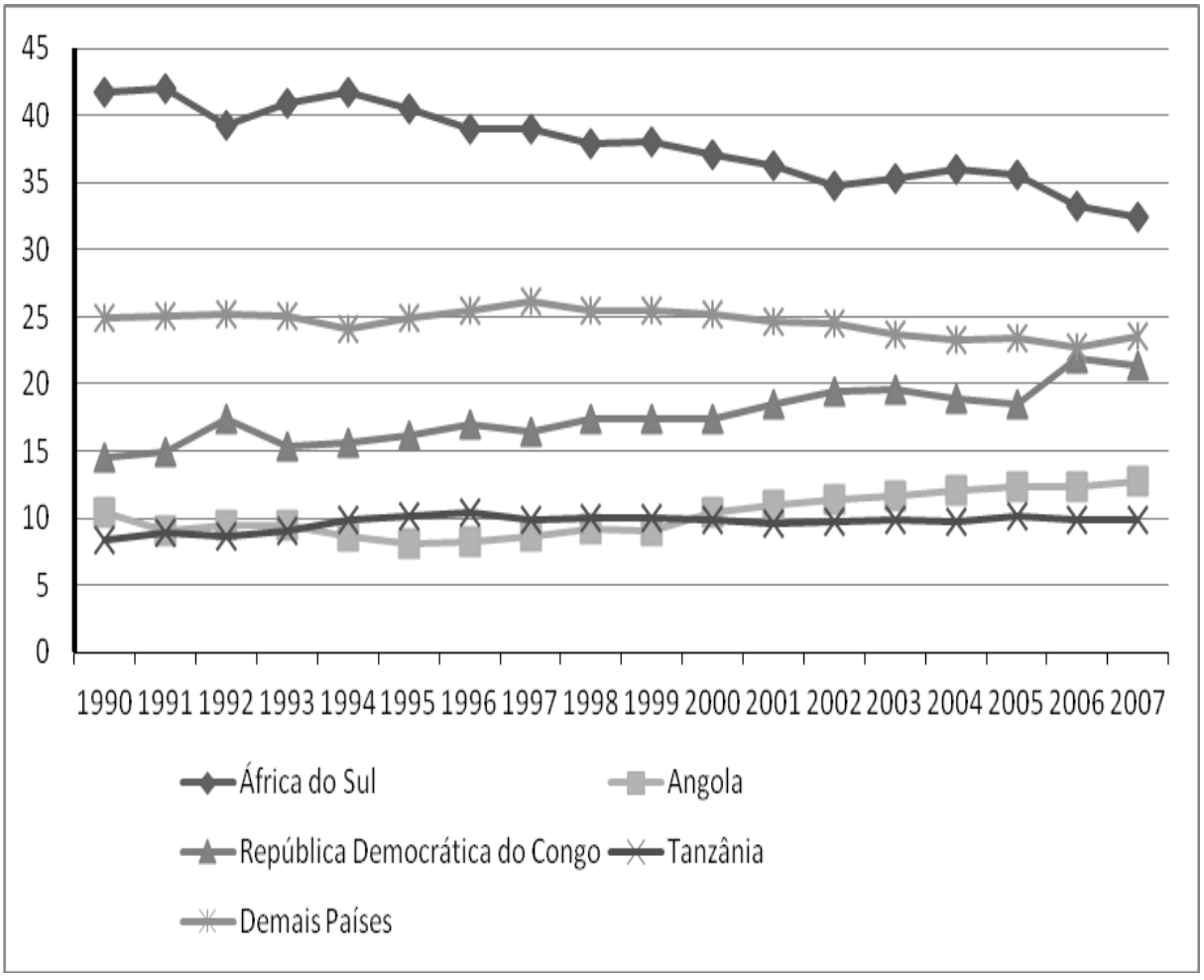
[77] Nesta dissertação, para os cálculos relativos à América do Sul, salvo limitações na base de dados apontadas, foram incluídos Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai, e Venezuela.

[78] Nesta dissertação, para os cálculos relativos à África Austral, salvo limitações na base de dados apontadas, foram incluídos África do Sul, Angola, Botsuana, Lesoto, Madagascar, Malaui, Maurício, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Suazilândia, Seicheles, Tanzânia,Zâmbia, Zimbábue.

capacidades materiais suficientes para projetar e influenciar desproporcionalmente a dinâmica de segurança dentro de um Complexo Regional de Segurança (STEWART-INGERSOLL; FRAZIER, 2011, p. 7). Trata-se de Estados cujo peso relativo, do ponto de vista das capacidades materiais, está limitado à seara regional, conforme observar-se-á caso a caso, buscando avaliar a polaridade nas regiões.

No caso da África Austral, a África do Sul é o Estado detentor de maiores capacidades materiais, oscilando entre 42% em 1991 até 32% em 2007, ano mais recente da base de dados, conforme o gráfico 4. Salienta-se, então, um cenário de declínio relativo deste país, tomado o indicador do CINC.

Gráfico 4 - Distribuição de Capacidades Nacionais (CINC) na África Austral (% do total da região)



Fonte: COW, 2011. Elaboração e cálculos próprios.

Estados como Angola, República Democrática do Congo e Tanzânia atingem valores consideráveis para aquela região o que levaria ao diagnóstico de que não há unipolaridade em

favor da África do Sul na África Austral. Entretanto, os gráficos 8 e 9 (nos anexos) corroboram a hipótese de que a África do Sul é, sim o Estado preponderante naquela região.

Entre 2002 e 2012, a África do Sul chegou a apresentar 60,5% do gasto militar em 2002, quando Angola, segundo maior investimento militar da região, apresentou, para o mesmo ano, 21,8%. Já para o ano de 2012, medida mais recente, a África do Sul apresentou gasto militar de 43,5% da região enquanto Angola apresentou 34,8 %. As médias para o período analisado foram, para a África do Sul, de 48,9 % (desvio-padrão = 5,80) e para Angola, 31,6% (desvio-padrão = 5,32), com esta apresentando um viés de alta[79].

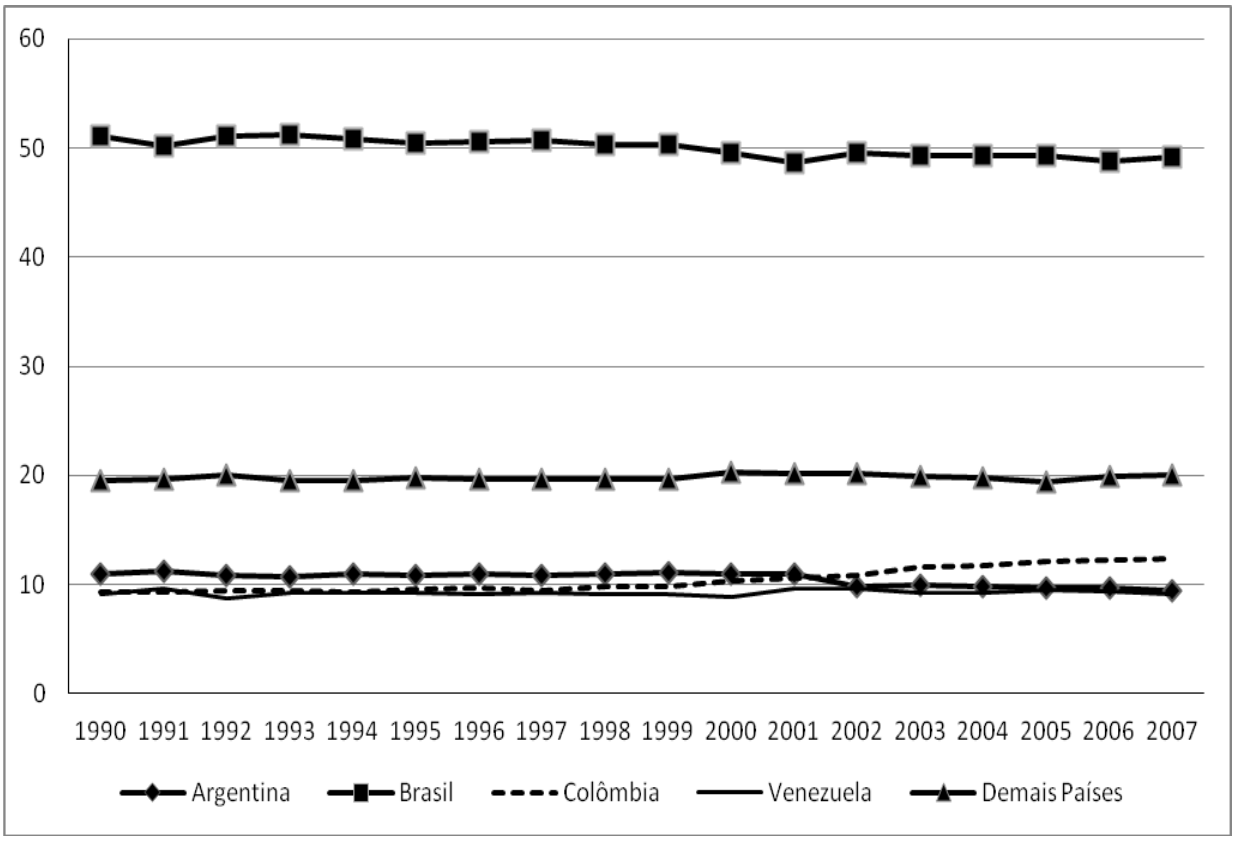
De forma complementar, a análise da distribuição dos PIBs na África Austral sustenta a hipótese apresentada no capítulo 2 de o poderio sul-africano ser calcado numa considerável assimetria de recursos econômicos. O valor mais alto encontrado foi de 75,6% para 1996, e o mais baixo foi em 2008, 58,4%%, sendo o valor mais recente (2012) de 59,1%. Angola apresenta uma tendência de crescimento relativo de seu PIB na região, mas os valores não superam 16%. Os valores médios encontrados entre 1990 e 2012 foram, no caso da África do Sul, de 67,6 % (desvio-padrão = 4,86) e de Angola, 7,8% (desvio-padrão = 5,35).

Para a América do Sul, o cenário de unipolaridade fica mais claro que o caso sul-africano, já observando o gráfico 5, que lista o CINC dos Estados em relação ao total regional. O Brasil, no pico observado, em 1993, apresentou 51,1% das capacidades da região e, no ponto mais baixo da distribuição, apresentou 48,6%, tendo, em média para o período entre 1990 e 2007, 50% (desvio-padrão = 0,82) das capacidades nacionais para a América do Sul.

No complexo sul-americano, a observação para o período analisado, para além da unipolaridade brasileira, também permite constatar o declínio relativo da Argentina, justificável pelo malogro de sua economia em função dos efeitos das crises econômicas internacionais e consequências das políticas econômicas neoliberais; bem como o ascenso relativo da Colômbia a partir dos anos 2000, mormente explicados por algum sucesso no campo econômico, combinado a um massivo plano de ajuda militar estadunidense para o combate ao narcotráfico naquele país.

[79] Uma hipótese, não testada nesta dissertação, para esta alta nos gastos militares, bem como a manutenção de elevado efetivo militar, estar relacionada à manutenção de prerrogativas políticas pelas forças armadas angolanas, terminada a guerra civil que assolou o país entre 1975 e 2002. Além disso, os investimentos estão garantidos pela receita do petróleo daquele país.

Gráfico 5 - Distribuição de Capacidades Nacionais (CINC) na América do Sul (% do total da região)



Fonte: COW, 2010. Elaboração e cálculos próprios.

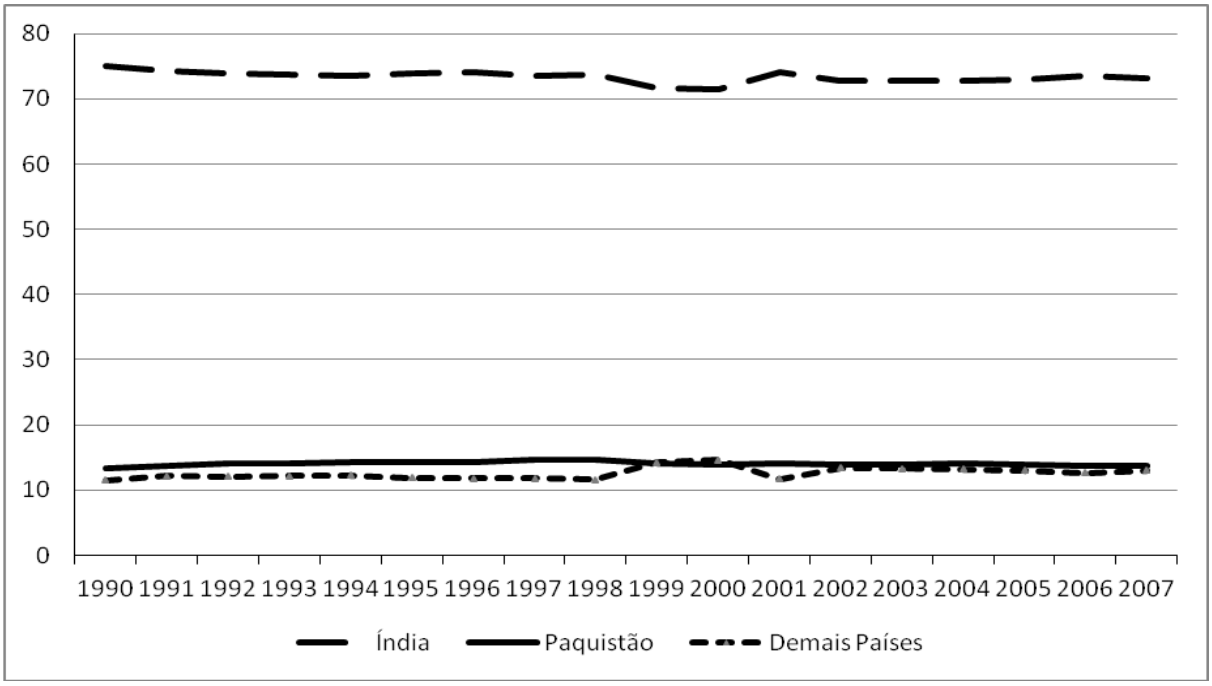
Quanto aos gastos militares e PIB (gráficos 10 e 11 nos anexos), a observação de unipolaridade feita com o CINC se robustece. Em média, para o período entre 1992 e 2012, o Brasil apresenta, em média, 55,7% (desvio-padrão = 3,20) dos gastos militares na América do Sul, tendo como valor mais alto 2002 (62,5%) e mais baixo 1992 (47,6%). A Colômbia ocupa a segunda posição para gastos militares percentuais, com média de 15,2% (desvio-padrão = 2,32) para o período em questão.

Ao observar a distribuição percentual do PIB na região, a média alcançada pelo Brasil, entre 1990 e 2012, é de 52,6% (desvio-padrão = 4,11), com distribuição oscilando entre 44,6% (2001) e 58,8% (2011). O declínio econômico argentino já mencionado aparece de forma gráfica no gráfico 11 nos anexos, já que, em 1992, a Argentina apresentava 26,6% do PIB da América do Sul, passando por um sustentado descenso até 11,3% em 2012.

O Sul da Ásia apresenta maior unipolaridade em favor da Índia, se observadas as Capacidades Nacionais (gráfico 6), em comparação aos casos anteriormente abordados. A média revelada para Índia no período de 1990 a 2007 é de 73,3% (desvio-padrão = 0,66), enquanto que, para o Paquistão, Estado com o qual mantém rivalidade militar histórica,

conforme mencionado no capítulo II, os valores são, em média, de 14% (desvio-padrão = 0,23) para o mesmo período.

Gráfico 6 - Distribuição de Capacidades Nacionais (CINC) no Sul da Ásia (% do total da região)



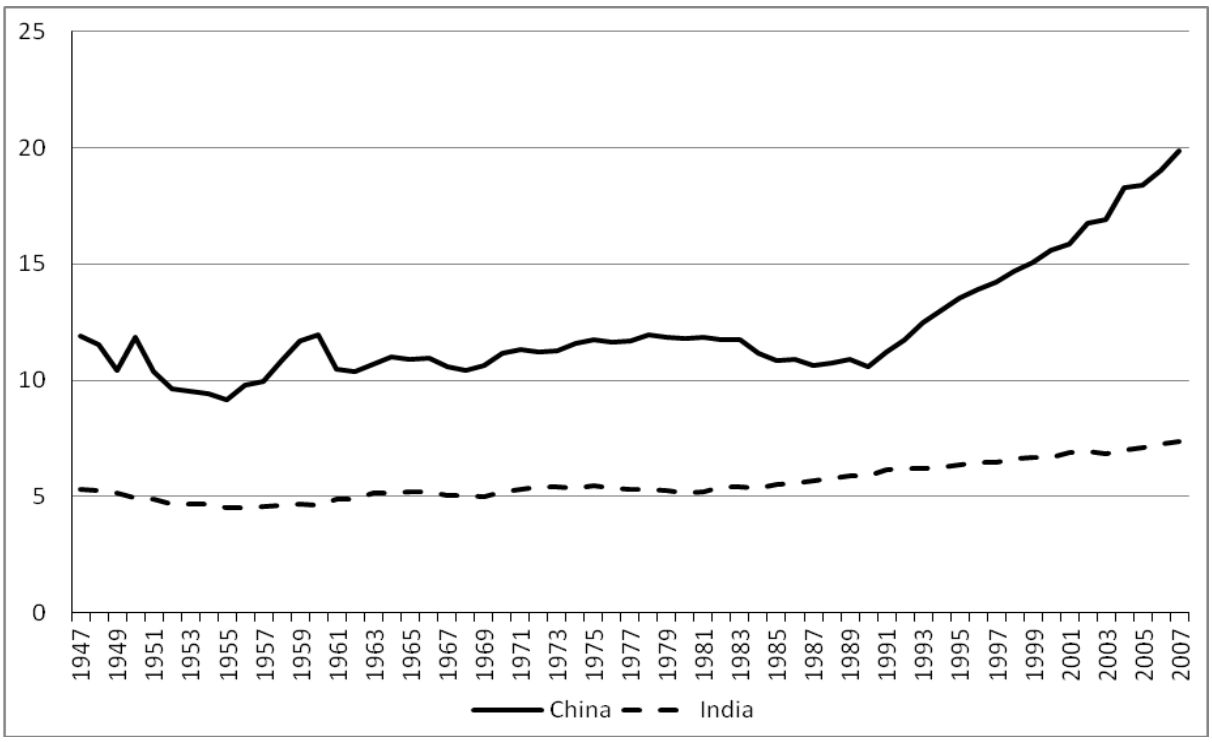
Fonte: COW, 2011. Elaboração e cálculos próprios.

As assimetrias também se sustentam quando analisados, em separado, gastos militares e Produto Interno Bruto (gráficos 12 e 13 dos anexos). Para os gastos militares, tomado o período de 1998 (ano dos testes nucleares) a 2012, a média encontrada para a Índia é de 79,96% (desvio-padrão = 1,78) da região do Sul da Ásia, enquanto o Paquistão apresenta um valor médio de 13,7% (desvio- padrão = 1,68). Já quanto aos valores para o PIB, a média da porcentagem regional para a Índia, entre 1990 e 2012, é de 78,07% (desvio-padrão = 2,35), e para o Paquistão, 10,75 % (desvio-padrão = 1,22).

A ressalva a ser feita no caso indiano é que, apesar de o Estado preponderar em capacidades materiais de forma muito mais intensa que os outros dois casos analisados, seu principal rival regional, o Paquistão, também possui armas nucleares, o que torna a região palco de tensões mais intensas. Além disso, um ator presente na região do Sul da Ásia e com rivalidades históricas com a Índia é a China, e ela historicamente prepondera em capacidades materiais, conforme é possível observar no gráfico 7. O processo de ascensão relativa da

China a partir de 1989 é vertiginoso, em função da elevada produção industrial, bem como alto investimento no setor de defesa.

Gráfico 7 - Capacidades Nacionais (CINC) de China e Índia (% do total mundial) (1947-2007)



Fonte: COW, 2011. Elaboração e cálculos próprios.

Concluindo a análise dos dados sobre capacidades materiais, é possível afirmar que os três Estados estudados, África do Sul, Brasil e Índia, são preponderantes, do ponto de vista dos indicadores analisados, seja observando a variável agregada CINC, seja, conforme os gráficos nos anexos, observando em separado o percentual de gastos militares e PIB das regiões em que estão inseridos.

Algumas distinções comparativas podem ser feitas nessa seara. No caso de Brasil e África do Sul, são Estados com limitadas capacidades militares *vis-à-vis* à Índia. A Índia é uma potência nuclear, o que lhe confere *status* internacional privilegiado, o que não vem acompanhado, ainda que haja notável preponderância de recursos a seu favor, no Sul da Ásia, de um ambiente de estabilidade regional. O cenário de rivalidades naquela região é o mais intenso dos três casos.

No caso da África do Sul, a preponderância de capacidades alcançada é mais solidamente calcada na assimetria de recursos econômicos do que nos gastos militares, ainda que os valores obtidos sejam superiores aos percentuais encontrados na região para ambas as variáveis. Trata-se também, no universo das três regiões analisadas, da região mais carente de capacidades materiais. A preponderância brasileira, por sua vez, é observada com clareza, seja analisando gastos militares, PIB ou CINC, uma variável agregada.

Os gráficos que constam dos anexos demonstram claramente o ponto de os Estados em questão preponderarem em capacidades em suas respectivas regiões. Os gráficos 7 e 8, sobre a África do Sul em sua região, evidenciam que, do ponto de vista das capacidades materiais – seja observando o PIB ou o CINC –, a África Austral se constitui num subcomplexo de ordem unipolar e com enorme assimetria de recursos econômicos em favor da África do Sul, como a literatura hipotetizava. Já os gráficos 9 e 10, sobre o Brasil, demonstram que este Estado possui também preponderância, seja quando analisamos a razão entre seu PIB e o da região, seja quando tomamos o indicador agregado do CINC. Os gráficos 12 e 13 nos anexos também corroboram a hipótese de preponderância da Índia no Sul da Ásia, com a necessária ressalva de que o Paquistão é uma potência nuclear, bem como a China, limítrofe à Índia.

Os três casos são, nos termos do instrumental teórico apresentado no capítulo II, potências regionais preponderantes do ponto de vista das capacidades materiais. O que se objetivou realizar nesta seção 3.1 foi traçar, à luz dos dados quantitativos coletados, as condições estruturais dos casos em suas respectivas regiões, bem como no quadro do sistema internacional de forma mais ampla. Os traços estruturais demonstrados pelos dados em tela, entretanto, não são suficientes para traçar um panorama sobre a percepção de ameaça em potências regionais, funcionando como um recurso analítico para observar a polaridade (distribuição de poder) nas regiões. É o que se pretende fazer na seção seguinte, discutindo a autopercepção de ameaça dos atores com base em documentos da política de defesa. Tal recurso ajuda a compreender a polarização (padrões históricos de amizade-inimizade) das regiões e aferir a leitura que cada uma das potências regionais realiza do ambiente de segurança.

3.2 Análise dos documentos de política declaratória de defesa de Brasil, Índia e África do Sul[80].

O argumento subjacente nesta seção é de que a percepção de ameaça dos Estados pode ser avaliada em suas políticas declaratórias de defesa. Há que se fazer, para fins analíticos, distinções temáticas na investigação deste objeto. Assim, para além desta seção introdutória, que tece considerações sobre a natureza dos documentos analisados, seguem-se seções sobre as percepções sobre defesa e o cenário internacional, percepções sobre a Ordem Regional de Segurança, nexo entre segurança e desenvolvimento. Ao final do capítulo, há uma conclusão comparativa, tendo em conta a análise das políticas declaratórias.

O *Livro Branco de Defesa do Brasil* consiste em um aprofundamento de um processo de formulação de política de defesa iniciado em 2005 com a II PDN[81], operacionalizado a partir de 2008 com a END, e agora mais detalhado e debatido com a sociedade, em 2012. O documento, que possui 275 páginas, está dividido em seis capítulos, anexos e, ao fim, uma lista com os acadêmicos, políticos e diplomatas envolvidos no debate para sua elaboração[82]. O foco da análise reside, nesse documento, nos capítulos um e dois intitulados, respectivamente, "O Estado Brasileiro e a Defesa Nacional" e "O Ambiente Estratégico no Século XXI", por serem as seções do documento em que constam as formulações mais gerais sobre o objeto de análise desta dissertação, as percepções de ameaça. A opção por analisar este documento se dá porque é mais recente a formulação da política declaratória de defesa do Brasil, bem como a mais bem sistematizada.

No caso da África do Sul, a *South African Defense Review* 2013 foi elaborada muito mais tempo depois de estabelecido o quadro mais amplo da política de defesa, se comparada com o Brasil: a política de defesa pós *Apartheid* é de 1996, revisada em 1998 e em

[80] Um esclarecimento deve ser feito: optou-se pela citação dos trechos em que os tópicos apareceram. É possível, também, que a mesma ideia geral tenha se repetido ao longo dos documentos analisados.

[81] A primeira política de defesa nacional foi elaborada no Governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1996, e continha um conjunto de formulações generalistas. O processo de detalhamento dos objetivos estratégicos numa política declaratória de defesa, em detrimento do que era a Doutrina de Segurança Nacional do período militar, se dá com o fortalecimento de instituições que representam e adquirem a preponderância do controle civil sobre as forças armadas. Esse processo, ainda em andamento, tem como marco inicial a criação, em 1999, do Ministério da Defesa, e a assunção da pasta por Nelson Jobim, durante o segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

[82] Dois membros da banca desta dissertação participaram da elaboração do referido documento, o professor Octavio Amorim Neto e a professora Maria Regina Soares de Lima (BRASIL, 2012, p. 274).

2012/2013. O foco de análise, pelas mesmas razões do caso brasileiro, está na introdução e nos capítulos 1, 2, 3 e 9, intitulados, respectivamente, "*The South African State 'a developmental perspective'*", "*The Strategic Environment*", "*Drivers of Insecurity*" e "*Developmental and Ordered Tasks*". A versão analisada nesta dissertação é a mais recente, de abril de 2013, e a opção por analisá-la se justifica por ser a mais recente versão da política declaratória de defesa da África do Sul, passados 15 anos desde o último documento.

A Índia não possui uma política declaratória de defesa nos mesmos moldes de Brasil e África do Sul. Foram analisados relatórios do Ministério da Defesa da Índia, documentos com conteúdo superior às duzentas páginas lançados anualmente desde 2000. São analisadas, para esta dissertação, 14 versões do capítulo inicial dos relatórios, que é dedicado a indicar quais as fontes de ameaça e prioridades da política de defesa indiana. Os documentos em si são repletos de detalhes, com um conjunto de figuras que demonstram equipamento e tropas, sempre operacionais, assim como no caso brasileiro. O formato adotado para o capítulo inicial, entretanto, é aquele utilizado numa política declaratória, com o detalhe de que se trata de um documento público divulgado por uma agência do governo encarregada da tarefa da defesa, e com periodicidade anual, ao contrário de Brasil e África do Sul, que passaram por processos de escrutínio público com suas políticas declaratórias, e estas são divulgadas com intervalo de tempo maior. Os capítulos analisados são intitulados "*Strategic Environment*", ou "*National Security Environment*", variando conforme o ano. Para análise do caso indiano, uma vez que a natureza dos documentos é diferente daquela para os outros dois casos, procedimentos metodológicos diferentes foram adotados: objetivou-se observar elementos constantes e variáveis naqueles relatórios de modo a identificar as percepções de ameaça do Estado indiano. Há, nos anexos, breves análises, tendo como base os relatórios anuais de defesa, que constatam a evolução da política declaratória para armas nucleares, segurança interna e a percepção de ameaça com relação à China.

3.2.1 Percepções sobre Cenário Internacional e Papel da Defesa

Para fins de contextualização, é necessário observar uma parte comum às políticas declaratórias de defesa relacionadas à avaliação do ambiente global de segurança, das tendências do emprego de meios militares modernos e tentativas de contextualizar a presença dos respectivos Estados nesses fenômenos, seja apoiando, seja rejeitando.

No caso do Brasil, o trecho abaixo demonstra a leitura brasileira de um processo de transição para ordem internacional multipolar; e a condução da política externa deve ser feita de forma multilateral:

> O sistema internacional contemporâneo, marcado pelo esgotamento da ordem que caracterizou o imediato pós Guerra Fria, tem-se distinguido pelo acelerado processo de reestruturação das relações de poder entre os estados. O advento de uma ordem multipolar, caracterizada pela coexistência de potências tradicionais e potências emergentes traz consigo novas oportunidades e novos desafios às nações no plano da defesa. Embora o diálogo, a cooperação, a ênfase no multilateralismo e o respeito ao direito internacional continuem a ser atributos importantes e desejáveis para o cenário internacional, a recomposição do sistema em base multipolar não é, por si só, suficiente para garantir que, no atual quadro de transição, prevaleçam relações não conflituosas entre os estados (BRASIL, 2012, p. 27).

> Na composição dos polos de poder internacionais contemporâneos, coexistem elementos de unipolaridade, como a preponderância militar norte-americana; de bipolaridade, como a interdependência econômica entre estados Unidos da América e China; e de multipolaridade, como o G-20 financeiro, o G-20 comercial, o grupo BrICS, o surgimento do Fórum IBAS e o grupo BASIC, 11, além de outros (BRASIL, 2012, p. 30).

Nesse caso, são feitas ressalvas para mostrar ao mundo que o Estado brasileiro tem em conta, em seu planejamento de defesa, realidades como a guerra cibernética e ameaças não estatais como narcotráfico etc. Entretanto, a posição brasileira é de que a Defesa continua a compreender a proteção contra ameaças externas e estatais, sendo esta a missão das forças armadas:

> Apesar das mudanças cada vez mais aceleradas das últimas décadas, a ordem internacional continua a ser determinada predominantemente pela relação entre Estados. **A defesa e proteção do Brasil diante de potenciais ameaças externas continuam a ser, assim, a missão essencial das Forças Armadas do País** (BRASIL, 2012, p. 28, grifo nosso).

Já o caso sul-africano, a perspectiva de ordem internacional, em função da realidade regional que se apresenta, é bastante distinta. Segundo a *Defence Revie*w de 2013:

> [...] South Africa's strategic environment remains fluid and challenging, regionally and on the continent as a whole. Increasingly, there are non-traditional security threats, non-state actors and non-conventional manifestations of insecurity and instability. There is a growing demand for international intervention in conflict areas. [...] The United Nations (UN) has become more assertive in African peacekeeping. At the same time, regional and sub-regional organisations are expected to take more responsibility for managing conflict. This implies a greater role for the AU and SADC in responding to regional conflict, with South Africa expected to play a significant role through both organisations. [...] Threats to global peace and security are usually expressed according to the perceptions and assessments of the most powerful nations, which regard acts of terror and the proliferation of Weapons of Mass Destruction (WMD) as priorities for prevention**. Whilst South Africa acknowledges such threats, the principal sources of insecurity in South Africa and its region are under-development, poverty, access to vital resources, the spread of diseases and environmental security, and**

> **the possible indirect effect of these on social, economic and political stability**[83] (ÁFRICA DO SUL, 2013, introduction, p. 4, grifo nosso).

De forma geral, a África do Sul não descarta totalmente a possibilidade de conflitos interestatais clássicos, tampouco ignora temas das novas guerras e do uso de tecnologias em campo de batalha, mas o foco da tarefa de defesa é relacionado à ampliação do escopo de ameaças ocorrido no pós-*Apartheid* e já abordado anteriormente, ao longo do capítulo II desta dissertação. Assim sendo, este Estado elenca as necessárias medidas militares para responder às percepções de ameaças, numa interpretação de que o contexto regional apresenta reduzida possibilidade de ameaças externas estatais:

> [...] As the leading state in SADC and in Africa, South Africa must be able to match the military capabilities of its peers. In terms of defensive capability, despite the absence of any military threat to South Africa from the region, this means that the SANDF must as a force-in-being at least be able to defend against a threat to the level of overt armed conflict from a neighbouring state. This capability should be the focus of a balanced, sustainable military force, able to meet other commitments. [...] The SANDF force-in-being should provide the basis for expansion to a level where the SANDF will be able to defend against a threat of limited war from a contiguous state [...][84] (ÁFRICA DO SUL, 2013, cap. 3, p. 11).

A ressalva feita é de que o Estado sul-africano, líder regional que pretende ser, está ciente de seu papel nas operações de paz no continente africano, compatível com a discussão sobre custódia regional, feita no capítulo 1 desta dissertação. As implicações do cenário estratégico avaliado pelo documento são:

---

[83] O trecho correspondente na tradução é: "O ambiente estratégico da África do Sul continua a ser fluido e desafiador, regionalmente e no continente como um todo. Cada vez mais, há ameaças de segurança não tradicionais, atores não estatais e manifestações não convencionais de insegurança e instabilidade. Há uma demanda crescente para a intervenção internacional em áreas de conflito. [...] A Organização das Nações Unidas (ONU) tornou-se mais assertiva nas operações de manutenção na África. Ao mesmo tempo, as organizações regionais e sub-regionais devem tomar mais responsabilidades para a gestão de conflitos. Isto implica um maior papel para a UA e a SADC em resposta aos conflitos regionais, com a África do Sul deverá desempenhar um papel importante através de ambas as organizações. [...] As ameaças à paz e segurança globais são geralmente expressaas de acordo com as percepções e avaliações das nações mais poderosas , que consideram os atos de terror e da proliferação de armas de destruição em massa (ADM) como prioridades para a prevenção. Enquanto a África do Sul reconhece essas ameaças, as principais fontes de insegurança na África do Sul e sua região são o subdesenvolvimento, a pobreza, o acesso a recursos vitais, a propagação de doenças e segurança ambiental , bem como o possível efeito indireto destes no social, econômico e estabilidade política."

[84] O trecho correspondente na tradução é: "[...] Como o estado líder na SADC e na África, a África do Sul deve ter capacidades militares compatíveis às de seus pares. Em termos de capacidade de defesa, apesar da ausência de qualquer ameaça militar para a África do Sul na região, isto significa que o SANDF tem que, em sua essência, pelo menos, ser capaz de se defender contra uma ameaça aberta de conflito armado com um estado vizinho. Esta capacidade deve ser o foco de uma força militar sustentável equilibrada, capaz de atender a outros compromissos. [...] A SANDF em sua essência deve servir de base para a expansão a um nível onde a SANDF será capaz de se defender contra uma ameaça de guerra limitada de um estado contíguo [...]".

> […] The end of the cold war and Apartheid has had a significant impact on the security environment of South and Southern Africa. In the perceived absence of an immediate conventional threat to South Africa and its people, **non-military factors of insecurity that emanate at the global, continental and regional levels, are the main concern**. Of these, poverty, underdevelopment, deteriorating health status and inadequate/weak governance constitute the central factors contributing to insecurity in Africa. […] […] National security is viewed in a broader context as an all-encompassing condition, which includes the safeguarding of South Africa and its people against a wide range of threats, many of which are non-military in nature. Since many of these sources of insecurity transcend state borders, collective action must be undertaken within multilateral organisations to provide adequate responses and lasting solutions. Accordingly, security can no longer be viewed within its traditional and narrow interpretation as militarily securing the state. **Security must entail, as its objectives, not only the absence of war, but also the eradication of poverty and the pursuit of sustainable economic development, social justice and democratic governance**. Furthermore, the interrelatedness and transnational nature of many contemporary security threats dictate that solutions are often beyond the control or capability of any single state and would, therefore, require **collaborative action within multilateral organisations and collective security mechanisms at the international, continental and regional levels**[85] (ÁFRICA DO SUL, 2013, cap. 2, p. 18, grifo nosso).

Em suma, é possível afirmar que a política declaratória de defesa da África do Sul busca definir, como função principal da força de defesa, as tarefas relacionadas ao desenvolvimento e à segurança humana, conforme abordaremos mais detalhadamente adiante.

No caso da Índia, um marco importante reside nos documentos de 2002 e 2003, que possuem uma subseção de planejamento estratégico da Índia para 25 anos. Diante da leitura feita do cenário global e regional, tratava-se, então, de estabelecer as prioridades no campo da defesa. Os quatro determinantes-chave para o ano de 2003, similares, mas mais recentes que os do relatório de 2002, eram: (a) a dupla obrigação de proteção das fronteiras contra China e Paquistão; (b) não pertencer a nenhuma aliança ou grupo estratégico; (c) em função das condições externas, as forças armadas estão envolvidas em funções de segurança interna, para

[85] O trecho correspondente na tradução é: "[...] O fim da guerra fria e do Apartheid tiveram um impacto significativo no ambiente de segurança do Sul da África e África Austral. Na ausência de percepção de uma ameaça convencional imediata à África do Sul e ao seu povo, os fatores não militares de insegurança que emanam em níveis global, continental e regional, são a principal preocupação. Destes, a pobreza, o subdesenvolvimento, a deterioração das condições de saúde e inadequada/má governança constituem os fatores centrais que contribuem para a insegurança na África . [...] [...] A segurança nacional é vista num contexto mais amplo , como uma condição de todo-abrangente , que inclui a salvaguarda da África do Sul e de seu povo contra uma ampla gama de ameaças, muitas das quais não são de natureza militar . Uma vez que muitas destas fontes de insegurança transcendem as fronteiras do Estado a ação coletiva deve ser realizada dentro de organizações multilaterais para fornecer respostas adequadas e soluções duradouras. Por conseguinte, a segurança não pode ser vista na sua interpretação tradicional e estreita como garantir militarmente a existência do estado. Segurança pode implicar, como objetivos, não só a ausência de guerra, mas também a erradicação da pobreza e a busca de um desenvolvimento económico sustentável , justiça social e governança democrática. Além disso, a inter-relação e a natureza transnacional de muitas ameaças de segurança atuais ditam que as soluções estejam muitas vezes fora do controle ou da capacidade de um único estado e que , portanto , exigem uma ação colaborativa dentro das organizações multilaterais e de mecanismos de segurança coletiva nos níveis internacionais, continentais e regionais .".

além do normal, requerendo uma estrutura de Força para isso; (d) os interesses no oceano índico do Norte, incluindo a segurança da zona econômica exclusiva, evidenciando a necessidade de possuir capacidade naval compatível (INDIA, 2003, p. 10). Tratava-se, pois, de uma agenda cuja prioridade era o combate às ameaças externas de Estados próximos.

É no relatório de 2009 que se consolida a percepção de que novas agendas de segurança estão sendo incorporadas[86]. Para além disso, é ali que está impressa, de forma mais clara textualmente, a leitura de que a Índia se situa numa região instável, complicada de engajamento pacífico, e que, dada essa estrutura, em função de um destino a ser cumprido enquanto ator importante e global, é necessária da região apenas a estabilidade. A Índia, pelo documento, concebe-se enquanto uma civilização diferente daqueles vizinhos que a cercam:

> The first decade of the 21st century has made it increasingly evident that security threats are unconstrained by borders. India lives in a difficult neighbourhood. Each of India's neighbours is undergoing a transition, giving rise to varied political experiences and experiments. Most of these transitions are proceeding smoothly and have led to the spread of democracy. However, the menace of terrorism and proliferation of arms, drugs and nuclear technology pose dangers that merit constant attention. **In the midst of this region, India continues to be a centre of economic activity, a beacon of democracy, a bastion of stability and a champion of peaceful coexistence and non-violence**[87] (ÍNDIA, 2009, p. 2, grifo nosso).

A agenda de segurança da Índia, ainda que o Paquistão permaneça sendo uma preocupação fundamental (ÍNDIA, 2012, p. 5), foi se transformando no sentido de abarcar, diante da leitura da instabilidade regional e da nova agenda de segurança internacional, num escopo diverso de ameaças, como no seguinte trecho do relatório de 2011:

> Even though the probability of conventional full scale inter-state wars is reckoned by many analysts to have reduced, the security environment has become complex, with incidence of low intensity conflicts and asymmetric threats taking various forms, including domestic and trans-national terrorism, narco-terrorism, cyber warfare and piracy[88] (ÍNDIA, 2011, p. 3).

---

[86] Para maiores detalhes sobre o processo de mudança discursiva no foco da política de defesa, consultar o anexo B desta dissertação, onde se investiga, nos relatórios de defesa, a posição das temáticas da segurança interna e política nuclear.

[87] O trecho correspondente na tradução é:" A primeira década do século 21 tornou cada vez mais evidente que as ameaças de segurança são limitadas por fronteiras. Índia vive numa vizinhança difícil. Cada um dos vizinhos da Índia está passando por uma transição, dando origem a experiências políticas variadas. A maioria dessas transições está a decorrer de forma harmoniosa e levou à disseminação da democracia. No entanto, a ameaça do terrorismo e a proliferação de armas, drogas e tecnologia nuclear representa perigos que merecem atenção constante. Em meio a esta região, a Índia continua a ser um centro de atividade econômica, um farol da democracia, um bastião de estabilidade e um campeão da convivência pacífica e da não violência."

[88] O trecho correspondente na tradução é:" Mesmo que a probabilidade de guerras interestatais convencionais de grande escala seja considerada por muitos analistas como tendo reduzido, o ambiente de segurança tornou-se

A versão mais atual do documento reforça a percepção de ameaça difusa e intensa e reafirma que a segurança é necessária para o desenvolvimento indiano:

> The dynamic regional and global security environment present a wide spectrum of challenges to India which must be faced rapidly and effectively, in order to sustain and support the growth and rise of the country and the development of its people. India continues to take all necessary measures to meet these challenges through an active and constructive engagement with the global community [89](ÍNDIA, 2013, p. 9).

A leitura sobre a segurança global e seu lugar no mundo é clara no documento de 2013. O lugar da Índia é com os Estados emergentes, que experimentam crescimento econômico em paralelo ao aumento de sua influência no mundo:

> Since the end of the Cold War, the global security environment has seen major changes. On the one hand, the world has witnessed a spurt globalization and deepening economic interdependence, which has ushered in a period of peace development and enhance the growth and influence of countries like India, China, Brazil and South Africa. On the other, the world continues to be adversely affected by conflict and violence [90](ÍNDIA, 2013, p. 5).

Outro elemento quanto à organização textual – e que reflete no conteúdo prioridades políticas – dos documentos declaratórios analisadas: os tópicos de segurança doméstica e regional se encontram na mesma seção, como se tratando da mesma ordem de problemas a que tem que fazer frente ao Estado sul-africano. No caso do Brasil, a questão da segurança doméstica, denominada pelo *Livro Branco* como segurança pública, é tratada como uma exceção – não como missão das forças armadas –, numa subseção "O emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem (GLO)" (BRASIL, 2012, p. 156-157). Já no caso indiano, há, conforme o anexo B desta dissertação, seções específicas para a abordagem do tema, tratado como segurança interna.

---

complexo, com incidência de conflitos de baixa intensidade e ameaças assimétricas que tomam várias formas, incluindo o terrorismo doméstico e transnacional, narcoterrorismo, guerra cibernética e pirataria.

[89] O trecho correspondente na tradução é: ”O ambiente dinâmico de segurança regional e global apresenta um amplo espectro de desafios para a Índia, que devem ser enfrentados com rapidez e eficácia, a fim de sustentar e apoiar o crescimento e ascensão do país e o desenvolvimento de seu povo. A Índia continua a tomar todas as medidas necessárias para enfrentar esses desafios através de um envolvimento ativo e construtivo com a comunidade global.”

[90] O trecho correspondente na tradução é: ”Desde o fim da Guerra Fria, o ambiente de segurança global tem visto grandes mudanças. Por um lado, o mundo testemunhou um surto de globalização e o aprofundamento da interdependência econômica, o que deu início a um período de desenvolvimento da paz e aumentar o crescimento e influência de países como Índia, China, Brasil e África do Sul. Por outro lado, o mundo continua a ser adversamente afetado por conflitos e violência.”

3.2.2 Percepções sobre a Ordem Regional de Segurança

Com a constatação de que "a segurança de um país é afetada pelo grau de instabilidade da região em que se situa" (BRASIL, 2012, p. 34), é possível dizer que o *Livro Branco de Defesa do Brasil* tem em mais alta conta a questão sobre a estabilidade das relações com seus vizinhos sul-americanos, bem como a agenda de segurança regional. Nesse documento, afirma-se que, "em síntese, a política de defesa brasileira conjuga componentes cooperativos e dissuasórios" (BRASIL, 2012, p. 29), apoiando, do ponto de vista regional, iniciativas como o Conselho de Defesa Sul-americano. O documento também confere um paradigma mais cooperativo às questões de segurança e defesa entre os Estados da região e, simultaneamente, realizar investimentos em defesa, buscando proteger o rico potencial de intervenções por parte de Estados externos à América do Sul[91]. O Brasil possui recursos naturais e estabelece uma postura de não ter inimigos declarados, mas tem condições de reafirmar capacidade crível de infligir custos maiores que os benefícios de intervenções de outrem, ou seja, dissuadir:

> Dotado de uma capacidade adequada de defesa, o Brasil terá condições de **dissuadir agressões a seu território**, a sua população e a seus interesses, contribuindo para a manutenção de um ambiente pacífico em seu entorno. Ao mesmo tempo, e de modo coerente com a **política cooperativa do País, a crescente coordenação dos estados sul-americanos** em temas de defesa concorrerá para evitar possíveis ações hostis contra o patrimônio de cada uma das nações da região. Pela dissuasão e pela cooperação, o Brasil fortalecerá, assim, a estreita vinculação entre sua política de defesa e sua política externa, historicamente voltada para a causa da paz, da integração e do desenvolvimento (BRASIL, 2012, p. 51, grifo nosso).

Assim sendo, do ponto de vista da segurança regional, cabe destacar um trecho que se associa de forma mais clara à importância da estabilidade da região sul-americana e o papel do Brasil como líder regional da construção de um continente com poucos conflitos interestatais:

> [...] A integração sul-americana permanece como objetivo estratégico da política externa brasileira, pois o País reconhece no adensamento das relações políticas, sociais e econômicas entre os países sul-americanos um elemento fundamental para o desenvolvimento socioeconômico e para a preservação da paz na região. Do mesmo modo, a consolidação de um mercado sul-americano e o fortalecimento da capacidade de atuação e negociação dos governos nos fóruns internacionais

[91] A distinção, de forma mais clara, é feita da seguinte forma: o Brasil enfatiza paradigma cooperativo em Segurança e Defesa quando de Estados que fazem parte de seu entorno geopolítico imediato, constituído pela América do sul, o Atlântico Sul e a costa Ocidental da África (BRASIL, 2012, p. 12). Trata-se, pois, ainda que não seja o objeto desta dissertação, de um processo de ampliação do significado político de região para a política externa brasileira, conforme discute a professora Maria Regina Soares de Lima (2013).

> dependem da continuidade e do fortalecimento de relações amistosas entre os países da região [...] A segurança de um país é afetada pelo grau de instabilidade da região em que se situa. A estabilidade regional é, pois, objetivo nacional [...] (BRASIL, 2012, p. 34).

No caso da África do Sul, verifica-se o que já fora apontado pelos analistas listados no capítulo II. Do ponto de vista da agenda de segurança regional pensada pelo Estado sul-africano, problemas regionais e domésticos são intimamente relacionados. O que ocorre nesse documento é a associação lógico-discursiva entre integração regional, desenvolvimento, segurança doméstica e segurança regional:

> Regional and continental socio-economic integration is the foundation for Africa's socio-economic development, and essential for South Africa's own prosperity. [...] South Africa's national security strategy, foreign policy and defence policy cannot be viewed in isolation from one another. South Africa's domestic security is further inextricably linked to that of regional security, and vice versa. The struggle for a better life in South Africa is intertwined with the pursuit of a better Africa in a better world. [...] Africa is at the centre of South Africa's foreign policy. South Africa must therefore continue to support regional and continental processes to respond to and resolve crises, strengthen regional integration, significantly increase intra-African trade and champion sustainable development and opportunities in Africa. Peace, stability and security are essential preconditions for development. South Africa must consequently continue to play a leading role in conflict prevention, peace-enforcement, peacekeeping, peace-building, and post-conflict reconstruction[92] (ÁFRICA DO SUL, 2013, introduction, p. 7).

A política declaratória de defesa da Índia é mais específica com relação às ameaças e faz diagnósticos em separado para cada vizinho que este Estado considera importante em suas formulações estratégicas. Menciona-se, também, a posição indiana frente à China, ao Paquistão e aos Estados Unidos da América. Os dois primeiros são aqueles Estados para os quais a Índia direciona o foco de sua agenda de combate às ameaças estatais. As relações com os EUA, por sua vez, são importantes nos documentos analisados porque se trata da potência hegemônica global, com a qual, conforme observar-se-á, as relações são tecidas visando à melhoria de posição no sistema internacional. A constante para os demais vizinhos analisados é a necessidade de estabilidade, partindo da visão de que a Índia se localiza numa região conturbada.

[92] O trecho correspondente na tradução é:" Integração sócio-econômica regional e continental é a base para o desenvolvimento sócio- econômico de África, e essencial para a própria prosperidade da África do Sul . [...] Estratégia de segurança nacional da África do Sul, a política externa e a política de defesa não podem ser vistas isoladamente uma do outra. Segurança interna da África do Sul é intimamente ligada à da segurança regional, e vice- versa. A luta por uma vida melhor na África do Sul se confunde com a busca de uma África melhor em um mundo melhor. [...] A África está no centro da política externa da África do Sul. África do Sul deve, portanto, continuar a apoiar os processos regionais e continentais para responder e resolver as crises, reforçar a integração regional, aumentar significativamente o comércio intra-africano e patrocinar desenvolvimento sustentável e oportunidades na África. Paz, estabilidade e segurança são condições prévias essenciais para o desenvolvimento. África do Sul deve, portanto, continuar a desempenhar um papel de liderança na prevenção de conflitos, de imposição da paz, manutenção da paz , a consolidação da paz e reconstrução pós-conflito".

A China é o vizinho mais poderoso da Índia e sempre esteve presente em seus cálculos estratégicos, uma vez que possui, com aquele Estado, um histórico de conflitos e disputas territoriais não resolvidas. Durante o período de relatórios analisados, deu-se um processo de percepção da China enquanto potência global em ascensão[93]. O documento de 2012 sintetiza as posições da Índia com relação à China no presente momento:

> Although the unresolved boundary dispute between India and China has been a factor in India's security calculus, India has a strategic and cooperative partnership with China, in which the effort has been to work on areas of mutual interest which would enable both countries to pursue common goals of growth and development. India's policy has been to engage with China on the principles of mutual trust and respect for each other's interests and concerns. India remains conscious and watchful of the implications of China's military profile in the immediate and extended neighbourhood[94] (ÍNDIA, 2012, p. 6).

A relação da Índia com os EUA merece atenção especial nos documentos analisados. A Índia apresenta-se, até o relatório de 2003, enquanto um país membro do movimento não alinhado, recusando, por princípio, participar de alianças com quaisquer Estados. No documento de 2003, há a referência quanto aos dois Estados, Índia e EUA, terem sofrido ataques terroristas de monta na mesma época, estes em setembro e aqueles em novembro de 2001, reforçando que a similaridade de ameaça levaria a uma maior cooperação. No trecho do documento: "*The terrorist attacks in the United States on September 11, 2001 and on the Parliament on December 13, 2001 have led to a deepening of Indo-US cooperation in combating international terrorism* [95](ÍNDIA, 2003, p. 9)". A convergência entre as políticas de segurança de EUA e Índia é reafirmada em 2009, tendo como marco o cenário do pós 11 de setembro.

> In the post cold war international scenario, the 9/11 terrorist attack against the USA and the terrorist strikes in many other parts of the world have brought about greater international convergence on security issues and challenges[96] (ÍNDIA, 2009, p. 2).

---

[93] Para mais detalhes, consultar o anexo B desta dissertação, no qual se faz uma análise da posição dos relatórios do Departamento de Defesa indiano com relação à República Popular da China.

[94] O trecho correspondente na tradução é: "Embora a disputa de fronteira não resolvida entre a Índia e a China tenha sido um fator no cálculo de segurança da Índia, a Índia tem uma parceria estratégica e de cooperação com a China, na qual o esforço tem sido o de trabalhar em áreas de interesse mútuo que permitam a ambos os países perseguirem objetivos comuns de crescimento e desenvolvimento. A política da Índia tem sido a de lidar com a China nos princípios de confiança mútua e respeito pelos interesses e preocupações de cada um. A Índia permanece consciente e atenta das implicações do perfil militar da China na vizinhança imediata e prolongada."

[95] O trecho correspondente na tradução é: "Os ataques terroristas nos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001 e no Parlamento em 13 de dezembro de 2001 levaram a um aprofundamento da cooperação Indo-US no combate ao terrorismo internacional.".

[96] O trecho correspondente na tradução é: "No cenário internacional pós-guerra fria, o ataque terrorista contra os EUA e os ataques terroristas em muitas outras partes do mundo trouxeram uma maior convergência internacional sobre as questões e desafios de segurança.".

A rivalidade entre Índia e Paquistão sempre possui destaque na política declaratória analisada. Entretanto, há que demarcar algumas diferenças. O primeiro relatório analisado, que data do ano 2000, é referente aos eventos ocorridos em 1999, e foi nesse período que ocorreu uma tentativa de invasão da região do Kargil, na Cashemira, por tropas paquistanesas. Tratava-se de um conflito regular, uma guerra interestatal de forma clássica, da qual a Índia se sagrou vencedora:

> The Pakistani intrusion across the Line of Control (LoC) in Kargil dominated India's security scenario during the year 1999- 2000. Taking advantage of unheld gaps in the mountainous and glaciated terrain in the Kargil sector of the LoC, Pakistan committed armed aggression against India which led to the occupation of strategic territory on the Indian side of the LoC. The successful eviction of Pakistan's Armed Forces by the concerted action of the Indian Armed Forces clearly demonstrated that while India remains a votary of peace, it has the will and the capability to fight and win a war, if thrust upon it even at a time, place and terrain chosen by the adversary. Viewed against the background of the historic initiative taken by the Prime Minister to visit Lahore in February 1999 and the signing of the Lahore Declaration, which clearly reflected India's willingness and determination to resolve its differences with Pakistan through a process of dialogue and confidence building, the Pakistani intrusion in Kargil was a betrayal of trust. Even while accepting India's extended hand of friendship in Lahore, Pakistan was planning its clandestine, unprovoked full-scale intrusion across the LoC in Kargil. The regional security environment, already vitiated by Pakistan's continued low intensity conflict in both Jammu & Kashmir and the North Eastern States has deteriorated further after the military *coup d'etat* in Pakistan[97] (ÍNDIA, 2000, p. 2).

Conforme descrito no Anexo B, a principal mudança na política de defesa indiana foi sua adesão aos esforços da Guerra Global ao Terror, enquadrando suas formulações neste quadro. Assim sendo, o nexo lógico entre esses esforços e a rivalidade paquistanesa se dão pela reafirmação de que o Paquistão apoiava os terroristas, criando uma guerra por *proxy*, a qual a Índia deveria combater com medidas de segurança interna. Assim sendo, as percepções de ameaça da Índia com relação ao Paquistão, para além do componente nuclear, que é a

[97] O trecho correspondente na tradução é: "A intrusão do Paquistão ao longo da Linha de Controle (LOC) em Kargil dominou o cenário de segurança da Índia durante o ano de 1999 – 2000. Aproveitando brechas no terreno montanhoso e gélido no setor de Kargil da Linha de Controle, o Paquistão cometeu agressão armada contra a Índia, que levou à ocupação do território estratégico no lado indiano da Linha de Controle . O sucesso em repelir a invasão de Forças Armadas do Paquistão pela ação concertada das Forças Armadas indianas demonstrou claramente que, enquanto a Índia continua a ser uma devota de paz, ela tem a vontade e a capacidade de lutar e vencer uma guerra, se imposta, em um momento, lugar e terreno escolhido pelo adversário. Vista no contexto da iniciativa histórica tomada pelo primeiro-ministro para visitar Lahore em Fevereiro de 1999 e com a assinatura da Declaração de Lahore, que reflete claramente a vontade e a determinação da Índia para resolver suas diferenças com o Paquistão através de um processo de diálogo e de construção de confiança, a intrusão paquistanêsa em Kargil foi uma traição de confiança . Mesmo aceitando a mão estendida da Índia de amizade em Lahore, Paquistão estava planejando seu invasão clandestina em grande escala através da Linha de Controle em Kargil . O ambiente de segurança regional, que já padece de contínuo conflito de baixa intensidade, tanto em Jammu, Caxemira e nos estados do nordeste, se deteriorou ainda mais depois do golpe militar no Paquistão."

contingência da região, enquadrou-se em discursar que o Paquistão é responsável por proteger e financiar os terroristas que causam instabilidade na Índia e em demais países do Sul da Ásia e Oriente Médio.

O interesse da Índia no Sri Lanka sempre, pela política declaratória, residiu na busca pela estabilidade política daquele Estado, que passou por um processo de transição política recentemente (ÍNDIA, 2013, p. 7).

O interesse da Índia no Butão se expressa pela cooperação econômica na área de energia, transportes, comunicação, educação, tecnologia da informação, indústria, medicina e agricultura (ÍNDIA, 2013, p. 7).

Quanto ao Afeganistão, a posição indiana, para o período dos relatórios avaliados, se modificou. Inicialmente, ainda que no governo estivesse a milícia talibã, interpretada como hostil, a Índia apoiava a soberania daquele país (ÍNDIA, 2000, p.6). A partir do relatório de 2003, a Índia muda de posição, apoiando a ação internacional naquele local, desde que sancionada pela comunidade internacional. A posição mais recente é a de tomar ação direta apoiando o governo do Afeganistão, com cooperação e ajuda externa ao desenvolvimento (ÍNDIA, 2013, p. 6).

Os documentos demonstram que a posição da Índia frente a Mianmar e seu regime autoritário é pragmática. Busca-se de reforçar laços culturais e étnicos com aquele país desde que a liderança da junta militar garanta que não haverá atividade hostil aos interesses indianos (ÍNDIA, 2013, p. 7).

Sendo Maldivas um vizinho pelo mar, o Estado entra nas preocupações de segurança indiana com relação à defesa marítima, para a qual realiza cooperação militar intensa com aquele Estado. Esta também é uma constante nos documentos analisados, com o enquadramento dos interesses nas relações com Maldivas no quadro mais amplo do combate à pirataria, compromisso assumido pelo Estado indiano em meados dos anos 2000 (ÍNDIA, 2013, p. 7)[98].

[98] A mudança se deu num sentido de que o mar era percebido como local de ameaças Estatais. Nas palavras do relatório de 2001: "*We share our maritime boundary with five neighbours. The seas surrounding India are likely to see the presence of extra-regional forces, at least until the oil lasts*" (ÍNDIA, 2001, p. 7). Posteriormente, as prioridades de segurança da Índia no mar passam a ser aquelas do combate à pirataria.

Em Bangladesh, os interesses indianos também são evidenciados pelos relatórios analisados como sendo de estabilidade e combate ao terrorismo na fronteira entre os dois Estados. Para além disso, a complementaridade econômica também é ressaltada nos documentos (ÍNDIA, 2013, p. 6-7).

As relações da Índia com o Nepal são as mais próximas entre os Estados da região do Sul da Ásia. Assim sendo, a Índia envolveu-se ativamente no processo de transição política concluído em 2008, quando a monarquia deu lugar ao regime republicano. Para que se tenha uma dimensão do grau de ligação entre Índia e Nepal, há um número considerável de militares nepaleses nas forças armadas da Índia, bem como os Estados estabelecem política de fronteira aberta, e os militares indianos treinam as forças amadas nepalesas (ÍNDIA, 2007, p. 6).

O diagnóstico feito pela política declaratória de defesa da Índia é que aquele Estado pertence ao grupo das potências emergentes globais, localizando-se, entretanto, numa região conturbada. Para obter tal ascensão, é necessário estar localizada numa vizinhança próspera e segura:

> A Secure, stable, peaceful and prosperous neighbourhood is central to India´s economic prosperity and Security. India continues to pursue active and collaborative engagements with her neighbours with a view to promoting mutual understanding and regional peace and stability[99] (ÍNDIA, 2013, p. 5).

3.2.3 Nexo entre Segurança e Desenvolvimento

Conforme já explorado no capítulo II desta dissertação, o Estado brasileiro assume uma perspectiva instrumental com relação à política externa, sendo esta uma atividade-meio para o fim político do desenvolvimento. A temática da segurança também parece ser instrumentalizada pela agenda desenvolvimentista, assim como a literatura também aponta ser o caso sul-africano. O caso da Índia apresenta-se, pela literatura, de forma diferente. O que se faz, nesta subseção, é cotejar as evidências empíricas. Passemos ao caso brasileiro com a declaração da Presidenta da República, Dilma Rousseff, abrindo o livro branco de defesa:

[99] O trecho correspondente na tradução é:" Uma vizinhança segura, estável, pacífica e próspera é essencial para a prosperidade econômica e segurança da Índia. A Índia continua a buscar compromissos sérios e colaborativos com os seus vizinhos, com vista à promoção da compreensão mútua e da paz e estabilidade regional"

> a elevação da estatura internacional do Brasil no século XXI já é uma realidade. Um Brasil plenamente desenvolvido e com presença externa cada vez maior necessitará de adequada capacidade militar dissuasória. Empenhado na construção de uma ordem global mais pacífica e próspera, o Brasil não pode descuidar da Defesa (BRASIL, 2012, p. 7).

A declaração acima, e esta é uma tônica do documento, associa a ideia da ascensão político-econômica do Brasil nos anos recentes à necessidade de posturas mais assertivas e críveis em matéria de defesa nacional, coerentes com os princípios já trabalhados no capítulo 2 sobre a visão de ordem internacional pelo Brasil. Para isso, a ideia corrente no texto é de que "a Política e a estratégia assinalam responsabilidades na promoção do interesse nacional, em particular nos temas afetos a desenvolvimento e segurança do País (BRASIL, 2012, p. 49-50).

O nexo discursivo entre segurança e desenvolvimento parece existir, no caso brasileiro, na seguinte lógica: ascensão político-econômica somada às riquezas naturais e patrimônio nacional deve ser resguardada pelo instrumento da defesa nacional e pela ação externa do Brasil. São esses os garantidores do desenvolvimento nacional, como pré-condições, sendo o foco a defesa externa:

> Uma das atribuições do estado é prover a segurança e a defesa necessárias para que a sociedade possa alcançar os seus objetivos. Cabe ao estado propiciar e garantir condições para que se possa considerar que o País não corra risco de uma agressão externa, nem esteja exposto a pressões políticas ou imposições econômicas insuportáveis, e seja capaz de, livremente, dedicar-se ao próprio desenvolvimento e ao progresso (BRASIL, 2012, p. 22).

O caso da África do Sul possui diferenças em relação ao brasileiro, apesar de se verificar, também, nexo discursivo entre segurança e desenvolvimento. O Estado sul-africano declara, no documento analisado, que a percepção de ameaça existencial é não se desenvolver adequadamente, afetando o bem-estar da população. O foco, diferente do caso brasileiro, é interno:

> The present sources of insecurity affecting South Africa and its people are largely of a developmental and human security nature. The strategic intent for defence must therefore address a multitude of political, socioeconomic, environmental and military threats, with different levels of priority at different times[100] (ÁFRICA DO SUL, 2013, cap. 2, p. 1).

[100] O trecho correspondente na tradução é: "As atuais fontes de insegurança que afetam a África do Sul e seu povo são em grande parte de natureza de desenvolvimento e segurança humana. A intenção estratégica para defesa deve abordar uma miríades de ameaças políticas, socioeconômicas, ambientais e militares, com diferentes níveis de prioridade em momentos diferentes."

O discurso recorrente na *Defence Review* de 2013 é sobre o Estado sul-africano ser "desenvolvimentista", devendo o instrumento político da defesa nacional adequar-se à diretiva geral de contribuir para o "desenvolvimento da população":

> [...] the role of the Defence Force in a developmental state also needs to be expressed in policy alongside the traditional functions of defence. This should not detract the Defence Force from its mandated functions, but should express both how the execution of its mandated functions and other specific initiatives will contribute to the development of our people[101] (ÁFRICA DO SUL, 2013, Introduction, p. 7).

A discussão sobre prioridades na defesa e a questão da segurança humana[102] é algo persistente, para que a tarefa da defesa da segurança não tenha o Estado, e sim a população como finalidade. No documento:

> As such, "security is a prerequisite for development, and there can be no development without commensurate security – one of the primary contributions of Defence is, together with other security departments, creating the security conditions for development to take place" 5 . South Africa has conceptualised a "Human Security" approach which identifies the need for a shift in focus from solely securing the state by military means, to the provision of security for its people by addressing critical political, socio-economic and environmental problem[103]s (ÁFRICA DO SUL, 2013, cap. 1, p. 7).

Dirigida pelo governo, a força de defesa deve contribuir para o desenvolvimento primariamente, gerando as condições necessárias para que haja desenvolvimento ou também em intervenções mais tópicas (ÁFRICA DO SUL, 2013, p. 10). O capítulo que trata especificamente das tarefas de desenvolvimento na política de defesa enquadra tais tarefas

---

[101] O trecho correspondente na tradução é: "O papel das Forças Armadas em estado desenvolvimentista também devem ser expresso na política ao lado das funções tradicionais de defesa. Isto não deve desobrigar a Força de Defesa de suas funções obrigatórias, mas deve expressar a forma como o desempenho das suas funções obrigatórias e outras iniciativas específicas irá contribuir para o desenvolvimento de nosso povo."

[102] A Segurança Humana, clara influência das reformas no setor de segurança de Estados periféricos ocorridas na década de 1990, é categoria nativa no documento de defesa da África do Sul, é conceitualizada: "*Human Security refers to the broadened conceptualisation of security that encompasses political, social, economic and environmental dimensions of threats and sources of insecurity"* (ÁFRICA DO SUL, 2013, cap. 2, p. 3). Em outro trecho do documento, são incluídas mais categorias na Segurança Humana: "*This broad perspective on safety and security, with emphasis on the wellbeing of the citizens, extends by implication to matters of political, economic, social and environmental security domains. The personal security of the individual extends to matters such as health, forced migration and absence of human rights, freedom from violations based on gender, rights of political and cultural communities, political, economic and democratic development"* (ÁFRICA DO SUL, 2013, cap. 4, p. 1).

[103] O trecho correspondente na tradução é: "Como tal, a segurança é um pré-requisito para o desenvolvimento, e não pode haver desenvolvimento sem segurança proporcional - uma das contribuições principais de defesa é, em conjunto com outros departamentos de segurança, criar as condições de segurança para que o desenvolvimento o ocorra 5. África do Sul tem conceituado uma abordagem de "segurança humana", que identifica a necessidade de uma mudança de foco, de apenas garantir o estado por meios militares, para o fornecimento de segurança para o seu povo, abordando problemas críticos políticos, socioeconômicos e ambientais."

reafirmando, retoricamente, que a principal função da força de defesa é a dissuasão, mas que não há prejuízo para esta se os demais papéis sociais lhe forem atribuídos.

> The primary functions of any Defence Force are deterrence, defence and the protection of key national interests; a Defence Force is not a social agency, nor a prime economic investment. But due to the nature of the Defence Force it can, without detriment to its primary functions: a. Serve a valuable social role, particularly in a diverse society; b. Provide an economic boost to targeted areas of the country; and c. Leverage the establishment and development of some sectors of industry[104] (ÁFRICA DO SUL, 2013, cap. 9, p. 13).

Ou seja, além do argumento de que sem segurança não há desenvolvimento e que a defesa contribui para geração de estabilidade, há um conjunto de ações elencadas pelo documento a serem tomadas pelas forças de defesa na tarefa de também ajudar a alavancar o desenvolvimento:

> In general, the Defence Force contributes to development by creating the **peace and stability conditions whereby growth and development may take place**. This it achieves by addressing the military dimensions of conflict and insecurity and by maintaining peace and stability. As a major national asset, the Defence Force may also be tasked to contribute more directly to national developmental ends in collaboration with all other departments and agencies, through the use of its collateral utility without detriment to its primary role or resource allocation[105] (ÁFRICA DO SUL, 2013, cap. 9, p. 13, grifo nosso).

E um ponto interessante no documento analisado é o uso da prática política de outros Estados como exemplo para a ligação entre segurança e desenvolvimento, mencionando Brasil e Paquistão:

> A Defence Force can, thus, be an important agent of national development, which has been and continues to be demonstrated in several countries, outstanding examples being **Brazil** and Pakistan[106] (ÁFRICA DO SUL, 2013, cap. 9, p. 13).

---

[104] O trecho correspondente na tradução é: "As principais funções de qualquer Força de Defesa são dissuasão, defesa e proteção dos interesses nacionais essenciais; a Força de Defesa não é uma agência social, nem um investimento econômico. Mas, devido à natureza das Forças de Defesa pode, sem prejuízo de suas funções principais: a. Servir um papel social importante, particularmente em uma sociedade diversificada; b. Fornecer um impulso econômico para áreas específicas do país; e c. Alavancar a criação e o desenvolvimento de alguns setores da indústria..".

[105] O trecho correspondente na tradução é: "Em geral, as Forças de Defesa contribuem para o desenvolvimento, criando as condições de paz e de estabilidade em que o crescimento e desenvolvimento podem ter lugar. Isto se consegue abordando as dimensões militares do conflito e da insegurança e por manter a paz e a estabilidade. Como um grande patrimônio nacional, as Forças de Defesa também podem ser encarregadas de contribuir mais diretamente para fins de desenvolvimento nacionais, em colaboração com todos os outros departamentos e agências, através utilizando suas funções colaterais, sem prejuízo para seu papel principal ou para alocação de recursos.".

[106] O trecho correspondente na tradução é: "A Força de Defesa pode, assim, ser um importante agente de desenvolvimento nacional, que tem sido e continua a ser demonstrado em vários países, com exemplos notáveis sendo o Brasil e o Paquistão.".

Uma ressalva a ser feita é que as tarefas que o Estado sul-africano considera necessárias para que as forças armadas contribuam para o desenvolvimento são exatamente as tarefas elencadas pelo Estado brasileiro, listado como exemplo enquanto função subsidiária das forças armadas. Trata-se de uma diferença doutrinária substancial.

O nexo entre segurança e desenvolvimento é, no conjunto dos conteúdos da política declaratória de defesa indiana, residual[107]. O componente do desenvolvimento aparece como o elemento a ser protegido pela defesa, não como elemento legitimador ou gerador de defesa. Até meados dos anos 2000, utilizava-se textualmente o termo "*Energy Security*" como um ideal a ser alcançado, com o apoio da política de defesa, para proteger de interesses estatais estrangeiros os recursos naturais necessários para o desenvolvimento indiano (ÍNDIA, 2001, p. 16).

Outra utilização da junção entre segurança e desenvolvimento se dá na abordagem à insurgência naxalita, conforme abordado no capítulo II desta dissertação:

> The extremist activities of Maoist/Naxalites have the potential for causing internal security problems in some areas of certain states. In this context, funding through illegal flows and possible links indulging in arms and smuggling are also matters of concern. The Government is following a holistic security-cum development oriented approach to deal with the problem[108] (ÍNDIA, 2008, p. 5).

Mas o ponto principal da presente política de defesa indiana é que a política de defesa legitima a si mesma. Seu nexo com o desenvolvimento caminha no sentido de protegê-lo, não de depender dele, conforme os dois trechos abaixo, um de 2008 e outro de 2013. Trata-se de uma concepção *ex post*:

> Today there are more challenges than opportunities to world peace and regional security. As the world continues to shrink and get more and more interdependent due to globalisation and advent of modern day technologies, peace and development remain the central agenda for India. With a steadily growing economy, India has a vital stake in a safe and secure world. India and Indians have increasingly become drivers of global growth and prosperity. We understand a strong defence force is a

[107] Ainda que, do ponto de vista prático, a economia de defesa indiana seja das mais dinâmicas do mundo. Como neste trabalho o interesse é analisar os discursos de segurança, optou-se por não trabalhar com esta dimensão das indústrias de defesa dos três casos, ainda que seja esta uma agenda de pesquisa promissora.

[108] O trecho correspondente na tradução é: "As atividades extremistas maoístas/naxalitas têm o potencial para causar problemas de segurança interna em algumas áreas de determinados estados. Neste contexto, o financiamento através de fluxos ilegais e possíveis ligações com comércio de armas e contrabando também são questões de preocupação. O Governo está seguindo uma abordagem holística de segurança para lidar com o problema.".

> necessary prerequisite for growth, stability and peace. India has been committed to prepare its level of defence preparedness to deter any type of threat both conventional as well as unconventional[109] (INDIA, 2008, p.6)
>
> [...] The dynamic regional and global security environment present a wide spectrum of challenges to India which must be faced rapidly and effectively, in order to sustain and support the growth and rise of the country and the development of her people[110](INDIA, 2011p.8)

3.3 Conclusão comparativa

Como se trata de um trabalho comparativo, busca-se, nesta seção, realizar uma síntese dos discursos analisados informado pelo instrumental teórico apresentado no primeiro capítulo desta dissertação. Sendo os três casos analisados potências regionais, com preponderância de capacidades materiais nas regiões nas quais se inserem se inserem, resta fazer uma distinção qualitativa sobre as percepções dos atores sobre sua inserção regional e avaliar o nexo entre segurança e desenvolvimento.

O quadro 6 realiza uma aproximação do material empírico analisado até aqui, com as teorias propostas sobre Complexos Regionais de Segurança e Ordens Regionais de Segurança. Do ponto de vista do objeto de referência, definido nos termos da teoria da Escola de Copenhague, como o elemento que deve ser protegido dentro de um processo de securitização, os três casos apresentam diferenças. No caso da África do Sul, é o bem-estar de sua população o principal objeto de referência; quanto ao Brasil, é o seu desenvolvimento econômico – e o transbordamento deste para uma melhoria nas condições de vida da população –, e, no caso da Índia, o objeto de referência é a segurança do Estado, pois é esta a condição necessária, seja para assegurar a vida dos indianos, seja para que o país se desenvolva.

---

[109] O trecho correspondente na tradução é: "Hoje, existem mais desafios do que oportunidades para a paz mundial e a segurança regional. Enquanto o mundo continua a encolher e ficar cada vez mais interdependente, devido à globalização e advento das tecnologias modernas, paz e desenvolvimento continuam a ser a agenda central para a Índia. Com uma economia em constante crescimento, a Índia tem um interesse vital em um mundo seguro. Índia e os indianos têm sido cada vez mais motores do crescimento global e da prosperidade. Entendemos que a necessidade de uma força de defesa forte é um pré-requisito necessário para o crescimento, a estabilidade e a paz. Índia tem o compromisso de manter seu nível de preparação de defesa para dissuadir qualquer tipo de ameaça, tanto convencional, bem como não convencional."

[110] O trecho correspondente na tradução é: "O ambiente dinâmico de segurança regional e global apresenta um amplo espectro de desafios para a Índia, que devem ser enfrentados com rapidez e eficácia, a fim de sustentar e apoiar o crescimento e ascensão do país e para o desenvolvimento de seu povo."

Dado que foram as políticas declaratórias de defesa as fontes para a análise da percepção de ameaças das potências regionais em questão, os atores de securitização, naqueles documentos, são os próprios governos de África do Sul, Brasil e Índia. A distinção a ser feita é que, no caso da África do Sul, a *Defence Review* 2013 é resultado de um processo, ainda em andamento, de formulação da estratégia de defesa dentro do Departamento de Defesa. Já no caso do Brasil, o *Livro Branco da Defesa Nacional*, de 2012, foi elaborado por membros do Ministério da Defesa, em conjunto com acadêmicos e políticos, ocorrendo seminários regionais de apresentação de ideias e tendo sido o texto ratificado pelo Congresso Nacional. Os relatórios anuais de defesa indianos, de caráter mais técnico e militar, são produzidos pelo Ministério da Defesa daquele país.

As respectivas regiões são percebidas pelos casos estudados de forma diferente. Objetivou-se, para a elaboração do quadro-síntese, separar os componentes estatal e não estatal da percepção de ameaças oriundas das regiões. No caso da África do Sul, as ameaças principais são de ordem não estatal e envolvem perfil reduzido de violência armada por parte do Estado: epidemias, migração forçada, violações aos direitos humanos, pobreza são percebidas como ameaça dentro da concepção de Segurança Humana, tônica da política de defesa da África do Sul. Quanto ao Brasil, o documento declara que o país não apresenta ameaças declaradas; entretanto, a agenda prioritária de defesa é para combate às ameaças estatais. A ameaça em potencial, para o Brasil, é ter os recursos para o desenvolvimento não guarnecidos e possível intervenção de grandes potências externas à América do Sul. Já o caso da Índia se apresenta como aquele com percepção de ameaças mais intensas. Do ponto de vista estatal, a rivalidade estratégica com China e Paquistão, duas potências nucleares; do ponto de vista não estatal, o foco atribuído ao combate ao terrorismo no pós 11 de setembro, a falta de energia para assegurar o crescimento econômico (como componente discursivo residual) e, mais recentemente, o combate à pirataria.

Além das percepções de ameaça, os documentos analisados traçam as ações necessárias aos Estados para mitigá-la. No caso da África do Sul, as tarefas da defesa são as mais diversas, e as prioridades estão no apoio à segurança humana; no caso do Brasil, a estratégia é voltada ao combate a ameaças estatais clássicas, e, como não há ameaças externas declaradas, utiliza-se a justificativa de mitigar as vulnerabilidades. O Brasil adota, assim, um paradigma cooperativo para a América do Sul (e região estendida, com Atlântico Sul e Costa Ocidental da África) e dissuasório para o exterior à região

Quadro 6 - Aplicação do instrumental teórico da Escola de Copenhague aos casos

	África do Sul	**Brasil**	**Índia**
Objeto de Referência (*Referent Object*)[111]	A população da África do Sul	Desenvolvimento do Brasil, gerando melhores condições para a população	O Estado Indiano que deve proteger a população
Ator de Securitização (*Securitizing Actor*)[112]	Estado sul-africano	Estado brasileiro	Estado indiano
Ameaças oriundas da região	Não estatal - criminalidade, epidemias, migração forçada, violações aos direitos humanos, pobreza	Estatal - sem ameaças declaradas. Ameaça potencial é ter os recursos para o desenvolvimento não guarnecidos e possível intervenção de grandes potências externas à América do Sul	Estatal - vizinhança, com China e Paquistão; não estatal com terrorismo, falta de energia
Ação recomendada pelo Estado	Tarefas da defesa são as mais diversas e as prioridades estão no apoio à segurança humana	Estratégia de combate a ameaças estatais clássicas, mitigação das vulnerabilidades. Adoção de paradigma cooperativo para a América do Sul e região ampliada e dissuasório para o exterior à região	Exército muito operacional, numeroso e com largos investimentos para o combate ao amplo espectro de ameaças. Função da Segurança Interna elevada à prioridade, para combate ao terrorismo

Fonte: Elaboração própria.

[111] Objeto existencialmente ameaçado.

[112] Aquele que eleva a questão de segurança ao debate, declarando que o Objeto de Referência está ameaçado.

De forma complementar ao quadro 6, o quadro 7 tem o objetivo de sintetizar, para além da percepção de ameaças, a posição das políticas declaratórias analisadas sobre a questão regional de seus Estados na política global, de forma geral, e o nexo entre segurança e desenvolvimento.

Quadro 7 - Percepções sobre segurança regional e nexo entre segurança e desenvolvimento

	África do Sul	**Brasil**	**Índia**
Visão de inserção no mundo	Potência regional	Potência regional com aspirações globais	Potência global
Visão sobre a segurança da região	Estabilidade sendo construída com a liderança da África do Sul	Estável, pacífica, com a qual o Brasil deve contribuir	Instável, necessária estabilidade
Visão da região para consecução de objetivos estratégicos	Construtiva, meio e finalidade das ambições externas da África do Sul	Construtiva, também como elemento para realização de suas aspirações globais	Destrutiva, um fardo, dado o isolamento cultural da Índia
Nexo entre segurança e desenvolvimento?	Sim	Sim	Sim, mas de forma residual

Frase-síntese do nexo entre segurança e desenvolvimento	O desenvolvimento é responsável pela criação da segurança	Segurança deve proteger o desenvolvimento, prioridade do Brasil, seja guardando seus recursos naturais, seja cooperando com a vizinhança, seja dissuadindo agressões externas	Segurança é necessária para o desenvolvimento. Não adianta querer desenvolvimento sem que haja o combate às ameaças estatais e não estatais

Fonte: Elaboração própria.

Os Estados analisados se comportam discursivamente de forma diferente quanto às suas inserções em suas respectivas regiões, bem como percebem de forma distinta o papel das regiões na consecução de seus objetivos estratégicos na política externa. A África do Sul se considera uma potência regional, inserida numa região que é tomada como construtiva para os objetivos externos daquele país. A estabilidade da região do sul da África é construída através da liderança sul-africana, e aquela região é meio e fim das prioridades desenvolvimentistas da África do Sul.

Já a agenda brasileira demonstrada no *Livro Branco de Defesa* nacional permite inferir que este Estado se considera uma potência regional que, conjuntamente, está a caminho de se tornar mais relevante no cenário global. A região da América do Sul é vista de forma construtiva, uma espécie de meio para obtenção do *status* de potência global. Assim sendo, o discurso é da necessidade de uma América do Sul estável, pacífica, com a qual o Brasil deve contribuir colaborando para a geração de desenvolvimento da região e apoiando iniciativas de integração regional.

A Índia, conforme analisado pelos relatórios anuais de seu Ministério da Defesa, tem os objetivos estratégicos de se tornar uma potência global. Entretanto, de forma diferente de Brasil e África do Sul, percebe o ambiente da segurança regional como instável e nocivo aos interesses indianos, razão pela qual todos os esforços de estabilização devem ser tomados, inclusive com aproximação com atores externos à região, como Estados Unidos ou Rússia. Pela análise dos documentos, está presente a percepção de que a Índia é um Estado

completamente diferente do restante do Sul da Ásia, sendo um bastião de continuidade democrática e desenvolvimento econômico em meio a um cenário de instabilidade, terrorismo e demais problemas de segurança interna – principal foco da política de defesa no pós 11 de setembro, concomitante à aceitação indiana enquanto Estado detentor de armas nucleares.

Os Estados analisados diferem quanto à combinação lógico-discursiva de segurança e desenvolvimento. A África do Sul, em função do enfoque dado à Segurança Humana, tem no desenvolvimento sua prioridade política. A defesa opera em função de tal prioridade, sendo empregada nas tarefas voltadas para o desenvolvimento, além das funções clássicas de defesa contra ameaças externas. Assim, o nexo entre segurança e desenvolvimento, no caso da África do Sul, pode ser resumido pela frase: O desenvolvimento é responsável pela criação da segurança. O contexto regional apresenta uma série de desafio com os quais as forças armadas são elencadas pela *Defence Review* 2013 para lidar, como a questão dos refugiados, com a pobreza, a saúde pública etc.

O caso brasileiro também apresenta associação discursiva entre segurança e desenvolvimento, mas de forma diferente do caso sul-africano. Em função de um contexto regional no qual não há remotas possibilidades de ameaças estatais externas ao Brasil e não interpretação, como no caso sul-africano, de temáticas de Segurança Humana como pertencentes às prioridades da defesa, a segurança deve proteger o desenvolvimento, a prioridade do Brasil, seja guardando seus recursos naturais, seja cooperando com a vizinhança, seja dissuadindo agressões externas.

O caso da Índia apresenta nexo entre segurança e desenvolvimento de forma residual. Nos documentos analisados, há poucas menções a esse debate, voltadas mormente para a questão da segurança energética. A política de defesa da Índia, em função do intenso e diverso perfil de ameaças na região do Sul da Ásia, é mais voltada para mitigar aquelas ameaças, sejam estatais ou não estatais. A segurança é necessária para o desenvolvimento. Não adianta querer desenvolvimento sem que haja o combate às ameaças estatais e não estatais.

Considerações Finais

Iniciou-se o trabalho com a premissa de que é com a proximidade entre os Estados que se dá a maior probabilidade de ocorrência de conflitos no pós Guerra Fria. A análise feita nesta dissertação foi inspirada pelos conceitos e pelas definições na literatura sobre Política Internacional, segurança regional e potências regionais. No intuito de entender a percepção de ameaça em potências regionais, a pesquisa foi operacionalizada com variáveis com o objetivo de cotejar a observação da dimensão ideacional perceptiva – evidenciada pelos documentos da política declaratória de defesa – com a dimensão material, evidenciada pelas capacidades nacionais CINC e indicadores complementares.

O problema apresentado nesta pesquisa, ou seja, entender como poderes regionais/potências regionais, portadores de capacidades materiais que influenciam desproporcionalmente um complexo regional de segurança, percebem ameaças, com base na política declaratória de defesa, analisando, além de uma contextualização necessária sobre percepção do cenário internacional e papel da defesa, percepções sobre segurança regional e nexo entre segurança e desenvolvimento.

A hipótese heurística que conduziu esta pesquisa, considerando três potências regionais (África do Sul, Brasil e Índia), era que um Estado, quando percebe ameaças na região como relevantes para sua sobrevivência, tende a elevar o teor dessas temáticas na política de defesa; é que as políticas de defesa de Estados que não percebem ameaças externas como relevantes em suas agendas de defesa tendem a apresentar associação discursiva entre as temáticas da segurança e do desenvolvimento.

A variável dependente, a Política de Defesa dos três casos analisados, evidenciada pelo que se chamou de percepção de ameaças, foi definida por seu componente declaratório. A variável independente, aferida com base no padrão de tensões e configurações de poder entre Estados dentro das respectivas regiões ou, em outras palavras, as dinâmicas conflitivas das regiões dentro das quais estão inseridos os casos.

Neste trabalho, o entendimento foi de que sobre segurança não se constitui enquanto um conceito de significado absoluto. Apresentados o modelo neorrealista, em que a sobrevivência é o principal objetivo estatal e as ameaças são inerentes a um sistema internacional cujo princípio ordenador é a anarquia, e a contribuição do Realismo

Neoclássico, no qual são incorporadas as dimensões doméstica e perceptiva, utiliza-se a contribuição da teoria da Securitização da Escola de Copenhague para compreender que, no campo da segurança, as ameaças dependem de processos de percepção, os quais sofrem influência da materialidade. No caso desta dissertação, trata-se do processo de percepção de ameaças das Potências Regionais África do Sul, Brasil e Índia dentro de seus respectivos contextos políticos regionais, a saber, África Austral, América do Sul e Sul da Ásia. A segurança é, pois, uma construção social, e as percepções de ameaça são institucionalizadas em discurso e na política pública. Os termos, em cada política analisada, foram tomados como categorias nativas, com as quais se buscava entender como se formulava logicamente a percepção de ameaça nos casos.

No capítulo 1 desta dissertação, foi apresentado o conjunto de teorias que inspiraram a análise empreendida e os métodos utilizados. O cenário da segurança internacional no pós Guerra Fria apresenta-se enquanto um desafio para a formulação de teorias, dada sua complexidade. Foram abordados, então, dois marcos teóricos da Teoria de Relações Internacionais com os quais a literatura sobre potências regionais e segurança regional trabalha. O primeiro destes, a corrente ensejada pelo Realismo, seja em sua versão estrutural – em que importam para a segurança o componente sistêmico e as variáveis materiais –, seja na versão neoclássica, em, somados aos fatores sistêmicos, importam fatores domésticos e percepção de ameaças, evidenciada pela cunhagem do termo Grande Estratégia. Já o segundo marco teórico utilizado pela discussão sobre potências regionais é a Escola de Copenhague, rediscutindo a questão da segurança, trabalhando-a não como objetiva e material, mas como intersubjetiva, perceptiva e processual.

Posteriormente, fez-se uma revisão teórica sobre os trabalhos que utilizam a categoria analítica de potência regional e de estudos que elaboram teoricamente a dimensão da segurança regional. Além disso, discutiu-se brevemente a literatura sobre o nexo entre segurança e desenvolvimento, afirmando que é necessário empreender mais investigações sobre essa temática, para além do contexto político para o qual esta literatura fora inicialmente pensada: a associação lógico-discursiva entre segurança e desenvolvimento é uma importante agenda de pesquisa porque se trata de duas palavras com notável peso político e retórico, ambas sendo legitimadoras de práticas políticas.

O capítulo II desta dissertação foi dedicado a uma revisão da literatura sobre os casos, buscando analisar as inserções das potências regionais África do Sul, Brasil e Índia nas

Ordens Regionais de Segurança. No caso sul-africano, interessava saber, na literatura, as mudanças no contexto regional e as hipóteses da literatura sobre a percepção de ameaça naquele país, dado que este experimentou um processo de transição política intenso. No caso brasileiro, interessava saber em que medida a dimensão da preponderância brasileira é discutida pela literatura e como esta é influenciada pela percepção de ameaças. O caso indiano é discutido com base nas análises da literatura sobre aspectos relacionados às tensões regionais, bem como o cenário nuclear numa região permeada por conflitos.

O capítulo III desta dissertação dedicou-se à análise comparativa dos casos propriamente dita. Empreendeu-se, inicialmente, uma análise das capacidades nacionais de poder – variáveis de cunho material –, buscando obter um diagnóstico da polaridade das regiões em que estão inseridos os casos. Em seguida, faz-se uma análise documentada das políticas declaratórias de defesa de África do Sul, Brasil e Índia, observando os seguintes aspectos: uma contextualização sobre a forma de perceber a defesa e o cenário internacional, seguida das percepções sobre a Ordem Regional de Segurança e o nexo entre segurança e desenvolvimento. Sumariza-se, então, os achados da pesquisa, caso a caso, à guisa de conclusão.

A região da África Austral, na qual se insere a África do Sul, apresenta, do ponto de vista das capacidades materiais, uma distribuição unipolar. A ressalva a ser feita é que Angola apresenta viés de crescimento nos gastos militares, estando o diagnóstico de unipolaridade em favor da África do Sul, calcado na assimetria econômica desta *vis-à-vis* aos demais Estados da região.

A percepção de ameaças, analisada a política declaratória quanto às perspectivas sobre a segurança regional, apresenta um escopo amplo. Aspectos doméstico e externo se separam de forma muito tênue, e a perspectiva da segurança humana, atrelada a de Estado desenvolvimentista, faz com que a gama de tarefas atribuídas ao instrumento da defesa seja muito mais ampla.

O caso sul-africano, tomada a análise do nexo entre segurança e desenvolvimento, é aquele que apresenta esse aspecto com mais intensidade. O termo "Estado Desenvolvimentista" (*Developmental State*) é uma constante nas construções lógicas do documento analisado e, depreende-se, a partir deste, que a percepção de ameaças é difusa, com a inclusão de temas como epidemias, criminalidade e pobreza na agenda de segurança, as

quais estão subsumidas na ideia de que o desenvolvimento é o ponto fundamental da política de defesa.

Apresentado o diagnóstico de polaridade da região da África Austral e as percepções de ameaça quanto aos aspectos analisados nesta dissertação, é possível afirmar que a região é observada pela África do Sul como finalidade e instrumento de seus objetivos externos, dado que a solução para as ameaças percebidas neste caso se dá pela adoção de uma perspectiva desenvolvimentista para a defesa, adoção de multilateralismo para condução da política regional (uma vez que os problemas enfrentados são comuns aos Estados da África Austral) e colocando-se enquanto líder da região.

A região da América do Sul apresenta distribuição de capacidades unipolar e baixo perfil de conflitos estatais. Do ponto de vista da segurança regional, a percepção de ameaças do Estado brasileiro, evidenciada tanto pela revisão de literatura realizada quanto pela análise da política declaratória, é que o Estado não percebe ameaças externas. Assim, predomina o preparo para combater ameaças tracionais, ou seja, conflitos interestatais, permanecendo a força de defesa com as chamadas funções clássicas. O binômio cooperação para a região e dissuasão para atores estatais externos é a tônica da percepção brasileira para a temática da defesa.

No Brasil, a legitimação da política de defesa pelo discurso desenvolvimentista se dá pela ideia de que é o desenvolvimento do Brasil que deve ser protegido, seja de ameaças externas à região da América do Sul ou região estendida, seja na salvaguarda de seus recursos naturais e matérias-primas para a produção. O processo iniciado com a Estratégia Nacional de Defesa (2008) e continuado pelo *Livro Branco da Defesa Nacional* (2012) é aquele da criação de uma *constituency* na área de defesa, esclarecendo a sociedade da importância de um sistema de defesa operacional e crível, baseado na solução de vulnerabilidades, e não na existência de ameaças externas declaradas. Aqui, observa-se que este é um processo, ainda em curso, cujo objetivo é que a política de defesa legitime-se a si mesma.

A região do Sul da Ásia apresenta distribuição de capacidades unipolar, mas há de se fazer a ressalva de que a Índia tem, como vizinhos, potências nucleares: China e Paquistão. Do ponto de vista da segurança regional, é possível afirmar para o caso indiano que, quanto maior a proximidade, mais conturbada ou não construtiva é a relação da Índia com seus vizinhos**.** A análise da história da Índia nos últimos 50 anos, bem como a dos Relatórios Anuais de seu Ministério da Defesa permitem dizer que as relações da Índia com seus

vizinhos imediatos são bastante frágeis. No Sul da Ásia não construiu um ambiente de segurança sólido, e a região é encarada pelo Estado indiano como um obstáculo às suas aspirações de ser uma potência global. Além disso, mudanças substanciais na percepção de ameaças foram identificadas pela análise dos relatórios anuais de defesa da Índia.

As prioridades indianas, sem que ameaças estatais externas deixassem de ser percebidas, se voltaram em grande medida para o combate ao terrorismo e à insurgência, coerente com um processo de alinhamento com a política externa estadunidense pós 11/09 e com a busca de se afastar das possíveis represálias internacionais pelos testes nucleares de 1998. Num cenário de percepção de ameaças intenso e variado, a função das forças armadas é a de combate às ameaças estatais e também de segurança interna. A junção lógico-discursiva entre segurança e desenvolvimento é residual, mormente observada quanto à questão da segurança energética e de medidas alternativas para lidar com a insurgência naxalita. A política de defesa indiana apresenta-se, então, como aquela de uma potência militar tradicional.

Além dos aspectos mencionados sobre os casos em estudos, um dos principais achados desta pesquisa é que o panorama estrutural traçado pelos dados sobre capacidades é apenas uma das dimensões a serem observadas quando do estudo de segurança internacional: fornecem o quadro mais geral no qual ideias, opções políticas e mesmo correlações de forças internas estão inseridas. Para além de um panorama estrutural, o qual se fez necessário, foi preciso estabelecer distinções qualitativas para compreender a percepção de ameaça nas potências regionais estudadas, já que os três casos apresentam-se como os mais dotados de capacidades nas respectivas regiões.

A hipótese central desta pesquisa, de que as percepções de ameaça são determinadas pela leitura do contexto regional no qual as potências regionais se inserem, se sustenta, já que as diferenças de percepção entre os três casos ocorrem devido às leituras da região como mais ou menos conflitivas. Aqui, cabe dizer que, para esta leitura do contexto regional, importam, tanto as distribuição de capacidades materiais (polaridade), quanto os padrões históricos de amizade-inimizade (polarização). Quanto à junção lógico-discursiva entre segurança e desenvolvimento, verificou-se com maior robustez, que a percepção de ameaças é ampla, porém não intensa. África do Sul, com a concepção mais ampla de defesa, inspirada pela perspectiva da segurança humana, apresenta maior nexo; Brasil, apesar da não percepção de ameaças externas na região, mantém a função das forças armadas enquanto responsáveis pelo

combate às ameaças externas; e Índia, com percepção de ameaça intensa, estatal e não estatal, apresentando o nexo entre segurança e desenvolvimento de forma residual.

Considero que esta dissertação buscou, ainda que de forma reduzida, estabelecer uma agenda de pesquisa mais ampla à qual pretendo me dedicar em meus estudos de doutorado, aproveitando esse diálogo analítico entre dados sobre capacidades materiais e documentos declaratórios. Alguns possíveis temas de pesquisa podem ser listados: a presença do componente das novas agendas de defesa e segurança – por exemplo, da guerra cibernética – nas políticas de defesa das potências regionais; uma investigação mais profunda sobre missão atribuída às forças armadas em potências regionais[113]; a avaliação do discurso desenvolvimentista com a prática política de possuir uma indústria de defesa; avaliar a eficácia dos mecanismos regionais de solução de conflitos e o papel das três potências regionais; estudar a dimensão de contestação e aceitação das potências regionais enquanto líderes regionais; avaliar a dimensão das aspirações globais de potências regionais (operações de paz, assistência humanitária, cooperação internacional, assegurar os *global commons* etc.).

[113] Este ponto, em especial, foi um elemento deliberadamente omitido pelo enfoque estatal e sistêmico tratado nesta dissertação, também devido ao escopo limitado de meu trabalho. Considero, entretanto, ser vital para estudos futuros, inserir a dimensão das relações civis-militares nas análises sobre política de defesa e percepção de ameaças.

4 Referências

ADEBAJO, Adekeye. South Africa and Nigeria in Africa: an Axis of Virtue?. Working Paper presented for the Harold Wolpe memorial. **Trust Dialogue**. Maio, 2007.

ÁFRICA DO SUL. **Defence in a Democracy**: White Paper on National Defence for the Republic of South Africa. Pretória, 1996

ÁFRICA DO SUL. **South African Defence Review 1998**. Pretoria, 1998.

ÁFRICA DO SUL. **South African Defence Review 2013**. Pretória, 2013.

ALDEN, Chris; SOKO, Milis. South Africa's economic relations with Africa: hegemony and its discontents. **Journal Of Modern African Studies**, v. 3, n. 43, p.367-392, 2005.

ALDEN; Chris ; VIEIRA, Marco Antônio. Índia, Brasil e África do Sul (IBAS): Cooperação Sul-Sul e o Paradoxo da Liderança Regional. In: HIRST, Monica; LIMA, Maria Regina Soares de; VIEIRA, Marco Antonio.**Vozes do Sul e Agenda Global**: África do Sul, Brasil e Índia. São Paulo: Hucitec Editora, 2012. p.60-89.

ALVES ; Vágner, HEYE, Thomas. Tamanho é documento: o Brasil e o equilíbrio de poder na América do Sul**. Análise de Conjuntura Opsa**, Rio de Janeiro, n. 8, p.1-13, ago. 2008.

AMORIM, Celso. A Política de Defesa de um País Pacífico. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p.7-15, jun. 2012. Disponível em: <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/revistaEgn/junho2012/edicao18.9-18.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2012.

AMORIM NETO, Octavio. **De Dutra a Lula**: a Condução e os Determinantes da Política Externa Brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2011.

ASHLEY, Richard K., The Poverty of Neorealism in: KEOHANE, Robert O., (ed), **Neorealism and Its Critics**, Columbia University Press. 1986. pp. 255-300

AYOOB, Mohammed. **The Third World Security Predicament**: State Making, Regional Conflict, and the International System. Londres: Lynne Rienner Publishers, 1995.

AYOOB, Mohammed. Defining Security: A Subaltern Realist Perspective. In: KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael C.. **Critical Security Studies: Concepts and Cases**. London: University College Of London, 1997. p. 121-148.

BAUER, Gretchen; TAYLOR, Scott D.. **Politics in Southern Africa: Transition and Transformation**. London: Lynne Rienner, 2011.

BEASLEY, Ryan K. ; STARR, Michael T. In: BEASLEY, Ryan K. et al. **Foreign Policy in Comparative Perspective**: Domestic and International Influences on State Behavior. 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 2013. pp.313-339.

BECKER, Derick. South African Foreign Policy: Power and Post-Apartheid Identity. In: BEASLEY, Ryan K. et al. **Foreign Policy in Comparative Perspective**: Domestic and International Influences on State Behavior. 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 2013. pp. 246-264.

BELLAMY, Alex J.; WILLIAMS, Paul D.. Who's Keeping the Peace?: Regionalization and Contemporary Peace Operations. **International Security**, Massachussets, v. 29, n. 4, p.157-195, 2005.

BENNETT, Scott D.; STAM, Allan. *EUGene*: A Conceptual Manual. **International Interactions** , 26, 2000 pp. 179-204.

BRANDS, Hal. **Dilemmas of Brazilian Grand Strategy**. Strategic Studies Institute, U.S. Army War College, 2010.

_____. **The Promise and Pitfalls of Grand Strategy**. Carlislle Barracks: U.s. Army War College, 2012.

BRASIL. Ministério da Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto Nº 5484, de 30 de Junho de 2005. **Política de Defesa Nacional**. Brasília, 2005.

_____. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa.** Paz, segurança para o Brasil. 2ªEd. Brasília: Ministério da Defesa, 2008.

_____. Ministério da Defesa. **Livro Branco da Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012.

BUCKLEY, Peter J.; CHAPMAN, Malcom. The Use of Native Categories in Management Research**. British Journal Of Managment**, London, v.8 , p.283-299, 1997.

BULL, Hedley. **A sociedade anárquica**: um estudo da ordem na política mundial. Tradução: Sergio Bath. Brasília e São Paulo: Editora UnB/IPRI/Imprensa Oficial de São Paulo, 2002.

BURGES, Sean. Consensual Hegemony: Theorizing Brazilian Foreign Policy after the Cold War. **International Relations,** v. 22, n. 1, 2008. pp 65-84.

BURR, Lars ; JANSEN, Steffen ; STEPPUTAT, Finn. **The Security-Development Nexus.** Expressions of Sovereignty and Securitization in Southern Africa. Uppsala and Cape Town: Nordic Africa Institute and HSRC Press, 2007.

BUZAN, Barry ; WAEVER, Ole. **Regions and Powers:** The Structure of International Security. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BUZAN, Barry. People, States, and Fear: The National Security Problem in International Relations. 2. ed. Brighton: Whealsheaf, 1983.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **The evolution of International Security Studies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security:** A New Framework for Analysis. London: Lynne Rienner, 1998.

BUZAN, Barry. The Inaugural Kenneth N. Waltz Annual Lecture: A World Order Without Superpowers: Decentred Globalism. **International Relations**, v. 1, n. 25, p.3-25, 2011.

CASTELLANO DA SILVA, Igor . **Southern Africa Regional Security Complex**: The emergence of bipolarity?. Occasional Paper No.15. 1. ed. Pretoria: Africa Institute of South Africa, 2012.

CEPIK, Marco Aurélio Chaves. Segurança nacional e cooperação sul-sul: India, Africa do Sul e Brasil. In: LIMA, Maria Regina Soares de ; HIRST, Monica. **Brasil, Índia e África do Sul**: desafios e oportunidades para novas parcerias. São Paulo: Paz e Terra, 2009. pp. 63-118.

CEPIK, Marco. Segurança na América do Sul: Traços estruturais e dinâmica conjuntural. **Análise de Conjuntura Opsa**, Rio de Janeiro, n. 9, p.1-11, ago. 2005.

CEPIK, Marco; PITT, Rômulo. A Índia e a Segurança Regional após Abbottabad. Conjuntura Austral, Porto Alegre, v. 2, n. 6, p.33-48, jun-jul. 2011.

CHANDLER, David. **The security–development nexus and the rise of 'anti-foreign policy'**. Journal of International Relations and Development. n. 10, 2007. pp. 362–386

CHELANEY, Brahma. India: Regional Security Challenges. **Panorama:** Insights into Asian and European Affairs. 02/2009. p.157-176. Disponível em: <http://www.kas.de/wf/doc/kas_19799-1522-2-30.pdf?100608093225> Acesso em 24 out 2012.

CIA Central Intelligence Agency. **CIA World Fact Book**. Disponível em<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2172rank.html> Acesso em 20 nov 2013.

COHEN, Stephen P.. **India**: Emerging Power. Washington, D.c: Brookings Institution Press, 2001.

COHEN, Stephen Philip. India, Pakistan and Kashmir. In: GANGULY, Sumit. **India as an Emerging Power**. London: Frank Cass, 2005. Cap. 3, p. 30-57.

COX, Robert W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. In COX, Robert W.; SINCLAIR, T. **Approaches to World Order**. Cambridge, Cambridge University Press, 1981.

Correlates Of War Project**. National Material Capabilities Data Documentation**: Version 4.0. Michigan: University Of Michigan, 2010.

DER DERIAN, James. The Value of Security: Hobbes, Marx, Nietzsche, and Baudrillard. In: DILLON, G.M.; CAMPBELL, David. **The Political Subject of Violence**. Manchester: Manchester University Press, 1993. p. 94-113.

DELLA PORTA, Donatella. Comparative analysis: case-oriented versus variable-oriented research. In: DELLA PORTA, Donatella; KEATING, Michael (Ed.). **Approaches and Methodologies in the Social Sciences**: A Pluralist Perspective. New York: Cambridge University Press, 2008.pp.198-222.

DELLA PORTA, Donatella; KEATING, Michael (Ed**.). Approaches and Methodologies in the Social Sciences:** A Pluralist Perspective. New York: Cambridge University Press, 2008.

DESCH, Michael C.. Culture Clash: Assessing the Importance of Ideas in Security Studies. International Security, Massachusetts, v. 1, n. 23, p.141-170, Summer, 1998.

DESTRADI, Sandra. Empire, Hegemony, and Leadership: Developing a Research Framework for the Study of Regional Powers. **GIGA Working Paper Series**. 79, 2008

DOMINGUES, José Mauricio. **Desarrollo, periferia y semiperiferia en la tercera fase de la modernidad global**. Buenos Aires: Clacso, 2012.

EDJUS, Filip. Dangerous Liaisons: Securitization Theory and Schmittian Legacy. **Western Balkans Security Observer.** n. 13, abr–jun, 2009. p.9-16.

ELMAN, Colin. Realism. In: GRIFFITHS, Martin. **International relations theory for the twenty-first centur**y: an introduction. New York: Routledge, 2007. p. 11-20.

FARLEY, Jonathan. Southern Africa. New York: Routledge, 2008.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima. **Os Estudos Estratégicos como Área de Conhecimento.** 2009. 123 f. Tese (Professor Titular) - Departamento de Ciência Política, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

FLEMES, Daniel ; VAZ, Alcides Costa. : Security Policies of India, Brazil and South Africa – Regional Security Contexts as Constraints for a Common Agenda. **GIGA Working Paper Series**. February, 2011.

FLEMES, Daniel Conceptualising Regional Power in International Relations: Lessons from the South African Case. **GIGA Working Paper Series**. June, 2007a

FLEMES, Daniel. Emerging Middle Powers' Soft Balancing Strategy: State and Perspectives of the IBSA Dialogue Forum. **GIGA Working Paper Series**. December, 2007b

FLEMES, Daniel ; RADSECK, Michael. Creating Multilevel Security Governance in South America. Contested Leadership in International Relations: Power Politics in South America, South Asia and Sub-Saharan Africa. **GIGA Working Paper Series**. December, 2009

FLEMES, Daniel. Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) na Nova Ordem Global:Interesses, Estratégias e Valores da Coalizão dos Emergentes. In: HIRST, Monica; LIMA, Maria Regina Soares de; VIEIRA, Marco Antonio.**Vozes do Sul e Agenda Global**: África do Sul, Brasil e Índia. São Paulo: Hucitec Editora, 2012. p.27-59.

FLEMES, Daniel. Creating Regional Security Community in Southern Latin America: The Institutional Policies of India, Brazil and South Africa – Regional Security Contexts as Constraints for a Common Agenda. **GIGA Working Paper Series**. December, 2005

FLEMES, Daniel: WOJCZEWSKI, Thorsten. Contested Leadership in International Relations: Power Politics in South America, South Asia and Sub-Saharan Africa. **GIGA Working Paper Series**. February, 2010.

FREY, Karsten. Power, interests, and India's nuclear Policy e The China factor In India's strategic thinking. In: FREY, Karsten .**Indias´s Nuclear Bomb and National Security**. New York: Routledge. pp. 1-27 e p.111-121, 2006

GANGULY, Sumit (Org.). **India as an Emerging Power**. London: Frank Cass, 2005.

GARVER, John W.. Asymmetrical Indian and Chinese Threat Perceptions. In: GANGULY, Sumit.**India as an Emerging Power**. London: Frank Cass, 2005. Cap. 5, p. 104-127.

GODEHARDT, Nadine; NABERS, Dirk. **Regional Powers and Regional Orders**. Londres: Routledge/GARNET Series, 2011.

GONZÁLEZ, RODRIGO S. . O Método Comparativo e a Ciência Política. **Revista de Estudos e Pesquisas Sobre as Américas**, v. 2, p. 1, 2008.

GORDON, Sandy. India's rise as an Asia–Pacific power: Rhetoric and reality. **Strategic Insights**, Camberra, n. 58, p.1-31, maio 2012.

GRAY, Colin S. Introduction: holding the strategy bridge e The Revolution in Military Affairs [1998] In: GRAY, Colin S. **Strategy and History**: Essays on Theory and Practice. Abingdon, UK: Routledge, 2006.

GRAY, Colin S.. **War, peace and international relation**s: an introduction to strategic history. New York: Routledge, 2007.

GRIFFITHS, Martin. **Fifty Key Thinkers in International Relations**. New York: Routledge, 2000.

GUZZINI, Steffano ; JUNG, Dietrich. **Contemporary Security Analysis and Copenhagen Peace Research. London**: Routledge, 2004.

HABIB, Adam. South Africa´s foreign policy: hegemonic aspirations, neoliberal orientations and global transformation. **South African Journal of International Affairs**, Vol.16, No.2, Agosto de 2009. pp. 143-159.

HERZ, Monica. Segurança Internacional na América do Sul. **Segurança Internacional**: Perspectivas Brasileiras. 1ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010. pp. 331-343

HIRST, Monica; LIMA, Maria Regina Soares de; VIEIRA, Marco Antonio.**Vozes do Sul e Agenda Global**: África do Sul, Brasil e Índia. São Paulo: Hucitec Editora, 2012.

HOYT, Timothy D.. India's Grand Strategy: Some Preliminary Thoughts.Changing Military Dynamics In East Asia: **Polcy Brief**, n. 5, p.1-4, jan. 2012. Disponível em < http://igcc.ucsd.edu/assets/001/503586.pdf > Acesso em 20 out 2013.

HUNTINGTON, Samuel. The Lonely Superpower. **Foreign Affairs**, Washington, v. 78, n. 2, p.1-1, Março/Abril, 1999. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/54797/samuel-p-huntington/the-lonely-superpower>. Acesso em: 08 out. 2013.

HURRELL, Andrew. O Ressurgimento do Regionalismo na Politica Mundial.**Contexto Internacional,** Rio de Janeiro, v. 1, n. 17, p.23-59, 1995.

HURRELL, Andrew. One world? Many worlds? The place of regions in the study of international society. **International Affairs**, v. 1, n. 83, p.127-146, 2007.

ÍNDIA. Ministry of Defence.. **Annual Report 2000**. Nova Delhi, 2000. p.1-12

ÍNDIA. Ministry of Defence.. **Annual Report 2001**. Nova Delhi, 2001. p.1-16

ÍNDIA. Ministry of Defence. **Annual Report 2002-2003**. Nova Delhi, 2003.

ÍNDIA. Ministry of Defence. **Annual Report 2003-2004**. Nova Delhi, 2004.

ÍNDIA. Ministry of Defence. **Annual Report 2004-2005**. Nova Delhi, 2005.

ÍNDIA. Ministry of Defence. **Annual Report 2005-2006**. Nova Delhi, 2006.

ÍNDIA. Ministry of Defence. **Annual Report 2006-2007**. Nova Delhi, 2007.

ÍNDIA. Ministry of Defence. **Annual Report 2007-2008**. Nova Delhi, 2008.

ÍNDIA. Ministry of Defence. **Annual Report 2008-2009**. Nova Delhi, 2009.

ÍNDIA. Ministry of Defence. **Annual Report 2009-2010**. Nova Delhi, 2010.

ÍNDIA. Ministry of Defence. **Annual Report 2010-2011**. Nova Delhi, 2011.

ÍNDIA. Ministry of Defence. **Annual Report 2011-2012**. Nova Delhi, 2012.

ÍNDIA. Ministry of Defence. **Annual Report 2013-2013**. Nova Delhi, 2013.

KAARBO, Juliet ; LANTIS, Jeffrey S. ; BEASLEY, Ryan K. ; The Analysis of Foreign Policy in Comparative Perspective. In: BEASLEY, Ryan K. et al. **Foreign Policy in Comparative Perspective:** Domestic and International Influences on State Behavior. 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 2013. pp.1-24.

KEOHANE, Robert O., (ed), **Neorealism and Its Critics**, Columbia University Press. 1986

KHERBI, Amine. Development´s Security: A New Perspective on International Security. **Harvard International Review**, p.14-18, Fall, 2007.

LADWIG, Walter C.. India and the Balance of Power in the Asia-Pacific. **Joint Force Quaterly** , n. 57, p.111-119, 2010.

LANDSBERG, Chris. A política externa do governo Jacob Zuma: Associação ou Dissociação. **Conjuntura Austral**: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais – v1, nº1. Jan/Jun. 2012. pp. 79-108.

LEHMANN, Kai. Unfinished Transformation: the three phases of Complexity's emergence into international relations and foreign policy. **Cooperation And Conflict**, v. 47, n. 3, p.404-413, 2012.

LEMKE, Douglas. Dimensions of Hard Power: Regional Leadership and Material Capabilities. In: FLEMES, DANIEL (Org.). **Regional Leadership in the Global System**. Aldershot: Ashgate, 2010.

LE PERE, Garth. A Política Externa Pós-Apartheid da África do Sul: O Passado como Prólogo. **Vozes do Sul e Agenda Global**: África do Sul, Brasil e Índia. São Paulo: Hucitec Editora, 2012.pp.90-123.

LE ROUX, Len. The post-Apartheid South African military: Transforming with the nation. **Evolutions & Revolutions.** Institute for Security Studies (ISS), Pretoria, South Africa, 2005. pp.235-268

LI, Li. India's Security Concept and Its China Policy in the Post-Cold War Era. **Chinese Journal Of International Politics**, n. 2, p.229-261, 2008.

LIJPHART, Arend. Comparative Politics and the Comparative Method. **The American Political Science Review**, v. 65, n. 3, p.682-693, set. 1971.

LIJPHART,Arend. The comparable-case strategy in comparative research. **Comparative Political Studies**, v. 8, n. 2, pp. 158-177. 1975.

LIMA, Maria Regina Soares de ; HIRST, Monica. Brazil as an intermediate state and regional Power: action, choice and responsabilities. **International Affairs**, 82, 1 2006, pp. 21-40

LIMA, Maria Regina Soares de. Diplomacia, Defesa e Definição Política dos Objetivos Nacionais: O Caso Brasileiro. In: JOBIM, Nelson; Etchegoyen Sérgio; ALSINA, João Paulo (Org.). **Segurança Internacional**: Perspectivas Brasileiras. 1ed.Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010. pp. 401-418.

LIMA, Maria Regina Soares de. Relações Interamericanas: A Nova Agenda Sul-Americana e o Brasil. **Lua Nova:** Revista de Cultura e Política, São Paulo, v. 3, n. 90, 167-201, 2013.

LOBELL, Steven E; RIPSMAN, Norin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W. (Org.).**Neoclassical Realism, the State, and Foreign Policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

MAHONEY, James. Qualitative Methodology and Comparative Politics. **Comparative Political Studies**, v. 2, n. 40, p.122-144, 2007.

MARENCO, André. Quando comparamos para explicar: desenhos de pesquisa e sequências temporais na investigação de instituições políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (Impresso), v. 27, p. 203-217, 2012.

MALAMUD, Andres. A Leader Without Followers?: The Growing Divergence Between the Regional and Global Performance of Brazilian Foreign Policy. **Latin American Politics And Society**, v. 3, n. 53, pp.1-24, 2011.

MILANI, Carlos R.S. Les pays émergents dans l'actuel ordre mondial : changements et légitimité politique, **La Revue Internationale et Stratégique**, v. 82, p. 53-62, 2011.

MILANI, Carlos R.S. ; PINHEIRO, Letícia (Orgs.). **Política externa brasileira**: as práticas da política e a política das práticas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

MILANI, Carlos R.S. Brésil : politique étrangère, puissance et quête d'autonomie. **Observador On-line**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 5, p.1-19, maio 2013. Disponível em: <http://www.opsa.com.br/images/pdf/observador/observador_v_8_n_05_2013.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2013.

MILLER, Benjamin. **States, Nations, and the Great Powers:** The Sources of Regional War and Peace. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

NARLIKAR, Amrita. Patriotismo Peculiar ou Cálculo Estratégico? Explicando a Estratégia de Negociação da Índia em Ascensão. In: HURREL, Andrew *et alii*. **Os BRICs e a Ordem Global.** Rio de Janeiro: Editora FGV. p. 101-124, 2009.

NARLINKAR, Amritar. **New Powers:** how to become one and how to manage them. New York: Columbia University Press, 2010.

NISSENBAUM, Helen. Where Computer Security Meets National Security**. Ethics and Information Technology,** nº7, p. 61-73. 2005.

NOGAMI, Otto ; RUDZIT, Gunther. Segurança e Defesa Nacionais: conceitos básicos para uma análise.**Revista Brasileira de Política Internacional**. v. 53, n. 1: 5-24, 2010.

NOLTE, Detlef. How to Compare Regional Powers: analytical concepts and research topics**. Review of International Studies**, v. 36, p.881-901, 2010.

OJENDAL, Joakim ; STERN, Maria. Mapping the Security--Development Nexus: Conflict, Complexity, Cacophony, Convergence? **Security Dialogue.** v.41, n.1. Fev, 2010. p. 5-29

_____; _____. Mapping security - development : A question of methodology? **Security Dialogue**. n. 42, v. 1, 2011. pp.105-110.

OWEN, John M.. Domestically driven deviations: internal regimes, leaders, and realism's power line. In: MAY, Ernest R.; ROSECRANCE, Richard; STEINER, Zara (Comp.). **History and Neorealism**. New York: Cambridge University Press, 2010. p. 29-48.

PAVRI, Tinaz. Coming Into its Own: Indian Foreign Policy. In: BEASLEY, Ryan K. et al. **Foreign Policy in Comparative Perspective:** Domestic and International Influences on State Behavior. 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 2013. pp.166-182.

PNUD**. Relatório do Desenvolvimento Humano 2013.** Disponível em: < http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh-2013.pdf>Acesso em: 20 nov. 2013

PROENÇA JR. , Domício ; DINIZ, Eugenio. The Brazilian Conceptualization of Security. In: **Reconceptualising Security in the 21st Century**, BRAUCH, Hans Günter *et al* (Orgs.). Berlin: Springer-Verlag, 2008

PROENÇA JÚNIOR, Domício ; DINIZ, Eugenio. **Política de Defesa no Brasil**: uma Análise Crítica.. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

PROENCA JUNIOR, Domício. Forças armadas para quê? Para isso. **Contexto internacional**. 2011, vol.33, n.2, pp. 333-373.

RAGIN, Charles C.; RUBINSON, Claude.The Distinctiveness of Comparative Research. In: LANDMAN, Todd; ROBINSON, Neil. **The SAGE Handbook of Comparative Politics.** London: Sage, 2009. p. 13-34.

RIST, Gilbert. **The History of Development**: From Western Origins to Global Faith. London: Zed Books, 2008.

RODRIGUEZ, Júlio César Cossio. Os Efeitos de Limitadas Capacidades Materiais na Política Externa de Potências Intermediárias do Sistema Internacional: o caso do Brasil. 2013. 185 f.

Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013.

_____. Chacal ou Cordeiro? O Brasil frente aos desafios e oportunidades do Sistema Internacional. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 55, n.2. 2012.pp.70-89.

ROSE, Gideon. Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy. **World Politics**, v. 1, n. 51, p.144-172, out, 1998.

SCHMIDT, Brian C. The Primacy of National Security. In: SMITH, Steve; HADFIELD, Amelia; DUNNE, Tim. **Foreign Policy: theories, actors, cases.** London: Oxford University Press, 2008. p. 155-168

SCHMITT, Carl. **The Concept of the Political**. Chicago: University of Chicago Press 1996.

SCHMITTER, Phillip. **The design of social and political research**. In: DELLA PORTA, Donatella; KEATING, Michael (Ed.). Approaches and Methodologies in the Social Sciences: A Pluralist Perspective. New York: Cambridge University Press, 2008.pp.263-295.

SCHWELLER, Randall L.. **Deadly Imbalances:** Tripolarity and Hitler's Strategy of World Conquest. New York:: Columbia University Press, 1998..

SCHWELLER, Randall L.. **Unanswered Threats:** Political Constraints on the Balance of Power. Princeton: Princeton University Press, 2006.

SECURITY DIALOGUE. **Special Issue on the Security-Development Nexus Revisited**. Oslo: Sage, v. 35, n. 3, 2004.

SECURITY DIALOGUE. Oslo: Sage, v. 41, n. 1, 2010.

SIKO, Isaac Mohlolo. A Critical Review of South Africa´s to the Concept of National Security since 1994. 2007. 113 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Security Studies, Departamento de Ciência Política, University Of Pretoria, Pretoria, 2007. Disponível em:<http://upetd.up.ac.za/thesis/available/etd-01242008-121403/unrestricted/dissertation.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2013.

SINGER, J. David; BREMER, Stuart; STUCKEY, John. Capability Distribution, Uncertainty, and Major Power War, 1820-1965. In: RUSSETT, Bruce. **Peace, War, and Numbers**. Beverly Hills: Sage, 1972. p. 19-48.

SIPPRI. Stockholm International Peace Research Institute. **SIPRI Yearbook 2012**: Armaments, Disarmament and International Security. Summary. Disponível em: < http://www.sipri.org/yearbook/2012/files/SIPRIYB12Summary.pdf> Acesso em 31 jan 2013

SIPRI. Stockholm International Peace Research Institute. **SIPRI Military Expenditure Database**. 2013. <http://www.sipri.org/research/armaments/milex/research/armaments/milex/research/armaments/milex/milex_database > Acesso em: 15 ago 2013

SMITH, Steve *et alii*. **Foreign Policy, Theories, Actors, Cases.** Oxford: Oxford University Press. 2008

SPEKTOR, Matias. Brazil as a Regional and Emerging Global Power. **Saiia Policy Briefing**, Pretoria, n. 9, p.1-4, nov. 2009.

STEWART-INGERSOLL, Robert ; FRAZIER, Derrick. Regional Powers and Security: A framework for understanding order within regional security complexes. **European Journal of International Relations**., 16(4). pp- 731-753, 2010.

_____;_____. **Regional Powers and Security Orders***:* A Theoretical Framework. London, Routledge Global Security Studies, 2011.

STUENKEL, Oliver. Strategic international threats surrounding Brazil. Kas International Reports, Berlim, n. , p.103-121, out. 2010.

STUENKEL, Oliver. . India s National Interests and Diplomatic Activism. **LSE Ideas**, v. March,2012.p.34-38.Disponível em: < http://www.lse.ac.uk/IDEAS/publications/reports/pdf/SR010/stuenkel.pdf> Acesso em 24 ago 2013.

SUAREZ, Marcial. **Terrorismo no Século XXI**: Instrumentalização do Conceito na Política Externa dos Estados Unidos da América no Período 1995-2005. Tese (Doutorado em Ciência Política) Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

TANK, Pinar. The Concept of Rising Powers. **NOREF Policy Brief**. Norwegian Peacebuilding Resource Center. Junho, 2012.

TANNO, Grace. A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional. **Contexto Internacional**, v. 25, n. 1, jan/jun 2003, pp.47-80.

TAVARES, Rodrigo. How do Peace and Security Cluster Regionally? **Garnet Working Paper**, n. 13, p.1-28, 2007.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto Wagner Menezes. Mudança na polaridade na América do Sul e Ásia Meridional: A base regionalista na ascensão de Brasil e Índia como potências globais. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 34., 2010, Caxambu. Anais... . Caxambu, MG: Anpocs, 2010. p. 1 - 34.

THOMAS, Caroline. **Global governance, development and human security :** the challenge of poverty and inequality. Virginia: Pluto Press, 2000.

UPPSALA Conflict Data Program. **UCDP Database**. Uppsala University, 2013. Disponível em: < www.ucdp.uu.se/database >.Acesso em: 09 mar 2013.

VALENÇA, Marcelo Mello. Novas Guerras, Estudos para a Paz e Escola de Copenhague: uma contribuição para o resgate da violência pela Segurança. 2010. 327 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais), Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

VAN EVERA, Stephen Van. **Guide to Methods for Students of Political Science**. New York: Cornell University Press, 1997.

VAZ, Alcides Costa . Brasil: defensa, seguridad y perspectivas regionales en 2008.. In: MATHIEU, Hans ; ARREDONDO, Paula Rodriguez. (Orgs). **Seguridad Regional en America Latina y el Caribe:** Anuario 2009. Bogota: FESCOL, 2009, v. 1, p. 37-48.

VAZ, Alcides Costa . **Intermediate States, Regional Leadership and Security**: India, Brazil and Soth Africa. Brasília: UnB, 2006.

VIEIRA, Marco Antonio ; ALDEN, Chris. Índia, Brasil e África do Sul (IBAS):Cooperação Sul-Sul e o Paradoxo da Liderança Regional. In: HIRST, Monica; LIMA, Maria Regina Soares de; VIEIRA, Marco Antonio.**Vozes do Sul e Agenda Global**: África do Sul, Brasil e Índia. São Paulo: Hucitec Editora, 2012.pp.60-89.

VIGEVANI, Tullo ; CEPALUNI, Gabriel. Brazil: Global Power to be? In: BEASLEY, Ryan K. et al. **Foreign Policy in Comparative Perspective:** Domestic and International Influences on State Behavior. 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 2013. pp. 267-289

WÆVER, Ole. Securitization and Desecuritization. In: LIPSCHUTZ, Ronnie D.. On Security. New York: Columbia University Press, 1995. p. 39-69.

WAEVER, Ole. Proceedings. In: 45TH ANNUAL CONVENTION OF THE INTERNATIONAL STUDIES ASSOCIATION, 45., 2004, Montreau. Aberystwyth, Paris, Copenhagen, New 'schools' in Security Theory and Origins between Core and Periphery. Montreau: International Studies Association, 2004. p. 1 - 30.

WALT, Stephen. Alliance Formation and the Balance of World Power. International Security, v. 4, n. 9, p.3-43, 1985.

WALT, Stephen M. The Renaissance of Security Studies. **International Studies Quarterly,** v. 35, n. 2, p.211-239, jun 1991.

WALTZ, Kenneth N.**Theory of International Politics**. California: Addison-Weasley, 1979.

WENDT, Alexander. Anarchy is What States Make of it. **International Organization**, nº46, 1992.

WESTHUIZEN, Janis Van Der. Comparando a Emergência do Brasil e da África do Sul como Potências Médias. **Vozes do Sul e Agenda Global**: África do Sul, Brasil e Índia. São Paulo: Hucitec Editora, 2012. p.124-146

WORLD BANK. **World DataBank. 2013.** Disponível em: < http://data.worldbank.org/.>. Acesso em: 10 ago. 2013.

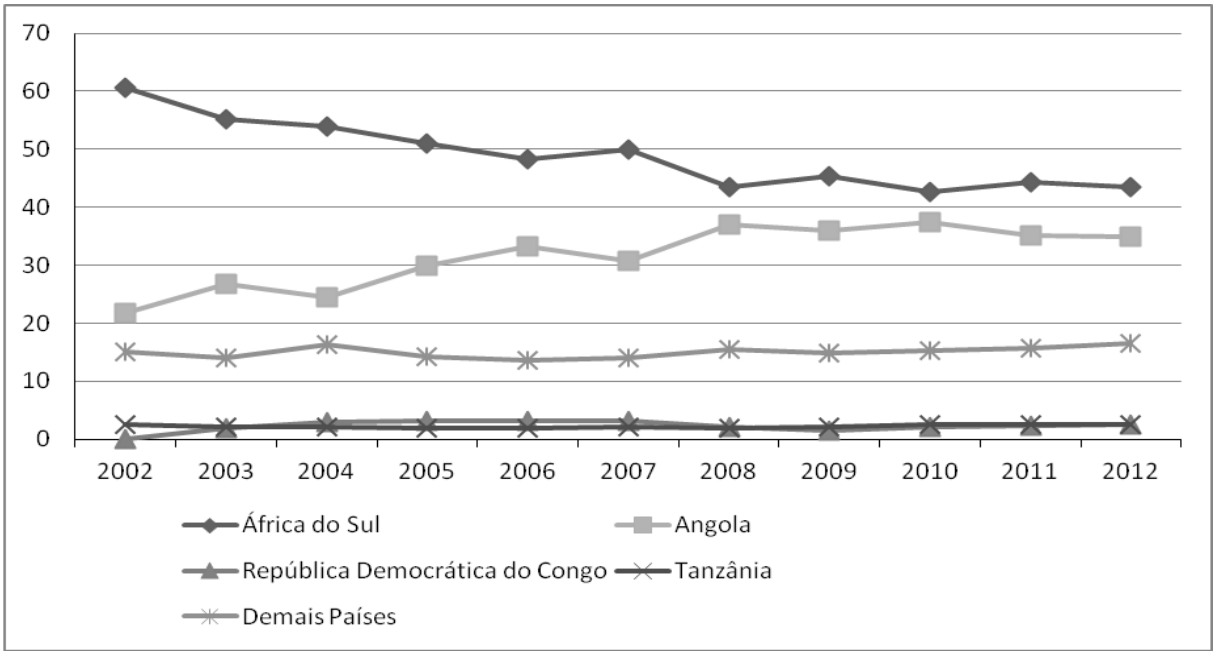
ANEXOS

ANEXO A – Gráficos adicionais: gastos militares e Produto Interno Bruto.

Os gráficos aqui apresentados têm a função de embasar as observações feitas para a base de dados do *Correlates of War* (COW), que só está disponível até o ano de 2007. Assim sendo, utilizam-se duas das principais variáveis de medição de poder nacional, incorporadas pelo *Composite Index of National Capabilities (CINC)*, a saber, os gastos militares – abordados em porcentagens com relação às regiões nas quas estão inseridos os casos – e o Produto Interno Bruto, seguindo a mesma lógica de porcentagem na região. Como os dados foram obtidos em bases que possuem metodologia própria para trabalhar com valores, seja no caso dos gastos militares – com o *Stockholm Peace Research Institute* (SIPRI) –, seja com o cálculo do PIB – no caso do Banco Mundial, há algumas limitações de padronização que levaram a que as datas para a elaboração dos gráficos fossem selecionadas para os valores

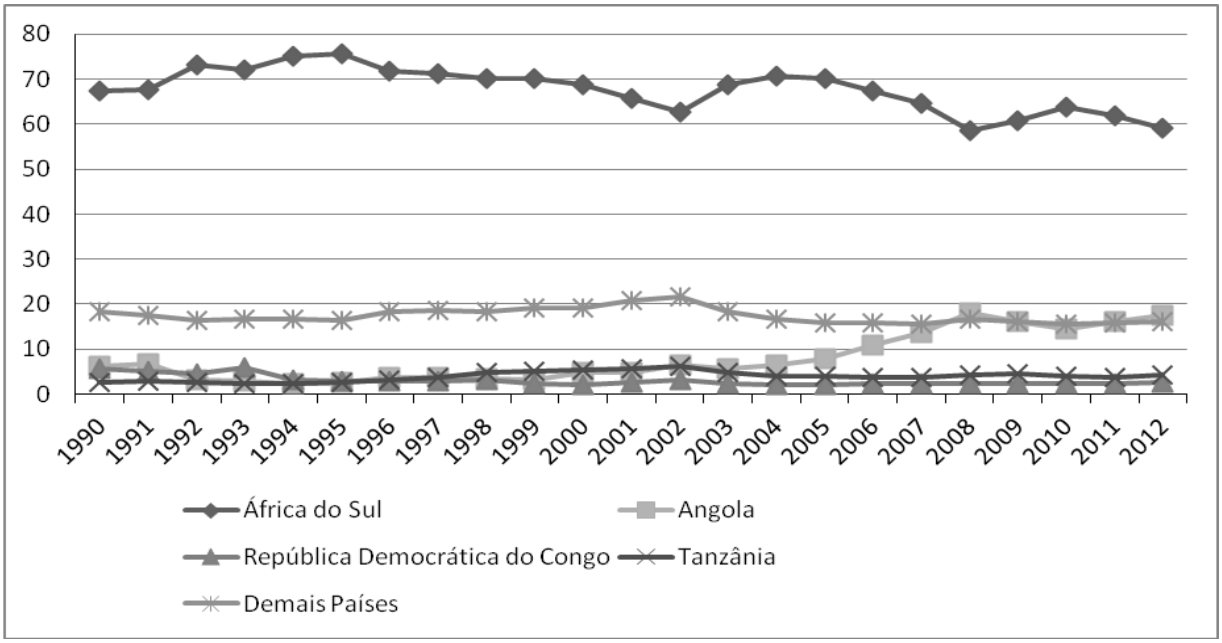
mais consistentes. Não há, entretanto, problemas nesse procedimento porque o objetivo da confecção dos gráficos auxiliares é tornarem válidas as análises feitas observando a base de dados do CINC, ainda que de forma incompleta, atualizando-a em 5 anos.

Gráfico 8 - Gastos Militares na África Austral (% do total da região da sub-região) (2002-2012)



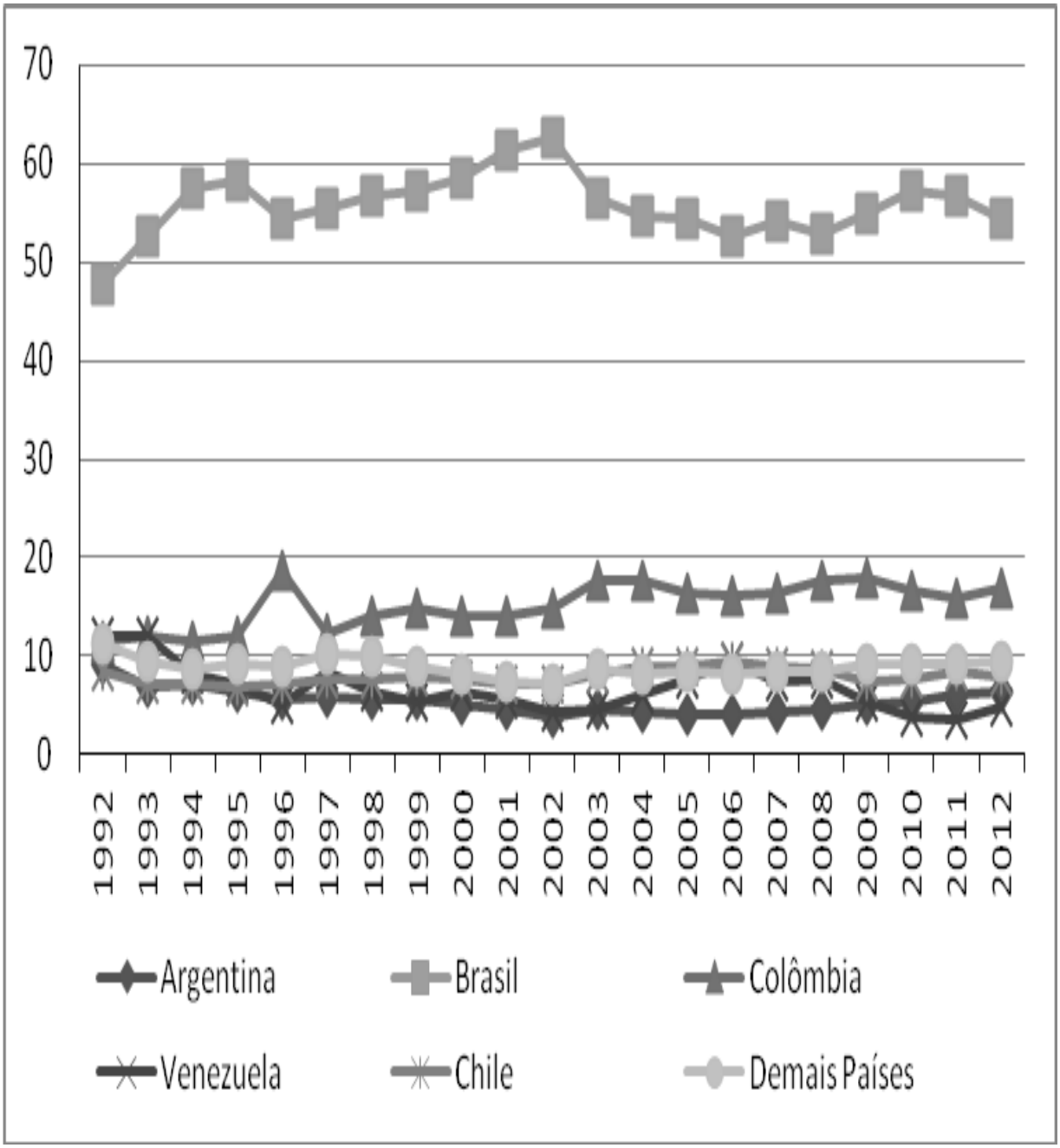
Fonte: SIPRI (2013). Elaboração e cálculos próprios. Dados ausentes para Benin (2007, 2009-2011), República Democrática do Congo (2001,2002), Malaui (2010), Moçambique (2011, 2012), Zâmbia (2002, 2003), Zimbábue (2002-2009). Dados a valores e taxas de câmbio constantes de 2011 em US$, exceto para 2012, quando os valores são caculados para aquele ano.

Gráfico 9 - Produto Interno Bruto dos Estados da África Austral (% do total da região)(1990-2012)



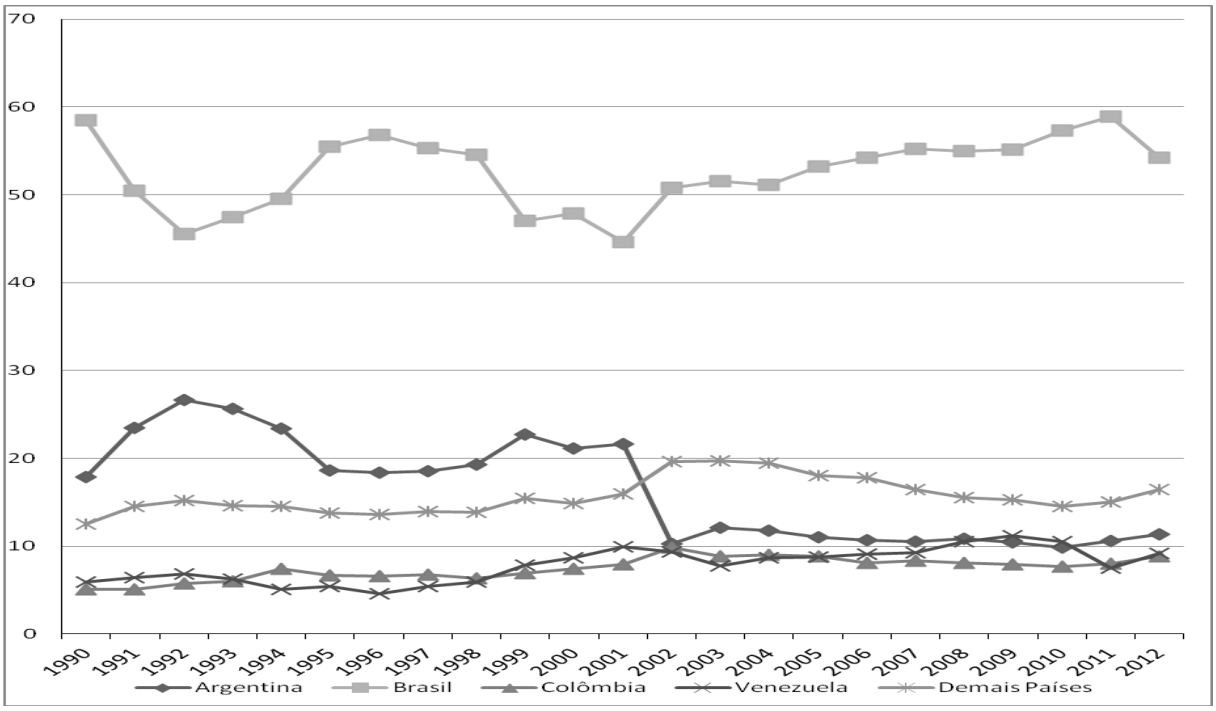
Fonte: World Bank (2013). Elaboração e cálculos próprios. Dados em 2013 em US$, com taxas de câmbio anual, conforme metodologia do Banco Mundial.

Gráfico 10 - Gastos Militares na América do Sul (% do total da região da sub-região) (1992-2012)



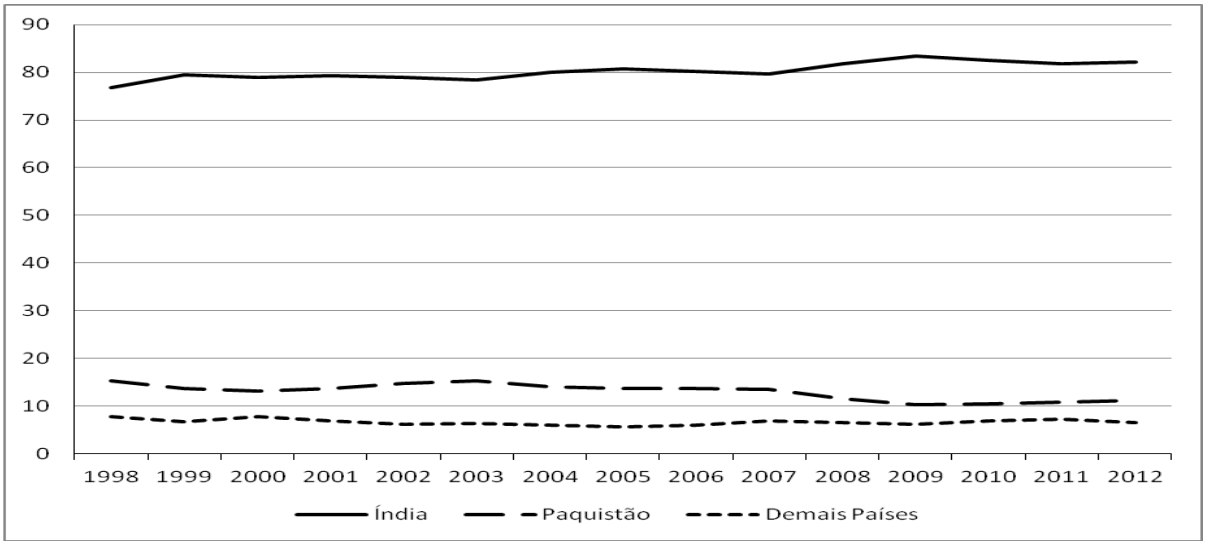
Fonte: SIPRI (2013). Elaboração e cálculos próprios. Dados ausentes para Guiana (1997-1999), Trinidad e Tobago (1997-2001 e 2011-2012) e Suriname (1992-2012). Dados a valores e taxas de câmbio constantes de 2011 em US$, exceto para 2012, quando os valores são caculados para aquele ano.

Gráfico 11 - Produto Interno Bruto dos Estados da América do Sul (% do total da região)(1990-2012)



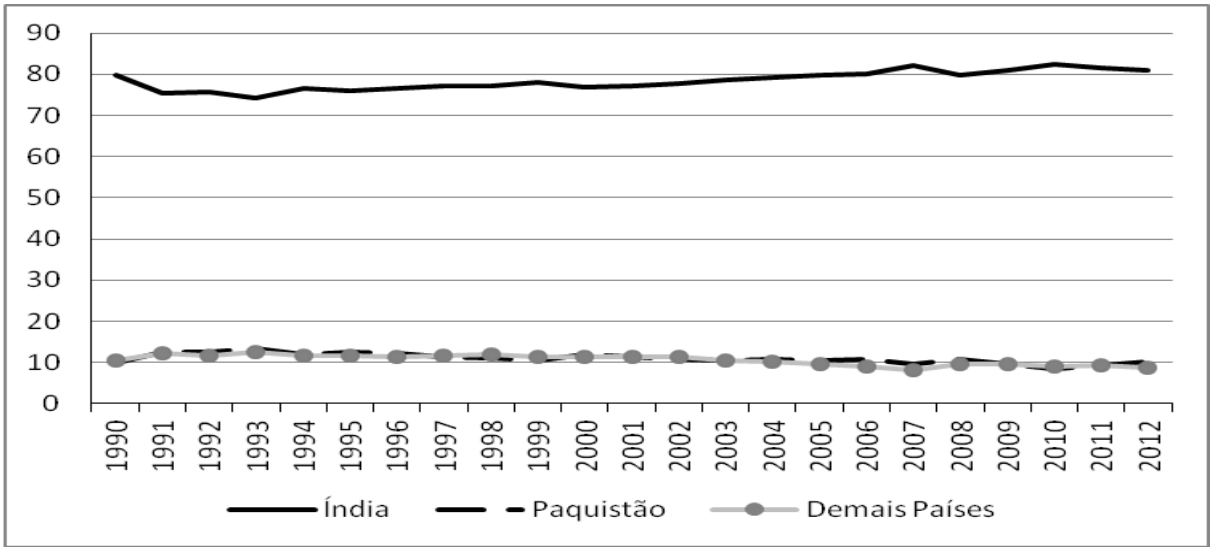
Fonte: World Bank (2013). Elaboração e cálculos próprios. Dados correntes em 2013 em US$, com taxas de câmbio anual, conforme metodologia do Banco Mundial.

Gráfico 12 - Gastos Militares no Sul da Ásia (% do total da região da sub-região) (1998-2012)



Fonte: SIPRI (2013). Elaboração e cálculos próprios. Dados ausentes para Afeganistão entre 1998 e 2002 e para o Nepal em 2012. Dados a valores e taxas de câmbio constantes de 2011 em US$, exceto para 2012, quando os valores são caculados para aquele ano.

Gráfico 13 - Produto Interno Bruto dos Estados do Sul da Ásia (% do total da região)(1990-2012)



Fonte: World Bank (2013). Elaboração e cálculos próprios. Dados ausentes para Afeganistão entre 1990 e 2000 e 2012. Dados em 2013 em US$, com taxas de câmbio anual, conforme metodologia do Banco Mundial.

ANEXO B – Trechos selecionados dos Relatórios Anuais do Departamento de Defesa da Índia: o processo de mudança de foco na agenda de segurança

Tendo em vista a manutenção da uniformidade de textos para a abordagem dos casos no capítulo III, optou-se por conduzir, nos anexos, à análise de alguns processos de mudança doutrinária na política de defesa da Índia, uma vez que os documentos analisados correspondem a 14 relatórios anuais, nos quais houve rupturas e continuidades. São centrais nesse período duas mudanças discursivas que refletem uma adequação da Índia à contingência internacional depois dos testes de armamento nuclear empreendidos em 1998. Também é de suma importância compreender o lugar da China na política de defesa da Índia. Assim, investigou-se, no conteúdo das políticas declaratórias, o uso dos termos "*Nuclear Policy*" e "*Internal Security*" e a percepção de ameaças com relação à China.

I Política Nuclear (*Nuclear Policy)*

Esta é de importante temática na política de defesa da Índia, por se referir à questão das armas nucleares: "*Nuclear Policy*". O relatório de 2000, referente ao ano posterior aos

testes nucleares no deserto do Rajastão[114], apresenta a discussão sobre armas nucleares como uma justificativa, uma necessidade de desenvolver aquele tipo de armamento. A Índia afirma, no documento, que a intenção é não utilizar o armamento, inclusive declarando não utilizar primeiro, que tem controle civil sobre o uso das armas nucleares e apoia iniciativas de desarmamento em outros campos, como o químico e o biológico (ÍNDIA, 2000, p. 9). Nas palavras daquele documento:

> India has been consistent in its commitment to the elimination of weapons of mass destruction and to global nuclear disarmament on a universal and nondiscriminatory basis. At the same time, India's legitimate national security requirements cannot be overlooked, especially in view of the developments in this region. In this context, as a non-aligned country, India has always maintained that it would not be a party to any discriminatory non-proliferation system. The principal plank of our nuclear policy has not changed and we continue to believe that a nuclear weapon free world would enhance India's security along with the security of all other nations. Moreover, our nuclear policy has also been marked by restraint and openness. As a nuclear weapon state, we are even more conscious of our responsibility in this regard. In the past, we have undertaken a number of initiatives in pursuance of global nuclear disarmament. India would continue to take such initiatives both individually and collectively. We are committed to cooperating with like-minded States to ensure that the emerging world order will rest on the principles of universality, democracy and non-discrimination[115] (ÍNDIA, 2000, p. 8-9).

O termo aparece em situações similares em 2001 (ÍNDIA, 2001, p. 14); o relatório de 2002 chama o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares de "falho e discriminatório" (ÍNDIA, 2002, p. 14)[116]. Já em 2003, o termo aparece, mas de forma reduzida. Em 2004, já não se utiliza o termo "*Nuclear Policy*", abordando-o dizendo que a postura da Índia com relação às armas nucleares é defensiva e caracterizada por comprometimento com a não

[114] Os quais ocorreram em resposta aos testes nucleares do Paquistão, no mesmo ano.

[115] O trecho correspondente na tradução é:" A Índia tem sido consistente em seu compromisso com a eliminação das armas de destruição em massa e com o desarmamento nuclear global em uma base universal e não discriminatória. Ao mesmo tempo , as exigências legítimas de segurança nacional da Índia não podem ser ignoradas, especialmente tendo em vista os desenvolvimentos nesta região. Neste contexto, como um país não-alinhado, a Índia sempre defendeu que não tomaria parte de qualquer sistema discriminatório de não-proliferação. O principal pauta da nossa política nuclear não mudou e nós continuamos a acreditar que um mundo livre de armas nucleares aumentaria a segurança da Índia, juntamente com a segurança de todas as outras nações. Além disso, a nossa política nuclear também foi marcada por uma contenção e abertura. Como um estado arma nuclear, estamos ainda mais conscientes de nossa responsabilidade a este respeito. No passado, desenvolvemos uma série de iniciativas em termos de desarmamento nuclear global. Índia vai continuar a tomar este tipo de iniciativa, tanto individual como coletivamente. Estamos empenhados em cooperar com os Estados que pensam como Índia para garantir que a ordem mundial emergente vai se basear nos princípios da universalidade , da democracia e da não-discriminação".

[116] O argumento de que o TNP é utilizado para "congelar o poder mundial" também foi utilizado pelo Brasil para não ratificar o referido tratado até o governo Fernando Henrique Cardoso, quando se abriu mão dessa opção de inserção internacional, no contexto da adesão às práticas neoliberais daquele período.

utilização sem que o inimigo utilize primeiro ("*no first use*"), moratória nos testes nucleares e dissuasão nuclear minimamente crível (ÍNDIA, 2004, p. 14).

Em 2005, utiliza-se, para se referir a essa temática, o subtítulo "*Position on Weapons of Mass Destruction*", numa adaptação à gramática do pós 11 de setembro, concomitante ao processo de alinhamento político aos EUA:

> India remains a firm and consistent proponent of global nuclear disarmament based on the principles of non-discrimination, universal acceptability and effective compliance. Faced with an untenable nuclear environment, India was forced to resort to the nuclear option in 1998. As a nuclear state, India is even more conscious of its responsibility in regard to nuclear safety, nonproliferation and nuclear disarmament. India is an active participant in the global debate on nuclear disarmament and the elimination of weapons of mass destruction. India´s nuclear doctrine is based on the principle of a minimum credible deterrent and no-first-use as opposed to doctrines or postures of launch-on-warning [117](ÍNDIA, 2005, p. 14).

Em 2006, o termo "*Nuclear Policy*" não mais aparece. Em detrimento, a discussão feita no documento é com relação aos usos pacíficos da energia nuclear (ÍNDIA, 2006, p. 11). Já em 2007, a posição da Índia com relação à temática é assim sintetizada:

> At the same time, we understand that a strong defence is a necessary prerequisite for growth and stability. In fact, India is fully alive to issues concerning its defence and security and is committed to raising the levels of its defence preparedness to deter any potential threat emerging from outside. In fashioning its nuclear doctrine of credible minimum deterrence, India has demonstrated a defensive posture, restraint and responsibility. India has a declared policy of no-first-use of nuclear weapons and a firm commitment to avoidance of nuclear weapons against non-nuclear weapon states, except in the event of major WMD attack. India is willing to strengthen the commitment on no-first-use by undertaking bilateral agreements as well as engaging in discussions on a global no-first-use agreement. India believes that a global no-first use agreement would be the first step towards the delegitimisation of nuclear weapons. India's commitment to global, non-discriminatory nuclear disarmament, which would enhance its security and that of all states, remains unaltered. With reference to recent developments, India has made clear that it does not support the emergence of new nuclear weapon states (ÍNDIA, 2007, p. 9-10).

Além disso, já se considerando parte do grupo de Estados legitimamente nuclearizados, a Índia enfatiza no documento o desejo de cooperar em defesa e segurança com

[117] O trecho correspondente na tradução é:" Índia continua a ser um defensor firme e consistente de desarmamento nuclear global com base nos princípios de não-discriminação, a aceitação universal e efetivo cumprimento de acordos. Diante de um ambiente nuclear insustentável, a Índia foi obrigada a recorrer à opção nuclear em 1998. Como um estado nuclear, a Índia é ainda mais consciente da sua responsabilidade em matéria de segurança nuclear, não proliferação e o desarmamento nuclear. A Índia é um participante ativo no debate global sobre o desarmamento nuclear e eliminação de armas de destruição em massa. A Doutrina nuclear da Índia baseia-se no princípio de uma dissuasão credível mínima e não primeiro uso, em oposição às doutrinas ou posturas de lançamento em aviso"

Estados como França, Israel, Rússia, EUA e Reino Unido, num cenário global de segurança (ÍNDIA, 2007, p. 10).

Em 2008, o termo não aparece, em 2009 se reafirma a questão da arma nuclear como necessária para deter ameaças estatais minimamente e, em 2010, a Índia assume uma posição de defesa do programa nuclear iraniano, permanecendo o argumento pelos documentos que se seguiram:

> Iran's nuclear programme remained a cause of concern among countries although Iran has underlined the peaceful nature of its nuclear activities. India and Iran share historical and cultural ties and India continued to support a peaceful resolution of the issue which would be in the interest of peace and stability in West Asia[118] (ÍNDIA, 2008, p. 4).

II Segurança Interna (*Internal Security*)

Conduziu-se uma investigação sobre o percurso do termo "*Internal Security*" nos relatórios estudados. Em 2000, a única referência é no contexto do Sudeste asiático, não estando presente na realidade indiana. Já a partir de 2002, no relatório que cobriu o período para 2001, ano do atentado às torres gêmeas nos EUA, surge o termo "*Sub conventional war*" (ÍNDIA, 2002, p. 16). Pode-se interpretar isso como uma resposta doutrinária no contexto das transformações no setor de defesa de diversos países no pós 11 de setembro, fazendo, inclusive, menção aos atentados e posicionando-se. Já em 2003, a função da segurança interna aparece como um dos principais planejamentos da política de defesa da Índia (ÍNDIA, 2003, p. 10).

O documento de 2003 sumariza a agenda de segurança da Índia para aquele período, numa conjuntura de transição das prioridades:

> India's security concerns are defined by a dynamic global security environment and the perception that South Asia region is of particular global security interest. The continuing presence of terrorist and fundamentalist forces in its neighbourhood has prompted India to maintain a high level of defence vigilance and preparedness to face any challenge to its security. The security challenges facing India are varied and complex. The country faces a series of low intensity conflicts characterized by tribal, ethnic and left wing movements and ideologies as also the proxy war conducted by Pakistan and various radical jehadi outfits through the instrumentality of terrorism.

[118] O trecho correspondente na tradução é:" Programa nuclear do Irã permaneceu motivo de preocupação entre os países, embora o Irã tenha sublinhado a natureza pacífica de suas atividades nucleares. Índia e Irã compartilham laços históricos e culturais e na Índia continuou a apoiar uma resolução pacífica da questão que seria no interesse da paz e da estabilidade na Ásia Ocidental".

> India is also affected by the trafficking in drugs and proliferation of small arms and the fact that it is surrounded by two neighbours with nuclear weapons and missiles and history of past aggressions and war. There is also the ever present possibility of hostile radical fundamentalist elements gaining access to the weapons of mass destruction in Pakistan. The country has experienced four major conventional border wars besides an undeclared war at Kargil. India's response to these threats and challenges has always been restrained, measured and moderate in keeping with its peaceful outlook and reputation as a peace loving country[119] (ÍNDIA, 2003, p. 2).

O relatório de 2005 também utiliza-se do termo "*Internal Threats to Security*" (ÍNDIA, 2005, p. 14) como um dos principais focos na política de defesa, juntamente com "*Position on Weapons of Mass Destruction*". Nesse relatório, define-se o entendimento do Estado indiano quanto ao que é a segurança interna:

> i) insurgency inspired by ethnic and tribal identities and a desire to achieve some kind of autonomy from the Centre; (ii) left-wing radicalism and extremism motivated by a dissatisfaction with the prevailing socioeconomic order which it desires to overthrow through armed revolution and guerrilla activities; (iii) communal conflict, fomented by religious fundamentalism; and (iv) caste conflicts including attacks against Scheduled Castes and Tribes[120] (ÍNDIA, 2005, p. 14).

O termo se repete em 2006 e é foco em 2007 e 2008, mas sem uma seção dedicada. Em 2009, dá-se uma mudança terminológica para "Internal Security Challenges", que permanece até 2013, anualmente (ÍNDIA, 2009, p. 10; ÍNDIA, 2010, p. 8; ÍNDIA, 2011, p. 8; ÍNDIA, 2012, p. 8; ÍNDIA, 2013, p. 8). Trata-se de uma adaptação semântica a um contexto interpretado como sendo de difusão de ameaça na política de defesa:

> India's transition from a traditional developing society to a modern State runs concurrently with the emergence of different hues of challenges to the internal

[119] O trecho correspondente na tradução é:" Preocupações de segurança da Índia são definidas por um ambiente de segurança global e dinâmico e a percepção de que a região do Sul da Ásia é de particular interesse para a segurança global. A presença contínua de forças terroristas e fundamentalistas na sua vizinhança levou a Índia a manter um elevado nível de vigilância e prontidão para enfrentar qualquer desafio à sua segurança. Os desafios de segurança enfrentados Índia são variados e complexos. O país enfrenta uma série de conflitos de baixa intensidade, caracterizado por movimentos tribais, étnicos, e com ideologia de esquerda como também a guerra por procuração conduzido pelo Paquistão e várias vertentes Jehadi radicais através da instrumentalidade do terrorismo. A Índia também é afetada pelo tráfico de drogas e proliferação de pequenas armas e o fato de que está cercada por dois vizinhos com armas e mísseis nucleares e histórico de agressões passadas e guerra. Há também a possibilidade sempre presente de elementos fundamentalistas radicais hostis ganharem acesso às armas de destruição em massa no Paquistão. O país passou por quatro grandes guerras de fronteira convencionais, além de uma guerra não declarada em Kargil. Resposta da Índia a estas ameaças e desafios sempre foi contida, medida e moderada de acordo com sua perspectiva pacífica e reputação como um país pacifista.".

[120] O trecho correspondente na tradução é: "i) insurgência inspirada por identidades étnicas e tribais e um desejo de alcançar algum tipo de autonomia em relação ao Centro; (ii) o radicalismo de esquerda e o extremismo motivados por uma insatisfação com a ordem sócio-econômica vigente a qual deseja derrubar através da revolução armada e guerrilha; (iii) o conflito comunal, fomentado pelo fundamentalismo religioso; e (iv) conflitos relacionados ao sistema de castas , incluindo ataques contra Castas e Tribos ".

> security situation. India faces multifaceted internal security challenges which include left wing extremism, an ongoing proxy war in Kashmir and the insurgencies in some Northeast states; and organized crime in some of India's major cities [121](ÍNDIA, 2010, p. 8).

A segurança interna é tomada como necessária para que o Estado indiano progrida de uma situação pré-moderna para a modernidade. Para isso, é necessário, por exemplo, combater a insurgência Naxalita, presente em 91 distritos e 11 estados, com 58 batalhões paramilitares (ÍNDIA, 2010, p. 8).

Em suma, o caso indiano uma auto-percepção excepcionalista de seu lugar no sistema internacional, com intensa percepção de ameaças, quando, em diversos documentos, afirma-se a mesma frase:

> Few countries of the world face the range of security concerns that India faces today. India's security challenges are formidable and are seriously impacted by instability in our neighbourhood. In the dynamic global and regional security environment, the country and our defence forces remain prepared to tackle the full spectrum of security challenges[122] (ÍNDIA, 2010, p. 10)[123].

O mais recente documento reafirma as duas principais ameaças de segurança interna: "*India faces multifaceted internal security challenges which have included left wing extremism, an ongoing proxy war in Kashmir and insurgencies in some areas in notheastern region"* [124](ÍNDIA, 2013, p. 8).

Os inimigos, nesta seara da política de defesa, são identificados como terroristas e descritos como receptores de apoio do governo paquistanês (mormente de sua agência de

---

[121] O trecho correspondente na tradução é: "Transição da Índia de uma tradicional sociedade em desenvolvimento rumo a um Estado moderno é executada concomitantemente com o surgimento de diferentes tonalidades de desafios para a situação da segurança interna. Índia enfrenta desafios de segurança interna multifacetados que incluem o extremismo de esquerda, uma guerra por procuração em curso na Caxemira e as revoltas em alguns estados do Nordeste; e crime organizado em algumas das principais cidades da Índia".

[122] O trecho correspondente na tradução é: "Poucos países do mundo enfrentam o leque de preocupações com a segurança que a Índia enfrenta hoje. Os desafios de segurança da Índia são formidáveis e estão seriamente afetados pela instabilidade na nossa vizinhança. No ambiente dinâmico de segurança global e regional, o país e as nossas forças de defesa permanecem preparados para enfrentar todo o espectro de desafios de segurança".

[123] Esses termos são recorrentes. Em 2004, por exemplo, são utilizados especificando as ameaças: "*Few countries face the range of security challenges, concerns and threats that India faces, from terrorism and lowintensity conflict to nuclear weapons and missiles, in its neighbourhood* " (ÍNDIA, 2004, p. 6).

[124] O trecho correspondente na tradução é:" Índia enfrenta desafios de segurança interna multifacetados que incluíram o extremismo de esquerda, uma guerra por procuração em curso na Caxemira e insurgências em algumas áreas da região nordeste".

inteligência, a ISI), atuando na região da Caxemira e da insurgência Naxalita, de orientação maoísta.

O processo aqui descrito permite afirmar que houve uma mudança no foco da política de defesa indiana rumo a maximizar o papel da segurança interna para as forças de defesa, combinada ao papel clássico de proteção contra as ameaças externas, a partir dos diagnósticos feitos no pós-atentado de 11 de setembro nos EUA. O que parece ter ocorrido foi um processo de adequação doutrinária, tendo em vista um maior alinhamento com a política externa dos EUA, concomitante ao processo de aceitação da Índia no grupo dos Estados que possuem legitimamente as armas nucleares. À medida que o componente de segurança interna e combate ao terrorismo crescem na agenda declaratória de defesa indiana, a terminologia utilizada para se referir à posse de armas nucleares muda consideravelmente, passando de uma inicial justificação, para uma postura de fato consumada, irreversível.

III - Percepções sobre a China

As percepções da Índia com relação ao seu vizinho mais poderoso, a República Popular da China, sempre recebem destaque nos documentos do Departamento de Defesa indiano. A constante é ressaltar, nos documentos, a necessidade de cooperar com aquele vizinho, encontrar mecanismos de consulta entre os militares etc. Devem-se ressaltar, textualmente, entretanto, o processo de percepção pelas elites de defesa indianas sobre a ascensão da China enquanto uma potência global e o impacto de seus interesses na região do Sul da Ásia. No ano 2000, o relatório afirmava: "*At the regional level, China is India's largest neighbour. China is a declared nuclear power with a wide range of military capabilities*"[125] (ÍNDIA, 2000, p. 5). Em 2001, a construção lógica da Índia como um rival, para além de reconhecer sua crescente importância militar, se dá pelo reconhecimento seja das relações entre China e Paquistão, seja por conceder que há assimetria de capacidades entre Índia e China, em favor desta.

> Our largest neighbour China is working towards the goal of achieving super power status in the new millennium. Today China occupies approximately 38,000 sq kms of Indian Territory. In addition, under the so called Sino-Pak boundary agreement Pakistan has illegally ceded 5,180 sq km of our territory to China in POK. China also claims approximately 90,000 sq kms in Arunachal Pradesh. It is rapidly

[125] O trecho correspondente na tradução é :" A nível regional, a China é o maior vizinho da Índia. A China é uma potência nuclear declarada com uma ampla gama de capacidades militares".

> modernising its Armed Forces and is building political and military bridges with a large number of countries in our neighbourhood. Every major Indian city is within reach of Chinese missiles and it is reported that this capability is being further augmented to include Submarine Launched Ballistic Missiles (SLBMs). The asymmetry in terms of nuclear forces is strongly in favour of China which additionally has helped Pakistan to build missile and nuclear capability[126] (ÍNDIA, 2001, p. 8).

O diagnóstico do caminho traçado pela China rumo ao *status* de potência global é feito no relatório de 2003: "*China, India's largest neighbour, is passing through a period of rapid economic growth and modernization with the aim of achieving great power status in the shortest time possible*" (ÍNDIA, 2003, p. 5). Em 2004, o diagnóstico é similar: "*China is pursuing a policy of rapid military modernization drawing on the lessons of recent US-led wars while seeking peaceful relations with its neighbours in order to consolidate itself politically and economically internally and build up its 'Comprehensive National Strength*'" [127](ÍNDIA, 2004, p. 12).

Estando tais percepções, na prática, constantes no documento de 2007, deve-se ressaltar a preocupação da Índia em relação à modernização militar chinesa e à ajuda militar chinesa ao programa nuclear paquistanês.

> China's military modernisation, with sustained double-digit growth in its defence budget for over a decade and continued upgradation of its nuclear and missile assets, development of infrastructure in the India-China border areas and its growing defence links with some of India's neighbours continue to be monitored closely. The Chinese assistance to Pakistan's nuclear and missile programme has been a matter of concern as it has adversely impacted on India's national security environment. We have also taken note of the recent destruction by China of one of its own satellites in polar orbit through direct ascent anti-satellite test[128] (ÍNDIA, 2007, p. 6).

[126] O trecho correspondente na tradução é:" O nosso maior vizinho China está trabalhando com o objectivo de alcançar o status de superpotência no novo milênio. Hoje, a China ocupa cerca de 38.000 quilômetros quadrados de Território indiano. Além disso, sob o chamado acordo de fronteira Sino-Pak ,o Paquistão cedeu ilegalmente 5.180 km quadrados de nosso território para a China em POK. A China também reivindica aproximadamente 90.000 quilômetros quadrados em Arunachal Pradesh. Ela está modernizando rapidamente suas Forças Armadas e está construindo pontes políticas e militares com um grande número de países na nossa vizinhança. Toda grande cidade indiana está ao alcance de mísseis chineses e relata-se que esta capacidade está ainda a ser aumentada para incluir Mísseis Balísticos lançados via submarinos (SLBMs). A assimetria em termos de forças nucleares é fortemente favorável à China, que também ajudou o Paquistão a construir mísseis e capacidade nuclear".

[127] O trecho correspondente na tradução é: "China está a seguir uma política de rápida modernização militar aprendendo com lições das últimas guerras lideradas pelos EUA, enquanto procuram relações pacíficas com seus vizinhos, a fim de consolidar-se politicamente e economicamente internamente e construir a sua 'Comprehensive National Strength'"

[128] O trecho correspondente na tradução é:" A modernização militar da China, com crescimento sustentado de dois dígitos em seu orçamento de defesa por mais de uma década e continuada melhora de seus ativos nucleares e de mísseis, desenvolvimento de infra-estrutura nas regiões fronteiriças Índia-China e as suas crescentes relações de defesa com alguns dos vizinhos da Índia continuam a ser cuidadosamente monitorizados. A assistência chinesa para o programa nuclear e de mísseis do Paquistão tem sido um motivo de preocupação, uma vez que tem impactado negativamente no ambiente de segurança nacional da Índia. Também tomaram nota da

No documento de 2009, há a menção à mudança do conceito de poder nacional adotado pelo Estado chinês, mais voltado para a questão econômica, agregada ao desenvolvimento de capacidade militar, e que isso permitiria que o Estado se tornasse, para além de um ator importante na região asiática, um ator dominante do ponto de vista global.

> China is engaged in building its Comprehensive National Power encompassing economic and military development, which would enable her to play a dominant role in global affairs[129] (ÍNDIA, 2009, p. 6).

O documento de 2011 trata de reafirmar a questão da cooperação com a China como necessária, nas bases da necessidade por desenvolvimento, reconhecendo o lugar daquele país no sistema internacional:

> India's relations with China are of crucial importance. The effort has been to work on areas of mutual interest which would enable both countries to pursue common goals of growth and development. India is conscious and watchful of the implications of China's evolving military profile in the immediate and extended neighbourhood. India's policy is to engage with China on the principles of mutual trust and respect and sensitivity for each other's concerns [130](ÍNDIA, 2011, p. 6).

---

destruição recente da China de um de seus próprios satélites em órbita polar através de teste anti-satélite de ascensão direta".

[129] O trecho correspondente na tradução é:" China está envolvida na construção do seu Comprehensive National Power englobando o desenvolvimento econômico e militar, o que lhe permitiria ter um papel dominante nos assuntos globais"

[130] O trecho correspondente na tradução é:" "Relações da Índia com a China são de importância crucial. O esforço tem sido para trabalhar em áreas de interesse mútuo que permitam a ambos os países a perseguir os objetivos comuns de crescimento e desenvolvimento. A Índia é consciente e vigilante das implicações da evolução do perfil militar da China na vizinhança imediata e prolongada.A política da Índia tem sido a de lidar com a China nos princípios de confiança mútua e respeito pelos interesses e preocupações de cada um. "

ANEXO C– Mapas

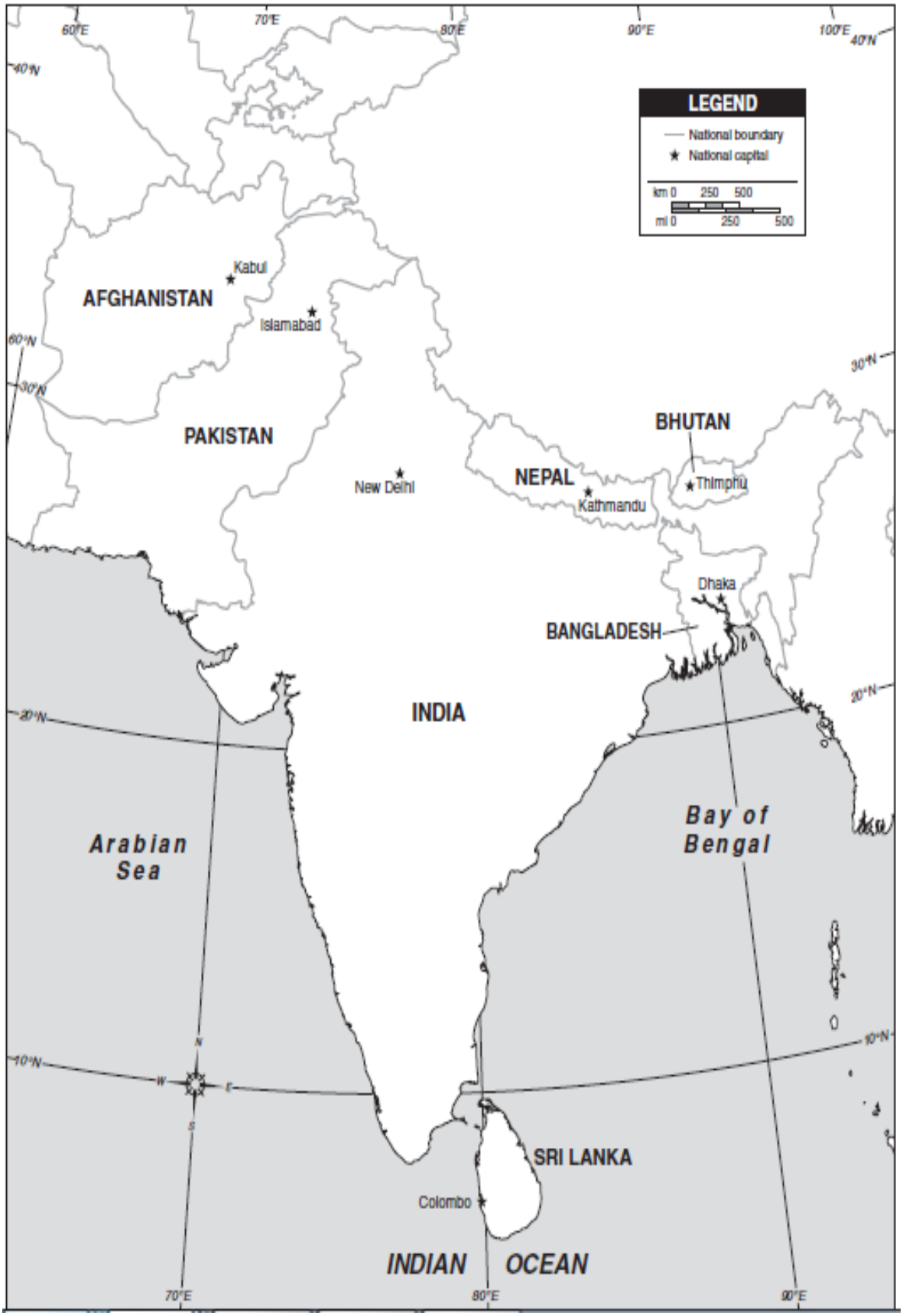
Mapa da África Austral (SADC)

Fonte:http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/AFRICAEXT/EXTREGINI/EXTAFRREGINICOO/0,,contentMDK:20626642~menuPK:1592446~pagePK:64168445~piPK:64168309~theSitePK:1587585,00.html

Mapa da América do Sul

Fonte: http://www.eduplace.com/ss/maps/pdf/s_america.pdf

Mapa do Sul da Ásia.



Fonte: http://www.eduplace.com/ss/maps/pdf/s_asia_pol.pdf